Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2026 Nº 26.107 Preço banca: R$ 3,50

Presidente zera imposto e subsidia diesel para conter alta do petróleo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto presidencial na quinta-feira (12) zerando as alíquotas do PIS e do Confins sobre a importação e comercialização do diesel. Além disso, assinou medida provisória (MP) com subvenção ao diesel para produtores e importadores.

"As medidas são para que a gente garanta que essa guerra não chegue ao bolso do motorista, ao bolso do caminhoneiro e, sobretudo, não chegando ao bolso do caminhoneiro não vai chegar ao prato de feijão, à salada do alface, da cebola e a comida que o povo mais come", afirmou Lula em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, em Brasília.

As medidas foram anunciadas em caráter temporário – até dia 31 de dezembro deste ano – e justificadas por causa da alta do petróleo causada pela guerra no Irã, que vem obrigando países a liberarem estoques de emergência.

O corte dos impostos deve reduzir o valor do litro em R$ 0,32 na refinaria. Já a subvenção aos produtores e importadores deve ter impacto de mais R$ 0,32 por litro. Ao todo, as duas medidas devem reduzir o preço em R$ 0,64 por litro do diesel, segundo cálculos do Ministério da Fazenda. Página 3

Inflação oficial recua para 3,81%, com variação de 0,7% em fevereiro

Página 3

Petrobras pagou R$ 277,6 bilhões em tributos em 2025

Página 16

Trampolim: últimos dias de inscrições para 420 vagas em cursos profissionalizantes gratuitos

O Governo do Estado de São Paulo está com inscrições abertas para 420 vagas para cursos remotos e gratuitos em todo o estado de São Paulo. Os interessados devem se inscrever pelo Portal Trampolim www.trampolim.sp.gov.br até segunda-feira (16), segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

As aulas são ao vivo e realizadas no período noturno. Página 2

BNDES descarta ser afetado por recuperação extrajudicial da Raízen

Foto/Photo Art Fotografias/Raízen

Página 3

São Paulo tem primeiro caso de sarampo em 2026

Página 2

Motoboy terá adicional de risco a partir de abril, mas entregador de apps fica de fora

Página 16

DÓLAR

Comercial	Turismo
Compra: 5,20	Compra: 5,22
Venda: 5,20	Venda: 5,40

EURO

Compra: 5,99
Venda: 6,00

Esporte

30ª Maratona Internacional de São Paulo reforça importância do número de peito e combate ao "pipoca"

A 30ª Maratona Internacional de São Paulo está chegando e é sempre importante destacar a relevância da segurança e o bem-estar dos corredores que enfrentarão os 42 km pelas ruas da cidade, assim como daqueles que optaram pelas demais distâncias. Para isso, a Yescom, organizadora do evento — marcado para o dia 12 de abril, com largada e chegada na região do Obelisco, no Ibirapuera — reforça os cuidados que os participantes devem ter com relação ao número de peito.

Mais do que apenas um numeral utilizado para identificar o atleta no sistema de cronometragem, o número de peito funciona como um verdadeiro documento durante a corrida. A inscrição é pessoal e intransferível porque todas as informações do participante — dados pessoais, histórico de saúde e contatos de emergência — estão vinculadas diretamente a ele.

Por isso, o número deve ser fixado na parte frontal da camiseta e permanecer visível durante todo o percurso. Dentro da prova, ele funciona como um verdadeiro "RG", permitindo identificação rápida pela organização, equipe médica e arbitragem em qualquer situação. Esse procedimento garante que, em caso de algum problema durante a prova, o participante possa ser atendido da melhor maneira possível.

Outro ponto reforçado pela organização é a proibição de correr com o número de outra pessoa. Além de violar o regulamento da prova. Da mesma forma, participar sem inscrição — prática conhecida no meio das corridas como "pipoca" — também é proibido.

O evento é planejado para um número específico de atletas inscritos, com estrutura dimensionada para hidratação, alimentação, segurança e atendimento médico. A presença de corredores não inscritos sobrecarrega essa estrutura e pode gerar situações de risco. Em alguns casos registrados em provas de rua, corredores que passaram mal não puderam ser identificados corretamente, levando a contatos equivocados com familiares cujos dados estavam vinculados ao número utilizado.

A orientação é simples: participe apenas se estiver devidamente inscrito e respeite as regras do evento. Além de garantir sua segurança, essa atitude contribui para o bom funcionamento da prova para todos.

Inscrições chegando ao fim

As inscrições para a 30ª Maratona Internacional de São Paulo já estão na reta final. Para não ficar de fora desta edição especial, os corredores têm apenas mais alguns dias para se inscrever. Nesta fase final, a prova oferece diferentes opções de distância. Além dos 42 km, haverá percursos de 21 km, 10 km e a novidade dos 7 km, com largada e chegada na região do Obelisco, no Ibirapuera.

Foto/Fotos

Outras atrações deste ano são a Corrida das Nações, com percurso de 5 km, e a corrida infantil Maratoninha de São Paulo, ambas programadas para o sábado, dia 11, no Campo de Marte. A programação foi pensada para envolver toda a família. Detalhes sobre as inscrições estão disponíveis no site oficial: www.maratonadesaopaulo.com.br.

A 30ª edição da Maratona Internacional de São Paulo, evento do calendário estratégico da Cidade de São Paulo e Maratona oficial da cidade, é realizada e organizada pela Yescom, com patrocínio de CAIXA, Governo do Brasil, Olympikus, Powerade e Movida. O patrocínio especial é de 3 Corações e Huawei. Copatrocínio de Chiptiming, Montevérgine, Mania de Castanha, Dadinho e Antilhas.

O apoio é de Clube UOL, Whoosh, Espaçolaser, Yorgus, Cinépolis, Polpanorte, YOPP, Copra e BanaRoque. O Gel repositor oficial é Forcell e a Rádio oficial é a Rádio Metropolitana 98.5 FM. Apoio especial da Prefeitura de São Paulo e do TRT-2. A supervisão é da World Athletics, da Confederação Brasileira de Atletismo e da Federação Paulista de Atletismo. Mais informações no site www.maratonadesaopaulo.com.br.

Erick Schotten destaca aprendizado e evolução em sua estreia pela TCR Brasil

No último fim de semana, no Circuito dos Cristais, em Curvelo (MG), Erick Schotten viveu uma experiência inédita em sua carreira. O jovem piloto de 18 anos fez sua estreia na TCR Brasil e na TCR South America pela equipe W2 Pro GP. Sempre movido por desafios, o catarinense retorna a uma categoria internacional e está animado para a temporada 2026. Na TCR, Erick Schotten tem o apoio das marcas Unifique e Halo P1.

Erick pontuou nas duas corridas em sua estreia na TCR Brasil e saiu de Curvelo na 13ª posição na classificação geral, somando 16 pontos, com um P12 e um P10 nas duas provas válidas pela etapa de abertura da TCR Brasil, que também pontua para o campeonato sul-americano. A próxima etapa será no dia 29 de março, em Cascavel, no oeste do Paraná.

"Foi um fim de semana de aprendizado e evolução. Os resultados ainda não mostram o nosso potencial, mas foi importante para entender melhor o carro e a categoria. Me adaptei rápido, afinal estou com a mesma equipe e estamos bem alinhados, o que facilitou o processo. Também tive uma nova experiência com a dinâmica de duas sessões de classificação. Fiquei feliz por avançar ao Q2 logo na minha primeira participação. Nas corridas, alguns contratempos não nos permitiram escalar mais o pelotão, mas estamos trabalhando nesses detalhes. Estou otimista para o ano nesta nova categoria", destacou Schotten.

Erick também está inscrito na divisão Junior, destinada a pilotos de até 24 anos com menos de seis participações em competições sob regulamento TCR. O campeonato brasileiro do conceito TCR teve início em 2023 e segue o mesmo padrão técnico do seu "coirmão" sul-americano, mas com a maior parte das etapas disputadas em solo nacional.

Empolgado com a nova oportunidade em sua carreira, Schotten explica sua motivação para alinhar no grid da TCR e comenta as dinâmicas da categoria.

"Com dez anos de automobilismo, sempre escolhi viver novos desafios. Foi assim desde o kart, passando por uma temporada nos Estados Unidos, pela Fórmula Delta, e depois com a transição para os carros de turismo na Stock Light. A TCR representa mais um passo nesse caminho. A principal diferença é que os carros aqui têm tração dianteira, enquanto todos os outros que pilotei nos últimos dez anos eram de tração traseira. É uma mudança grande, mas consegui me adaptar rapidamente. Estou feliz e animado", contou.

A TCR é uma plataforma mundial em que carros e regulamentos são padronizados em diferentes campeonatos ao redor do mundo. A categoria conta com duas sessões de classificação (Q1 e Q2), com pontuação para os pilotos do Top-10 ainda no qualifying. A gestão de pneus também é estratégica, já que cada piloto dispõe de mais compostos ao longo do fim de semana.

São Paulo tem primeiro caso de sarampo em 2026

Um bebê de seis meses, uma menina, é a primeira pessoa a contrair sarampo em São Paulo, informa a Secretaria de Estado da Saúde paulista. De acordo com o Ministério da Saúde, este é o primeiro caso registrado no país este ano. A bebê, que não foi vacinada, esteve na Bolívia em janeiro deste ano.

O caso foi registrado em fevereiro e confirmado por exames laboratoriais.

Em 2025, o estado de São Paulo teve dois casos importados de sarampo. Já, no Brasil, foram confirmados 38 casos de sarampo em todo o ano passado: Distrito Federal (1), Rio de Janeiro (2), São Paulo (2), Rio Grande do Sul (1), Tocantins (25), Maranhão (1) e Mato Grosso (6).

Vacinação é principal proteção

A melhor maneira de evitar a doença é através da vacinação. A vacina contra o sarampo integra o Calendário Nacional de Vacinação e a primeira dose deve ser ministrada aos 12 meses de idade. A segunda dose deve ser dada aos 15 meses.

Para quem não tem comprovante de vacinação na infância, é necessária a imunização com duas doses, no intervalo mínimo de 30 dias, se a pessoa tiver entre 5 e 29 anos. Pessoas de 30 a 59 anos devem tomar apenas uma dose.

O que é a doença

O sarampo é uma doença infecciosa altamente contagiosa que já respondeu como uma das principais causas de mortalidade infantil em todo o mundo. O Ministério da Saúde destaca que, apesar de avanços significativos no controle e na prevenção por meio da vacinação, o sarampo ainda representa um desafio importante para a saúde pública, sobretudo em regiões com baixas taxas de imunização.

A pasta alerta ainda que o sarampo se caracteriza por sintomas que podem ser confundidos com outras doenças virais e, portanto, exige atenção e conhecimento para ser identificado e tratado adequadamente. O paciente com sarampo apresenta erupções avermelhadas na pele e coceira intensa nas mãos. A transmissão do vírus acontece de pessoa a pessoa, por via aérea, ao tossir, espirrar, falar ou respirar.

O sarampo, segundo o ministério, é considerado tão contagioso que uma única pessoa infectada pode transmitir o vírus para 90% das pessoas próximas a ela que não estejam imunes. A transmissão pode ocorrer entre seis dias antes e quatro dias após o aparecimento das manchas vermelhas pelo corpo.

OMS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) fez, em fevereiro deste ano, um alerta para países das Américas em função do aumento no número de casos da doença na região. Na passagem de 2024 para 2025, foi registrado um crescimento de 32 vezes no total de contágios de sarampo nas Américas. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Histórias : em 1996 nossa coluna de política recebeu a Medalha Anchieta [maior honraria do mais importante parlamento municipal brasileiro e sul-americano]. Em 2018, completando 25 anos, fomos honrados com a Salva de Prata

.

PREFEITURA (São Paulo)
Histórias : em 1997, fomos honrados com os votos de jornalistas [de política na imprensa diária paulista] pra ser dirigente do maior e mais importante Comitê de Imprensa entre todas as prefeituras do Brasil. Foi escola de jornalismo

.

ASSEMBLEIA
Histórias : em 2005 fomos honrados com os votos de jornalistas [de política na imprensa diária paulista] pra ser dirigente do maior e mais importante Comitê de Imprensa entre as Assembleias estaduais brasileiras. Foi escola de jornalismo ...

.

(São Paulo)
... Ainda tratando do maior e mais importante parlamento estadual entre os parlamentos estaduais brasileiros e sul-americanos, fomos honrados com a maior honraria [o Colar de Honra ao Mérito pelos 25 anos da coluna de política]

.

GOVERNO (São Paulo)
Histórias : entre os ex-governadores que nos deram amizades reais, não há como deixar de citar Laudo Natel [eterno na história do Bradesco ... até seu falecimento - aos 99 anos - em 2020]. Laudo foi dirigente também no São Paulo Futebol Clube

.

CONGRESSO (Brasil)
Histórias : entre os deputados federais que nos deram amizades reais, não há como não citar o cristão Gilberto Nascimento. Desde 1993, o vereador paulistano e depois deputado na ALESP, foi o 1º a apoiar nosso jornalismo com Ética Cristã

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Histórias : hoje vice-presidente Geraldo Alckmin foi o 1º cristão [ainda vice-governador em 1995] a compreender e nosso jornalismo com Ética Cristã. Entre 2016 e 2018, o também cristão e presidente Michel Temer também compreendeu

.

PARTIDOS (Brasil)
Histórias : entre dirigentes que fazem parte da história da nossa coluna de política, seria uma grande injustiça não citarmos o ex-vereador, ex-presidente da Câmara paulistana, ex-senador e atual deputado federal Antonio Carlos Rodrigues

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Histórias : entre 1999 e 2001 esta coluna de política teve uma versão mensal na então mais importante revista jurídica brasileira [Justiça & Poder da editora Século Dourado]. Ela nos agregou leitores e amizades entre as carreiras jurídicas

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Porque, noutro tempo, éreis trevas, mas, agora, sois luz no Senhor; andai como filhos da luz" **Efésios 5:8**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Semana mundial do glaucoma: conheça os principais sintomas da doença e a importância do diagnóstico precoce

O glaucoma é uma das doenças oftalmológicas que mais afetam a população idosa. A patologia causa uma lesão progressiva no nervo óptico, responsável por levar as informações captadas pelo olho ao cérebro. A oftalmologista do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), Denise Salvalaggio, chefe do Setor de Glaucoma, explica que geralmente o paciente percebe o problema quando a visão já está prejudicada e o quadro avançado.

Nesta Semana Mundial do Glaucoma, a especialista do HSPE lembra que se trata de uma "doença silenciosa". "Na maioria dos casos, não causa sintomas nas fases iniciais. A perda da visão ocorre de forma lenta e periférica", explica.

A idade é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento do glaucoma. Embora a doença possa afetar pessoas de qualquer idade, o problema é mais recorrente após os 40 anos, sendo mais incidente com o envelhecimento. Outros fatores também podem facilitar o desenvolvimento da enfermidade, como:

Foto/Divulgação/Governo de SP

A realização de exames periódicos é a principal forma de detectar precocemente o glaucoma

pressão intraocular elevada, histórico familiar da doença, miopia ou hipermetropia acentuadas, uso prolongado de corticoides e doenças sistêmicas.

Apesar de assintomática nos primeiros estágios, alguns sinais podem indicar o glaucoma, como: dificuldade para enxergar à noite, perda de campo visual e a presença de manchas, áreas escura ou embaçadas na visão. Caso alguma dessas mudanças surjam, a recomendação é procurar avaliação médica.

A realização de exames periódicos é a principal forma de detectar precocemente o glaucoma e outras doenças oculares. Com o diagnóstico precoce, é possível que os sinais mais graves da doença sejam evitados. "Em pessoas com fatores de risco, como histórico familiar de glaucoma, o acompanhamento deve começar antes dos 40 anos", orienta a oftalmologista do HSPE.

Entenda a relação entre glaucoma, diabetes e hipertensão

O diabetes descontrolado pode danificar os vasos sanguíneos da retina, causando a retinopatia diabética. Essa doença causa cegueira quando não tratada adequadamente. Já a hipertensão pode alterar os vasos da retina, provocando entupimentos ou sangramentos, fatores também prejudiciais à visão. Em casos mais graves, essas doenças podem reduzir o oxigênio na retina, facilitando alterações que aumentam a pressão dentro do olho.

Doenças comuns na população idosa

Entre as doenças oculares mais comuns na população idosa estão: catarata, glaucoma e degeneração macular relacionada à idade. Também podem afetar a visão, alterações associadas às doenças crônicas, como: diabetes e hipertensão, problemas que se desenvolvem de modo silencioso e, por isso, exigem acompanhamento regular para diagnóstico precoce. (Governo de SP)

Trampolim: últimos dias de inscrições para 420 vagas em cursos profissionalizantes gratuitos

O Governo do Estado de São Paulo está com inscrições abertas para 420 vagas para cursos remotos e gratuitos em todo o estado de São Paulo. Os interessados devem se inscrever pelo Portal Trampolim www.trampolim.sp.gov.br até segunda-feira (16), segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

As aulas são ao vivo e realizadas no período noturno.

As vagas estão distribuídas entre as modalidades: Meu Primeiro Emprego, direcionado a jovens de 16 a 24 anos que buscam a sua primeira oportunidade no mercado de trabalho; Novo Emprego, voltado a jovens e adultos entre 25 e 59 anos que desejam se qualificar em uma nova área ou iniciar uma nova carreira; e 60+, para o público com 60 anos ou mais que quer desenvolver novas habilidades.

A escolha dos cursos foi realizada após análises das demandas de mercado em todo o território estadual. O objetivo é fazer a conexão entre aprendizado e empregabilidade, oferecendo treinamento em segmentos em que há vagas abertas.

Como se inscrever

Basta acessar o site www.trampolim.sp.gov.br, fazer o login na sua conta gov.br e escolher o curso desejado. Podem participar candidatos alfabetizados, domiciliados no estado de São Paulo e com idade compatível com a modalidade escolhida.

Caso o número de inscritos ultrapasse o número de vagas,

Foto/Divulgação/Governo de SP

serão priorizadas pessoas menores de idade, com deficiência, desempregadas e com baixa renda.

A convocação dos candidatos selecionados ocorrerá por e-mail. As aulas têm previsão de início para 23 de março. Para receber o certificado, o aluno deve ter ao menos 75% de presença nas aulas do curso. (Governo de SP)

Governo autoriza concurso para 98 vagas no Instituto de Pesquisas Ambientais para fortalecer quadro de pesquisadores

Foto/Divulgação/Governo de SP

O Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) contará com um novo concurso público para ampliar seu quadro técnico e fortalecer a produção científica voltada à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo. A autorização para a abertura do certame foi publicada na quarta-feira (11) pelo governador Tarcísio de Freitas.

Vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), o órgão abrirá 98 vagas para Pesquisador Científico I, cargo que exige nível superior e oferece remuneração inicial de R$ 9.052,47. A medida atende à solicitação da secretaria e foi formalizada no processo nº 001.00003018.2026-82.

Com a autorização publicada, o próximo passo será a constituição da comissão organizadora responsável pela elaboração do edital e pela condução das etapas do concurso, incluindo a definição da banca examinadora e do cronograma do processo seletivo. A expectativa é que o edital seja publicado nos próximos meses, permitindo a entrada de novos pesquisadores para reforçar a atuação científica do instituto.

Para o instituto, a ampliação do quadro de pesquisadores representa um passo importante para renovar e fortalecer a capacidade técnica dedicada à produção de conhecimento científico sobre o território paulista. Os novos profissionais deverão atuar em diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para estudos relacionados à biodiversidade, mudanças climáticas, conservação de ecossistemas e gestão ambiental.

"A recomposição do quadro de pesquisadores é fundamental para garantir a continuidade e o avanço das pesquisas ambientais desenvolvidas pelo instituto. A chegada de novos profissionais permitirá ampliar estudos estratégicos sobre biodiversidade e recursos naturais, que apoiam o planejamento ambiental e a tomada de decisão no Estado", afirma o diretor do IPA, Marco Aurélio Nalon.

O concurso integra a implementação da Lei Complementar nº 1.435/2025, que modernizou a carreira de Pesquisador Científico no Estado de São Paulo. A atualização da estrutura da carreira visa valorizar os profissionais, otimizar a gestão do corpo técnico e ampliar a capacidade do Estado para enfrentar desafios ambientais complexos e apoiar decisões estratégicas de planejamento territorial. (Governo de SP)

Presidente zera imposto e subsidia diesel para conter alta do petróleo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto presidencial na quinta-feira (12) zerando as alíquotas do PIS e do Confins sobre a importação e comercialização do diesel. Além disso, assinou medida provisória (MP) com subvenção ao diesel para produtores e importadores.

"As medidas são para que a gente garanta que essa guerra não chegue ao bolso do motorista, ao bolso do caminhoneiro e, sobretudo, não chegando ao bolso do caminhoneiro não vai chegar ao prato de feijão, à salada do alface, da cebola e a comida que o povo mais come", afirmou Lula em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, em Brasília.

As medidas foram anunciadas em caráter temporário – até dia 31 de dezembro deste ano – e justificadas por causa da alta do petróleo causada pela guerra no Irã, que vem obrigando países a liberarem estoques de emergência.

O corte dos impostos deve reduzir o valor do litro em R$ 0,32 na refinaria. Já a subvenção aos produtores e importadores deve ter impacto de mais R$ 0,32 por litro. Ao todo, as duas medidas devem reduzir o preço em R$ 0,64 por litro do diesel, segundo cálculos do Ministério da Fazenda.

A subvenção aos produtores e importadores será condicionada a uma comprovação de que o valor foi transferido para os consumidores finais.

Para compensar a perda na arrecadação e incentivar o refino de petróleo no Brasil, o governo passará a cobrar uma alíquota de 12% sobre a exportação de petróleo.

Foi publicado ainda um segundo decreto, esse em caráter permanente, com medidas de fiscalização e transparência para combater o aumento abusivo dos preços dos combustíveis para fins de especulação.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicou que a abusividade deve ser definida por critérios objetivos a serem desenhados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP):

"Nós criamos dois novos tipos para caracterizar a abusividade do distribuidor, tanto no caso de um armazenamento de combustível injustificado, quanto do aumento abusivo do preço que passa a ser fiscalizado pela ANP a partir de critérios objetivos que serão produto de uma resolução da agência."

Impacto econômico

Com o imposto do PIS e Cofins zerado para o diesel, o governo espera perder R$ 20 bilhões em arrecadação. Já a subvenção ao diesel deve ter um impacto de R$ 10 bilhões no caixa da União.

O governo espera que esse valor seja compensado pelo imposto de exportação sob o petróleo, com previsão de arrecadar R$ 30 bilhões até o final do ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou na coletiva que as mudanças não alteram a política de preço da Petrobras, mantendo a previsibilidade e o retorno aos acionistas privados minoritários da estatal.

"Não estamos falando de nada que altera estruturalmente o país, nem do ponto de vista fiscal, nem do ponto de vista tarifário", disse Haddad, acrescentando que a preocupação do governo é com o preço do diesel.

"A maior pressão que o mercado de combustível sofre hoje vem exatamente do diesel, não vem da gasolina. É com o diesel que nós estamos mais preocupados pelo fato do diesel afetar as cadeias produtivas de maneira muito enfática. Toda a colheita que está sendo feita agora da safra brasileira depende do diesel", completou Haddad.

Fiscalização e Transparência

O governo ainda definiu referências objetivas para que a ANP e agências de defesa do consumidor possam atuar de forma mais eficiente no combate aos preços abusivos dos combustíveis.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, enfatizou que faltam hoje referências técnicas para impedir a manipulação dos preços para fins especulativos, "visto que esses abusos se tornaram recorrentes".

"Quando a Petrobras, que tem a produção majoritária do Brasil – mais de 70% do mercado – reduz o preço, essa redução demora muito para chegar na bomba. Quando chega, ou chega só parcialmente, ou mesmo quando chega integralmente, chega semanas ou meses depois", explicou o ministro.

Alíquota de exportação

A alíquota de exportação de 12% sobre o barril de petróleo, além de compensar a perda na arrecadação causada pelo subsídio ao Diesel, deve servir para incentivar os exportadores a deixarem parte da produção no mercado interno, em vez de buscarem exportar mais motivados pelo aumento do preço no mercado mundial.

"Como o preço do óleo bruto está disparando, se você não der uma medida compensatória que estimule quem produz óleo bruto a deixar nas refinarias brasileiras, ele vai colocar uma parcela ainda maior no mercado internacional, desabastecendo nossas refinarias", comentou o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

BR Distribuidora

Os ministros criticaram ainda a privatização da BR Distribuidora, empresa que controla milhares de postos de combustíveis no país e que poderia se somar aos esforços para reduzir os impactos da alta do petróleo.

"infelizmente, o modelo criminoso de venda dos nossos ativos nacionais do governo anterior fez com que nós diminuíssemos a nossa produção de produtos refinados no Brasil – gasolina, diesel e gás natural. E, portanto, foi um crime de lesa pátria ao Brasil, aos brasileiros, desfazer da nossa BR Distribuidora", comentou Rui Costa. (Agência Brasil)

Brasiliana

Mauricio Picazo Galhardo

Então olhei para o Brasil e ví o campo ...

- Quero saber apresenta:

" ... a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) solicitou, ao Ministério de Minas e Energia (MME), o aumento urgente da mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel no país, dos atuais 15% para 17% (B17), diante da escalada recente dos conflitos no Oriente Médio e seus impactos sobre o mercado de petróleo. O preço do barril do petróleo bruto Brent chegou a US$ 84, acumulando alta de até 20% em relação ao final de fevereiro..."

- A mistura de biodiesel no diesel, aumenta a absorção de água, gerando borra?

- ... também entupimento de filtros e oxidação?

- ... exigindo manutenção antecipada?

Fato Divulgação

O biodiesel é mais propenso a contaminações, criando "borras" que entupem filtros de combustível e danificam o sistema de injeção. O biodiesel absorve mais água do ambiente, o que pode causar corrosão nos componentes internos do motor. Veículos, especialmente os mais antigos, podem apresentar maior necessidade de manutenção corretiva e preventiva, reduzindo a vida útil de peças. Relatos indicam que percentuais mais altos de biodiesel podem reduzir a potência do motor e aumentar o consumo de combustível. (Informações IA). Por hoje é isto. Boa semana e até a próxima brasiliana.

BNDES descarta ser afetado por recuperação extrajudicial da Raízen

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição de fomento do governo federal, informou na manhã da quinta-feira (12) que não será afetado diretamente pelo pedido de recuperação extrajudicial da gigante do agronegócio Raízen.

Em 2025, o banco público aprovou o financiamento de R$ 1 bilhão para a companhia produzir etanol de segunda geração, combustível mais sustentável.

Na quarta-feira (11) a Raízen comunicou que uma proposta de renegociação de R$ 65,1 bilhão de dívidas foi acordada com os principais credores da empresa.

De acordo com o BNDES, os financiamentos autorizados contam com garantia real, que são as próprias usinas.

"Portanto, conforme informou a própria empresa, continuarão a ser pagos normalmente", diz a nota.

"O BNDES está empenhado e comprometido em encontrar a melhor solução para a crise financeira da empresa", completa.

O banco acrescenta que tem "sólido sistema de governança", que garante ao banco uma das menores inadimplências do sistema financeiro, de 0,008%, de acordo com o último balanço divulgado.

Recuperação extrajudicial

Recuperação extrajudicial é uma forma de empresas com dificuldades financeiras negociarem dívidas diretamente com credores de forma ágil, com objetivo de evitar falência. Para valer, o acordo precisa ser homologado pela Justiça.

O pedido da Raízen foi apresentado à Comarca da Capital de São Paulo.

A companhia informou que a iniciativa de saneamento financeiro tem alcance limitado, sem incluir dívidas e obrigações com clientes, fornecedores, revendedores e outros parceiros de negócios, que permanecem vigentes, "sendo cumpridas normalmente, nos termos dos respectivos contratos".

Criada em 2011, resultado de uma joint venture entre as empresas Cosan e a Shell, a Raízen atua em atividades que incluem o cultivo de cana-de-açúcar, a produção de açúcar e etanol, cogeração de energia, logística, transporte e distribuição de combustíveis, entre outros negócios.

A empresa tem 45 mil funcionários e controla 35 usinas de produção de açúcar, etanol e bioenergia.

O etanol de segunda geração, objeto do financiamento do BNDES, é um biocombustível sustentável, produzido a partir de resíduos vegetais, como o bagaço e a palha da cana-de-açúcar, em vez do caldo (açúcar) usado no etanol comum. (Agência Brasil)

Inflação oficial recua para 3,81%, com variação de 0,7% em fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou de 0,33% em janeiro para 0,7% em fevereiro, maior taxa desde fevereiro de 2025 (1,31%).

Os dados foram divulgados na quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A maior variação e impacto foram registrados no grupo Educação (5,21%), devido aos reajustes anuais das mensalidades de escolas e cursos. Junto com a alta no grupo Transportes, os dois grupos representaram aproximadamente 66% do resultado do mês.

No ano, o IPCA acumula alta de 1,03% e, nos últimos doze meses, o índice ficou em 3,81%, abaixo dos 4,44% dos 12 meses imediatamente anteriores. A inflação oficial está dentro do limite máximo de tolerância da meta do governo.

O gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, explica que, embora mais alto que em meses anteriores, o resultado é o menor para um mês de fevereiro desde 2020 (0,25%).

"Em fevereiro do ano passado, no IPCA de 1,31% houve uma pressão do grupo Habitação, em especial na energia elétrica, em função do fim do Bônus de Itaipu, o que não ocorreu no ano de 2026."

"Ainda na comparação com o ano anterior, Educação acelerou ao registrar 5,21% em fevereiro de 2026 contra 4,7% de fevereiro de 2025", acrescentou.

Segundo o IBGE, o grupo Educação respondeu por cerca de 44% do IPCA de fevereiro. A maior contribuição veio dos cursos regulares (6,2%), por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. As maiores variações foram nos subitens ensino médio (8,19%), ensino fundamental (8,11%) e pré-escola (7,48%).

O grupo Alimentação e bebidas teve pequena variação na passagem de janeiro (0,23%) para fevereiro (0,26%). A alimentação no domicílio registrou variação de 0,23% frente a 0,10% do mês anterior, com influência das altas do açaí (25,29%), do feijão carioca (11,73%), do ovo de galinha (4,55%) e das carnes (0,58%).

Pelo lado das quedas, os destaques são as frutas (-2,78%), o óleo de soja (-2,62%), o arroz (-2,36%) e o café moído (-1,20%). Já a alimentação fora do domicílio (0,34%) desacelerou em relação ao mês anterior (0,55%). A refeição saiu de 0,66% em janeiro, para 0,49% em fevereiro, e o lanche passou de 0,27% para 0,15% no mesmo período.

Segundo o gerente da pesquisa, o grupo dos alimentos variou 0,26% em fevereiro, mostrando desaceleração na comparação com fevereiro de 2025, quando registrou influência da alta do ovo de galinha (15,39%) e do café moído (10,77%).

No índice atual, tais subitens desaceleraram para 4,55% (ovo de galinha) e -1,20% (café), oitavo mês seguido de retração nos preços deste subitem, que acumula 10,13% de variação nos últimos 12 meses.

"Além desses produtos o arroz, importante na mesa dos brasileiros, já acumula queda de 27,86% em 12 meses dada a boa oferta do cereal", disse Gonçalves.

No grupo Transportes, chamou a atenção o aumento de 11,4% na passagem aérea. Também registraram altas o seguro voluntário de veículos (5,62%), o conserto de automóvel (1,22%) e o ônibus urbano (1,14%).

Nos combustíveis, o índice ficou em -0,47%, com quedas na gasolina (-0,61%) e no gás veicular (-3,10%), e altas no etanol (0,55%) e no óleo diesel (0,23%).

INPC

De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve alta de 0,56% em fevereiro, 0,17 ponto percentual. acima do resultado observado em janeiro (0,39%).

No ano, o INPC acumula alta de 0,95% e, nos últimos 12 meses, o índice ficou em 3,36%, abaixo dos 4,30% dos 12 meses imediatamente anteriores. Em fevereiro de 2025, a taxa foi de 1,48%.

Os produtos alimentícios aceleraram de janeiro (0,14%) para fevereiro (0,26%). A variação dos não alimentícios passou de 0,47% em janeiro para 0,66% em fevereiro. (Agência Brasil)

Governo estima impacto do pacote do diesel em R$ 30 bi e prevê compensar com imposto sobre exportação

As medidas anunciadas pelo governo federal na quinta-feira (12) para reduzir os efeitos da guerra no Oriente Médio sobre os preços dos combustíveis custarão cerca de R$ 30 bilhões até o fim deste ano, de acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O Executivo pretende bancar as ações com um imposto temporário de 12% sobre a exportação de petróleo.

As informações foram dadas por Haddad e outros ministros durante o anúncio do pacote. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou uma MP (medida provisória) para zerar o PIS e a Cofins sobre óleo diesel. Também estabeleceu uma subvenção para produtores e importadores.

De acordo com o governo, a subvenção e a renúncia do PIS e Cofins devem reduzir em R$ 0,64 o preço do litro do diesel na bomba. A gestão Lula tenta impedir que o valor do combustível suba e encareça o transporte de mercadorias por caminhões, o que poderia acelerar a inflação em diversos setores.

Haddad disse que os valores são aproximados. "Renúncia em PIS e Cofins é da ordem de R$ 20 bilhões, e a subvenção é da ordem de R$ 10 bilhões. Não existe impacto fiscal nem a favor nem contra", declarou ele, referindo-se à previsão de compensação das perdas pela arrecadação com o imposto de exportação.

Um aumento da inflação seria especialmente prejudicial a Lula porque ele tentará reeleição em outubro e poderá perder popularidade caso os preços subam. Categorias sensíveis ao encarecimento dos combustíveis, como caminhoneiros e motoristas de aplicativos, são distantes da gestão petista.

Medidas provisórias, como essa com ações relacionadas aos preços dos combustíveis, têm força de lei a partir do momento de sua publicação por até 120 dias. Só continuam valendo depois desse prazo se forem aprovadas pelo Congresso.

Números do Ministério da Fazenda apontam que a subvenção tem teto de R$ 10 bilhões, sem um período de tempo estabelecido. Também estimam que o imposto de importação deve arrecadar R$ 15 bilhões em quatro meses, tempo de validade da Medida Provisória. A perda de arrecadação com PIS e Cofins seria de R$ 6,7 bilhões durante esses quatro meses.

Tanto o ministro da Fazenda quanto o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disseram que as medidas estimularão refinarias brasileiras a aumentar a produção. A lógica é que, com o imposto de exportação, a oferta de petróleo para as refinarias nacionais ficará maior.

"Queremos estimular as refinarias a usar a máxima capacidade de processamento já instalada. Isso vai servir de estímulo para que elas o façam", declarou Haddad.

"Não é só compensação", disse Rui Costa sobre o imposto de exportação. Ele afirmou que, com os preços subindo no mercado internacional, ficaria mais difícil para refinarias brasileiras comprar a matéria-prima, o que causaria risco de desabastecimento dessas plantas.

"Estamos fazendo um sacrifício enorme, uma engenharia econômica, para evitar que os efeitos da irresponsabilidade das guerras cheguem ao povo brasileiro", declarou Lula.

O presidente da República também pressionou governadores a reduzir impostos estaduais sobre os combustíveis. "Quem sabe [podemos] até contar com a boa vontade dos governadores dos Estados para baixar um pouco do ICMS dos combustíveis", afirmou Lula.

Além do presidente, de Haddad e de Rui Costa, também participou do anúncio o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa.

Outros integrantes de alto escalão do governo não participaram diretamente do anúncio, mas estavam presentes na sala no Palácio do Planalto. Foi o caso do ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, e de diversos secretários do Ministério da Fazenda.

O anúncio foi motivado pelo aumento de preços dos combustíveis em virtude da guerra no Irã, que pressiona as cotações do petróleo.

Na quinta-feira (12), os preços do petróleo no mercado internacional votaram a subir e passaram da casa dos US$ 100 por barril Brent. O principal motivo são os ataques do Irã à infraestrutura petrolífera de países do golfo Pérsico e o fechamento do estreito de Hormuz.

O aumento ocorre mesmo após a AIE (Agência Internacional de Energia) ter aprovado a liberação de 400 milhões de barris de petróleo de suas reservas, o maior movimento desse tipo na história da organização que reúne 32 países, incluindo os Estados Unidos.

Os ataques iranianos à infraestrutura petrolífera no Oriente Médio são uma resposta às ofensivas americanas e israelenses contra o país. As operações militares começaram no fim de fevereiro e mataram o aiatolá Ali Khamenei, que governava o Irã desde 1989. (Folhapress)

Preço do petróleo volta a superar US$ 100 após novos ataques do Irã

Os preços do petróleo voltaram a subir na quinta-feira (12), superando novamente a casa de US$ 100 (R$ 515,91) para o barril Brent, após nova onda de ataques contra as infraestruturas petrolíferas dos países do golfo Pérsico.

Às 12h45, o barril Brent, referência internacional, era cotado a US$ 101,57 (R$ 524,01), uma alta diária de 10,4% em seu maior valor atingido no dia. O preço do petróleo não atingia os três dígitos desde terça-feira (10). Na semana, o valor máximo foi de US$ 119,46 na segunda-feira (9).

O aumento ocorre mesmo após a AIE (Agência Internacional de Energia) ter aprovado a liberação de 400 milhões de barris de petróleo de suas reservas, o maior movimento desse tipo na história da organização que reúne 32 países, incluindo os Estados Unidos.

O secretário de Energia dos Estados Unidos, Chris Wright, prometeu que 172 milhões de barris serão disponibilizados "a partir da próxima semana".

Mas a medida deve demorar quase um mês para ser executada, de acordo com o presidente francês, Emmanuel Macron, e é vista por especialistas como um paliativo. "Na linguagem das mesas de operações, a liberação da AIE é o equivalente a apontar uma mangueira de jardim para um incêndio em uma refinaria", comentou Stephen Innes, da SPI Asset Management.

Para os analistas do ING, a "única maneira de ver os preços do petróleo serem negociados em baixa de forma sustentada é fazendo com que o petróleo flua pelo estreito de Hormuz. Se isso não for feito, significa que as altas do mercado ainda estão à nossa frente".

O mercado reagiu da mesma forma e voltou a elevar o preço do petróleo. O barril WTI (West Texas Intermediate), usado nos EUA, também subiu nesta quinta e chegou a atingir US$ 97,16 (R$ 501,26). Às 12h45, ele registrava alta de 9,28%, cotado a US$ 95,44 (R$ 492,38).

BOLSAS EM QUEDA

Com os novos ataques, os investidores voltaram a evitar os ativos de risco e as principais Bolsas do mundo estão em queda nesta quinta. O índice Euro STOXX 600, referência na União Europeia, caía 1,27%, às 12h40. As principais Bolsas do continente seguiam a mesma tendência em Frankfurt (-0,32%), Londres (-0,60%), Paris (-0,99%), Madri (-1,57%) e Milão (-1,12%).

As três Bolsas dos EUA também estavam em desvalorização com a Nasdaq perdendo 1,32%, a Dow Jones, 1,20%, e a S&P 500, 0,99%.

Os principais índices da Ásia fecharam em queda, com destaque para Tóquio (-1,04%), Taiwan (-1,56%) e Seul (-0,48%). Na China, o índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, retrocedeu 0,36%, e o índice SSEC, de Xangai, perdeu 0,10%.

O ouro é outro ativo que estava em baixa nesta quinta, com queda de 0,91%, cotado a US$ 5.132,20 (R$ 26,48 mil) por onça.

A guerra, iniciada em 28 de fevereiro com os bombardeios de Israel e dos Estados Unidos contra o Irã, adquiriu uma dimensão regional e ameaça o abastecimento mundial de petróleo, já que o tráfego foi paralisado no estratégico estreito de Hormuz.

O bloqueio do estreito de Hormuz tem implicações significativas para o comércio de petróleo e gás natural. Do canal, saem cerca de 20% do óleo bruto produzido em todo o mundo, e um bloqueio de longo prazo pode afetar em massa o fornecimento de combustíveis vitais para a economia mundial.

Contudo, no 13º dia do conflito, os danos às infraestruturas petrolíferas são cada vez maiores. Ao menos dois navios-petroleiros foram incendiados no mar do Iraque após supostos ataques vindos do Irã na madrugada de quinta-feira (noite de quarta no Brasil).

Segundo autoridades iraquianas, as embarcações foram alvos de navios carregados de explosivos e os ataques causaram a morte de uma pessoa. A Vitol, uma das maiores empresas de energia do mundo, disse que é a proprietária das duas embarcações e que o tripulante que morreu estava no navio Safesea Vishnu.

Horas antes, três outros navios haviam sido atingidos no Golfo: um navio de bandeira tailandesa, um navio porta-contêineres na costa dos Emirados Árabes Unidos e uma embarcação no Bahrein. A Guarda Revolucionária do Irã reivindicou a responsabilidade pelo ataque ao navio da Tailândia e alegou que o ataque foi motivado pelo não cumprimento de uma ordem.

O porta-contêineres que pegou fogo pertence à empresa Hapag-Lloyd, uma das maiores de transporte marítimo, e teria sido atingido por fragmentos de projéteis. Segundo a empresa, todos os tripulantes a bordo estão seguros.

Houve também ataques a depósitos de combustíveis relatados por Bahrein e Omã, e a um campo de petróleo em Shaybah, no leste da Arábia Saudita, que foram confirmados pelos países atingidos. Drones causaram danos novamente no aeroporto internacional do Kuwait e explosões foram ouvidas no centro de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Uma alta autoridade militar iraniana alertou na quarta-feira que o país poderia travar uma guerra prolongada que "destruiria" a economia mundial, enquanto o presidente dos EUA, Donald Trump, insistiu que o Irã estava enfrentando uma derrota iminente.

A AIE (Agência Internacional de Energia) afirmou que a guerra no Oriente Médio está criando o maior choque de oferta de petróleo da história. Segundo a entidade, os países do golfo Pérsico reduziram a produção de petróleo em pelo menos 10 milhões de barris diários com o bloqueio do estreito de Hormuz.

"A produção de petróleo bruto foi reduzida em pelo menos 8 milhões de barris por dia (mb/d), em conjunto com 2 mb/d" relacionados a derivados de petróleo (incluindo os condensados), que foram "paralisados", destacou a AIE em relatório.

Em particular, segundo a agência, foram registradas "importantes reduções da oferta" no Iraque, Qatar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, que foram atacados pela represália do Irã aos ataques que sofreu dos EUA e de Israel.

A situação pode representar uma oportunidade para vários produtores da América Latina, como Brasil, Venezuela e México, porém com valores de frete elevados. Distribuidoras de combustíveis na França e na Coreia do Sul anunciaram que vão estipular teto para o preço do combustível para tentar conter a alta do petróleo.

O conflito já fez com que mais de três milhões de pessoas se deslocassem dentro do Irã para fugir dos confrontos, segundo a agência de refugiados da ONU.

O estreito de Hormuz fica próximo ao Irã e tem apenas 54 quilômetros de largura em seu ponto mais estreito.

Teerã prometeu que nem um litro de petróleo será exportado do golfo Pérsico enquanto os ataques dos EUA e de Israel continuarem, embora dados da indústria sugiram que suas próprias exportações, afetadas por sanções, continuam passando.

Forças americanas disseram ter atingido 28 embarcações iranianas de colocação de minas na quarta-feira, em meio a temores de que Teerã pudesse tornar o estreito de Hormuz inavegável.

Os novos ataques do Irã nesta quinta-feira vieram depois que Trump insistiu que Teerã estava "praticamente no fim da linha". "Não significa que vamos acabar com isso imediatamente, mas eles estão", disse o presidente dos EUA.

Ele também ameaçou que Washington poderia atacar infraestruturas que levariam uma geração para serem reconstruídas, ao mesmo tempo em que indicou que preferiria mostrar contenção.

"Se a Casa Branca imagina que o conflito vai parar quando Donald Trump decidir... estão cometendo um erro e ignorando as lições da história", afirmou Pierre Razoux, diretor de estudos da Fundação Mediterrânea de Estudos Estratégicos, à agência de notícias AFP.

"O regime iraniano, que não tem mais nada a perder, vai travar uma guerra de desgaste contra os Estados Unidos e Israel para punilos por sua agressão", avaliou.

O Exército de Israel disse nesta quinta-feira que iniciou uma nova onda de ataques "em larga escala", incluindo um que, segundo afirmou, teve como alvo um local usado para o desenvolvimento de armas nucleares. (Folhapress)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Mach Infra S.A.

CNPJ/MF nº 31.689.171/0001-01

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	222	341
Contas a receber e outros recebíveis	8	151.635	151.032
Adiantamentos		55	17
Impostos e contribuições a recuperar		26	54
Estoque		105	28
Total do ativo circulante		**152.043**	**151.472**
Não circulante			
Intangível	9	2.840	2.840
Total do ativo não circulante		**2.840**	**2.840**
Total do ativo		**154.883**	**154.312**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores e subempreiteiros	10	396	275
Obrigações trabalhistas	11	168	74
Obrigações tributárias	12	104	145
Adiantamentos de clientes		-	92
Total do passivo circulante		**668**	**586**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		61	61
Total do passivo não circulante		**61**	**61**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	157.623	157.623
Prejuízo acumulado		(3.469)	(3.958)
Total do patrimônio líquido		**154.154**	**153.665**
Total do passivo e patrimônio líquido		**154.883**	**154.312**

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	14	**3.476**	**2.661**
Custo dos serviços prestados		(2.873)	(2.187)
Resultado Bruto		**603**	**473**
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		-	(70)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**603**	**403**
Receitas financeiras		11	7
Despesas financeiras		(8)	(5)
Resultado financeiro líquido		**4**	**2**
Imposto de Renda e Contribuição Social		(118)	(72)
Resultado do exercício		**489**	**333**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Resultado do período	**489**	**333**
Outros Resultados Abragentes		
Resultado do período	**489**	**333**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**157.623**	**(4.291)**	**153.332**
Resultado do exercício	-	333	333
Em 31 de dezembro de 2024	**157.623**	**(3.958)**	**153.665**
Resultado do exercício	-	489	489
Em 31 de dezembro de 2025	**157.623**	**(3.469)**	**154.154**

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	489	333
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais		
Contas a receber e outros recebíveis	(603)	(507)
Adiantamentos	(38)	(16)
Estoques	28	(28)
Impostos e contribuições a recuperar	(77)	(35)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais		
Fornecedores e outros contas a pagar	121	274
Obrigações trabalhistas	94	74
Obrigações tributárias	(41)	144
Adiantamentos de clientes	(92)	92
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(608)**	**(2)**
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(119)**	**330**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**341**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**222**	**341**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(119)**	**330**

Notas explicativas da administração à demonstração contábil em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Mach Infra S.A. é uma sociedade anônima, constituída no dia 19 de outubro de 2018, com sede localizada na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.493, 6º andar, conjunto 61 e 62, sala 06, Cidade Monções, CEP 04.571-011, São Paulo. Em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de março de 2025 foi alterada a razão social da Companhia de Eneplan Engenharia S.A. para Mach Infra S.A. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obras e manutenção de Barragens, Obras Portuárias, Aeroportuárias, Rodovias e Edificações; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento; drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio, representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (h) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (l) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (m) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (n) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionistas ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (m) acima.

2 Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 09 de fevereiro de 2026.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais. **a) Imposto de renda e contribuição social** - (i) *Imposto diferido:* O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. *b) Imobilizado:* Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 09, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. *c) Capital social:* **Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixas e Quivalentes de Caixa	2025	2024
Caixa	11	11
Bancos conta corrente	211	330
	222	341

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis	2025	2024
Contas a receber e outros recebíveis	893	557
SP Infra S.A.	70.000	70.000
BRZ Infra S.A	80.742	80.475
	51.635	151,032

9 Intangível: Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico para fins de transferência de "Know How", conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 15 de outubro de 2018.

10 Fornecedores e Subempreiteiros	2025	2024
Fornecedores nacionais	296	201
Subempreiteiros	90	60
Outros	10	14
	396	275

11 Obrigações Trabalhistas	2025	2024
Salários	31	14
Rescisões	75	36
INSS	16	7
FGTS	4	1
Férias	42	16
	168	74

12 Obrigações Tributárias	2025	2024
Imposto de renda	18	47
Contribuição social	8	25
ISS	28	18
PIS	8	8
COFINS	35	37
Impostos e contribuições retidos na fonte	7	10
	104	145

13 Capital Social

	Participação %	Ações	Capital Integralizado
BRZ Infra S.A	100,00%	157.623	157.623
	100,00%	**157.623**	**157.623**

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(119)**	**330**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**341**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**222**	**341**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(119)**	**330**

14 Receitas	2025	2024
Receita de consórcios - obras públicas	3.191	2.803
Receita de consórcios a faturar - obras públicas	565	68
	3.756	2.871
ISS sobre vendas	(143)	(105)
PIS sobre vendas	(24)	(19)
COFINS sobre vendas	(113)	(86)
	3.476	2.661

15 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2025 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

16 Contingências: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia não há ações em curso cuja probabilidade de perda seja possível ou provável e desta forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não há contingências a serem registradas na contabilidade ou divulgadas em nota explicativa.

17 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

18 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Diretor Presidente
Marcelo Martins de Melo
Diretor Corporativo
Felippe Soares Verdi
Diretor Operações
Carlos Alberto Marini

Contador: Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Mach Infra S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Mach Infra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mach Infra S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de março de 2025 foi alterada a razão social da Companhia de Eneplan Engenharia S.A. para Mach Infra S.A. conforme ato registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 7 de abril de 2025 sob o nº 128.642/25-7. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunta, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos a avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 09 de fevereiro de 2026.

Approach Auditores
Independentes-SCS
CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio - Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia. São publicadas diária, em bancas e para assinantes, as páginas dessas publicações encontram-se disponíveis no site.
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

CCPR AEROPORTOS

Concessionária do Bloco Central S.A.

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79

Relatório de Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Bloco Central, acompanhadas do Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **1.2 Destaques do ano de 2025:** O ano de 2025 é marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão, após o cumprimento integral, ao final de 2024, do prazo contratual e dos investimentos obrigatórios nos acessódios à Fase I-B, destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de Concessão nos 6 (seis) aeroportos que compõem o Bloco Central. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no desempenho operacional dos aeroportos sob seus estabelecidos. Em fevereiro de 2025, houve mudança na estrutura organizacional, e a posição de vice-presidente da Plataforma foi assumida pelo Waldo Edwin Perez Leskovar antes ocupado por Fábio Russo. O tráfego de passageiros cresceu 7,3% frente a 2024, alcançando a necessidade de 19,2 milhões de passageiros, enquanto a movimentação de cargas de importação e exportação reduziu 23% no mesmo período, totalizando 1,8 mil toneladas. Como destaque no campo comercial para os aeroportos do Bloco, foram 22 novos contratos de aluguel de estabelecimentos, totalizando 2,4km de área bruta locável (ABL) e 35 inaugurações ao longo do ano. Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas, destacam-se: • 11 (onze) inaugurações de operações de varejo, alimentação e locadora em São Luís; • 1 (um) inauguração de operação de varejo, alimentação e saúde VIP em Teresina; • Assunção do estacionamento de São Luís pela Estapar em fevereiro; • Inauguração da sala VIP de Teresina pela concessão das obras da Fase II. **2. Governança, Gestão e Integridade Corporativa: 2.1 Administração:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo contribuir para o processo decisório e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros, sendo quatro do Conselho Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por um CEO e seis vice-presidentes com designações específicas. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. Além da estrutura diretiva estatutária, a Companhia adota um modelo de gestão por plataformas de negócios. A Plataforma de Aeroportes é responsável pelos ativos concessionados no Bloco Central. A Plataforma, com estrutura executiva dedicada para garantir disciplina operacional, desempenho financeiro e aderência à diretoria. **2.2 Gestão de Pessoas:** Em 2025, a Motiva avançou na consolidação de sua cultura organizacional na plataforma Aeroportos, com uma agenda integrada de desenvolvimento, inclusão e cuidado com as equipes. A área de Pessoas lidera iniciativas estruturantes que fortalecem pertencimento, empatia e bem-estar, alinhando pessoas e resultados. **Desenvolvimento e Formação:** O Programa Decola Aeroportos seguiu em expansão, com foco em soft skills e adesão de 50% do quadro, alcançando mais de 80% de conclusão, reforçando a cultura de aprendizagem contínua. Novas iniciativas também foram implantadas, como o Decola Jovem, modelo estruturado de desenvolvimento para jovens aprendizes, com ênfase em cuidado integral e saúde mental. • Capacita PcD: formação profissional dedicada a pessoas com deficiência, ampliando inclusão e empregabilidade. • Mentorde: mentoria cruzada entre líderes e supervisores, fortalecendo a transferência de conhecimento e preparando os supervisores para futuro novos desafios. • Altitude 90: acompanhamento intensivo para novos colaboradores nos primeiros 90 dias, acelerando adaptação e reforçando comportamentos de liderança. A empresa ainda executou o piloto Rota do Equilíbrio, com sessões de *mindfulness* e práticas de bem-estar, promovendo saúde emocional e ambientes de trabalho mais saudáveis. Todos os programas foram conduzidos de forma integrada na plataforma aeroportos, que opera sob estrutura matricial com compatibilamento de recursos entre unidades. **Segurança Operacional e Bem-Estar:** A segurança permanece como principal estratégica, com iniciativas preventivas alinhadas à meta corporativa de zero acidentes e ao fortalecimento dos padrões operacionais. Em dezembro de 2025, o Bloco Central registrou 323 colaboradores efetivos, mantendo avanços relevantes em diversidade: • 45,5% de mulheres em posições de liderança, • 52,4% de representatividade multirracial, • 133% de compromisso da cota legal de PcD. **2.3 Fase Pós-Relicitação:** Em dezembro, por conta da concessão, ocorreu mudança de parte relacionada referente à Companhia, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor. Da forma a garantir a governança dos ativos digitais, Além dos controles internos específicos, a realidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão estabelece a necessidade de manutenção de Relações Contratuais Relacionadas pela Concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que devem ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão e respeitando o princípio da isonomia. Os contratos de aluguel de área locável relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da Companhia para a contratação com a parte relacionada em vistas das alternativas de mercado. **2.4 Responsabilidade Social:** Em 2025, a Motiva atuou em parceria com o Instituto Motiva, consolidou sua atuação social nos municípios onde opera. Ao longo do ano, foram promovidas ações estruturantes nas áreas de Cidadania e Direitos Humanos, Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Mobilidade e Cidades Sustentáveis. O conjunto dos projetos reforça o compromisso da empresa com o desenvolvimento local e a geração de impacto social positivo. **Saúde, Bem-Estar e Esporte:** O programa Caminhos pela Saúde foi um dos destaques do ano, ampliando o acesso a atividades atendimentos como testes de glicemia, aferição de pressão arterial, cálculo de IMC, corte de cabelo, massagem e atividades recreativas para crianças. As equipes dos aeroportos também atuaram com orientações sobre meio ambiente e segurança aeroviária, mobilizando o público e fortalecendo a iniciativa. Outra frente de grande mobilização foi o Circuito de Corridas realizado nas pistas dos aeroportos de Goiânia, Palmas, São Luís e Teresina, aproximando as comunidades dos espaços aeroportuários e incentivando hábitos saudáveis. Para os mais pequenos, foram criados círculos de skate para crianças, promovendo inclusão por meio do esporte. O projeto Cultivar Esperança, ampliou seu alcance para mais círculos de vida e judô em centros esportivos de São Luís, Palmas e Teresina. **Voluntariado e Meio Ambiente:** Em 2025, foram promovidas ações de voluntariado com a participação de profissionais dos aeroportos. Entre os destaques, estão mutirões de limpeza de praias e nascentes de rios em São Luís e Teresina, ações de conscientização ambientais também incluíram plantio de árvores, revitalização e criação de jardins, além da implantação de hortas em escolas, fortalecendo práticas sustentáveis nas comunidades. **Educação e Cultura:** Com foco na formação e no desenvolvimento de crianças e jovens, a Companhia manteve relações diversas ações educativas. As visitas guiadas aos aeroportos ao longo do ano permitiram aproximar concretos de segurança operacional e preservação ambiental de forma prática e acessível. Além disso, foram implantadas bibliotecas multimídia em diversas escolas e ampliou o acesso à leitura e ao conhecimento. **Desenvolvimento Ambiental:** A Motiva Aeroportos segue promovendo transformação social nas cidades em que atua, por meio de iniciativas em Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Mobilidade e Cidades Sustentáveis. Em 2025, os aeroportos do Bloco Central ampliaram o relacionamento com as comunidades vizinhas, com projetos que aproximam o aeroporto do cotidiano das pessoas e fortalecem o desenvolvimento local. O voluntariado segue como pilar importante. Em todos os aeroportos, colaboradores e parceiros se envolveram em revitalizações de espaços escolares e comunitários, atividades com idosos e crianças e ações de educação ambiental. Foram realizados mutirões de limpeza em rios e lagoas , com destaque para as mobilizações no Rio Tocantins (Palmas) e no Rio São Francisco (Petrolina), reforçando o cuidado com os recursos naturais e estimulando o descarte correto de resíduos. Com relação aos aspectos ambientais, a Motiva Aeroportos manteve, em 2025, seu modelo de parceria com cooperativas para a destinação de recicláveis, integrando organizações comunitárias à cadeia da reciclagem. Imperatriz e Palmas se destacaram pelo trabalho direto com cooperativas regionais, enquanto Goiânia, Petrolina, Teresina e São Luís operaram com gerenciamento estruturado e ritmo nas de triagem, coleta e destinação ambientalmente adequada, sempre que possível priorizando o vínculo com iniciativas locais. O gerenciamento do ruído aeroportuário é realizado nos seis aeroportos do bloco. Os planos específicos de zoneamento do ruído são atualizados e disponibilizados para a sociedade e constituem ferramenta de gestão. Além disso, a Companhia mantém diálogo com órgãos e entidades competentes para esclarecer dúvidas e acolher sugestões, mantendo o diálogo aberto sobre o convívio entre a operação aérea e o entorno urbano. São mantidos canais permanentes de ouvidoria e atendimento à comunidade, permitindo que moradores registrem reclamações que obras ou ajustes operacionais possam impactar a rotina das pessoas. Em cada território, a comunicação é realizada em linguagem clara, com materiais explicativos, atualização de páginas *Great Place to Work (GPW)* reconhecesse a Companhia como uma das melhores empresas para se trabalhar, reforçando a consistência da cultura organizacional e o alinhamento entre liderança e equipes. Os aeroportos de Goiânia (GO) e São Luís (MA), conquistaram a **certificação Nível 1 do *Airport Carbon Accreditation* (ACA)**, programa internacional que reconhece ações voltadas à gestão e à redução das emissões de carbono. Promovida pelo Conselho Internacional de Aeroportos (ACI), a iniciativa é considerada a referência mundial global em sustentabilidade na aviação. O projeto "Biodiversidade" da Motiva Aeroportos foi reconhecido com o **ACI-LAC *Green Airport Recognition Project – Special Recognition*** na categoria de biodiversidade pela *Airports Council International – Latin America & Caribbean* (ACI-LAC), uma premiação que reconhece iniciativas inovadoras em sustentabilidade no setor aeroportuário da América Latina e Caribe. Essa distinção evidencia o compromisso da Motiva com práticas de conservação da biodiversidade e soluções baseadas na natureza, colocando sua ação entre as mais impactantes e inovadoras da região em gestão ambiental aeroportuária. **Operações Reais Sustentáveis:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos serviços de Auditores Independentes que possam gerar conflitos correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, aqui contidas foram obtidas de sistemas gerenciais e de apontamentos de auditoria por parte dos Auditores Independentes. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes (**"KPMG"**) sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **6. Agradecimentos:** A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, à Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento. Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os novos desafios e oportunidades de aprendizagem e crescimento.

São Paulo, 12 de março de 2026.
A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**74.331**	**99.301**
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.551	55.384
Aplicações financeiras	6	26.145	-
Contas a receber dos operações	7.1	33.150	33.145
Contas a receber de partes relacionadas	9	187	72
Tributos a recuperar		2.924	4.145
Estoque		3.374	3.434
Despesas antecipadas		2.826	2.956
Adiantamentos a fornecedores		21	58
Outros créditos		154	107
Não circulante		**1.709.178**	**1.548.810**
Realizável a longo prazo			
Aplicação financeira - conta reserva	6	22.987	3.139
Contas a receber das operações	7.1	984	62
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	45.860	39.704
Estoque		1.643	1.122
Tributos a recuperar		4.255	979
Outros créditos		138	138
Imobilizado	10	8.797	10.215
Intangível	11	1.555.049	1.341.197
Infraestrutura em construção	11	69.407	152.170
Direito de uso em arrendamento		56	84
Total do ativo		**1.783.310**	**1.648.111**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**72.896**	**98.046**
Empréstimos e financiamentos	14	10.876	2.164
Debêntures	15	13.575	11.947
Fornecedores	12	20.438	51.517
Contas a pagar a partes relacionadas	9	1.419	23.701
Obrigações sociais e trabalhistas	13	13.890	15.080
Obrigações a contribuições		9.449	7.942
Passivo de arrendamento		31	31
Outras obrigações		7.418	5.664
Não circulante		**1.109.766**	**1.041.227**
Empréstimos e financiamentos	14	234.469	201.863
Debêntures	15	874.429	838.551
Fornecedores	12	386	140
Obrigações sociais e trabalhistas	13	11	75
Passivo de arrendamento		-	53
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	16.1	7	55
Outras obrigações		427	480
Patrimônio líquido	17	**601.448**	**508.838**
Capital social		692.331	587.310
Reservas de lucros		555	567
Prejuízos acumulados		(91.517)	(78.839)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.783.310**	**1.648.111**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (lucro) do exercício		**(12.678)**	**30.100**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	(6.156)	15.772
Depreciação e amortização	10 e 11	28.888	16.713
Baixa de ativo imobilizado	10 e 11	21	49
Depreciação - direito de uso de arrendamento		26	26
Reversão do ajuste a valor presente de arrendamento		6	7
Variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	19	121.930	103.005
Capitalização de custo de debêntures, empréstimos e financiamentos	19	(16.583)	(81.544)
Variações cambiais sobre fornecedores	19	(1.032)	142
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	313	(349)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16.1	49	158
Comissão de cláusulas partes relacionadas	9 e 19	10.521	10.288
Rendimentos de aplicações financeiras		(4.729)	(818)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações	17.2	288	240
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução do ativo			
Contas a receber das operações	7.1	(2.040)	(3.158)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(115)	99
Tributos a recuperar		1.391	1.694
Adiantamentos a fornecedores		37	273
Estoque		(461)	(439)
Despesas antecipadas e outros créditos		404	1.143
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(14.701)	30.396
Contas a pagar a partes relacionadas	9	(32.803)	8.397
Impostos e contribuições a recolher		1.507	1.447
Pagamento de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16.1	(97)	(32)
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.254)	1.009
Outras obrigações		701	1.208
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**73.925**	**130.172**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(377)	(949)
Adições ao ativo intangível	11	(144.979)	(494.216)
Outros de intangível		-	(1.000)
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(10.329)	818
Aplicações na conta reserva		(30.935)	(3.139)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(186.620)**	**(497.250)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures, empréstimos e financiamentos:			
Captações (liquidação de custos de transação)	21.2	40.850	211.928
Pagamento principal	21.2	(1.141)	(10.000)
Pagamento juros	21.2	(82.815)	(59.449)
Arrendamento:			
Pagamento		(32)	(32)
Integralização de capital	17.1	105.000	107.300
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**61.862**	**249.747**
Redução do caixa e equivalentes de caixa		**(50.833)**	**(117.331)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		55.384	172.715
No final do exercício		4.551	55.384
		(50.833)	**(117.331)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados demarginais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Prejuízo (lucro) do exercício	**(12.678)**	**30.100**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(12.678)**	**30.100**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital - Plano de Incentivo de Longo Prazo	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**935.705**	**(455.695)**	**127**	**(108.938)**	**371.198**
Lucro do exercício				-	30.100	30.100
Integralização de capital social em 15 de fevereiro de 2024		-	60.300	-	-	60.300
Integralização de capital social em 20 de maio de 2024		-	17.000	-	-	17.000
Integralização de capital social em 8 de julho de 2024		-	30.000	-	-	30.000
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações				240	-	240
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**935.705**	**(348.395)**	**367**	**(78.838)**	**508.838**
Prejuízo do exercício				-	(12.678)	(12.678)
Integralização de capital social em 25 de junho de 2025	17.1	-	61.000	-	-	61.000
Integralização de capital social em 5 de dezembro de 2025	17.1	-	44.000	-	-	44.000
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações	17.2	-	-	288	-	288
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**935.705**	**(243.395)**	**655**	**(91.517)**	**601.448**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Concessionária do Bloco Centro S.A. ("Companhia ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rua Paes Lene, nº 524, 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o contrato de concessão assinado em 21 de maio de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 24 de novembro de 2051. A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Santo Antônio (Teresina/PI), Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA, Senador Petrônio Portela em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE. Durante o primeiro trimestre de 2022 a Companhia iniciou o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos necessários para a aquisição operacional da Companhia como operador aeroportuário. Sendo assim, em 9 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE. Em 28 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA e Senador Petrônio Portela em Teresina/PI. Em 2023 incluiram os investimentos necessários, previstos pelo Plano de Recuperação Econômico-Financeiro PEA, para adequação das infraestruturas dos 6 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Central S.A. 2. Em 2024, os investimentos foram concluídos, tendo concluído a adequação do aeroporto, reforma, expansão e melhorias dos terminais de passageiro, ampliação de posições de pátios, adequações aos requisitos regulamentos vigentes entre outros. O ano de 2025 foi marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão. Na atual Fase II, a Concessionária, integral, ao final de 2024, dos investimentos obrigatórios acessódios à Fase I-B, destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de Concessão nos 6 (seis) aeroportos que compõem o Bloco Central. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no desempenho operacional dos aeroportos sob seus estabelecidos. Em fevereiro de 2025, houve mudança na estrutura organizacional, e a posição de vice-presidente da Plataforma foi assumida pelo Waldo Edwin Perez Leskovar antes ocupado por Fábio Russo. O tráfego de passageiros cresceu 7,3% frente a 2024, alcançando a necessidade de 19,2 milhões de passageiros, enquanto a movimentação de cargas de importação e exportação reduziu 23% no mesmo período, totalizando 1,8 mil toneladas. Como destaque no campo comercial para os aeroportos do bloco, foram 22 novos contratos de aluguel de estabelecimentos, totalizando 2,4km de área bruta locável (ABL) e 35 inaugurações ao longo do ano. Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas, destacam-se: • 11 (onze) inaugurações de operações de varejo, alimentação e locadora em São Luís; • 1 (um) inauguração de operação de varejo, alimentação e saúde VIP em Teresina; • Assunção do estacionamento de São Luís pela Estapar em fevereiro; • Inauguração da sala VIP de Teresina pela concessão das obras da Fase II. **2. Governança, Gestão e Integridade Corporativa: 2.1 Administração:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo contribuir para o processo decisório e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros, sendo quatro do Conselho Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por um CEO e seis vice-presidentes com designações específicas. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. Além da estrutura diretiva estatutária, a Companhia adota um modelo de gestão por plataformas de negócios. A Plataforma de Aeroportos é responsável pelos ativos concessionados no Bloco Central. A Plataforma, com estrutura executiva dedicada para garantir disciplina operacional, desempenho financeiro e aderência à diretoria. **2.2 Gestão de Pessoas:** Em 2025, a Motiva avançou na consolidação de sua cultura organizacional na plataforma Aeroportos, com uma agenda integrada de desenvolvimento, inclusão e cuidado com as equipes. A área de Pessoas lidera iniciativas estruturantes que fortalecem pertencimento, empatia e bem-estar, alinhando pessoas e resultados. **Desenvolvimento e Formação:** O Programa Decola Aeroportos seguiu em expansão, com foco em soft skills e adesão de 50% do quadro, alcançando mais de 80% de conclusão, reforçando a cultura de aprendizagem contínua. Novas iniciativas também foram implantadas, como o Decola Jovem, modelo estruturado de desenvolvimento para jovens aprendizes, com ênfase em cuidado integral e saúde mental. • Capacita PcD: formação profissional dedicada a pessoas com deficiência, ampliando inclusão e empregabilidade. • Mentorde: mentoria cruzada entre líderes e supervisores, fortalecendo a transferência de conhecimento e preparando os supervisores para futuro novos desafios. • Altitude 90: acompanhamento intensivo para novos colaboradores nos primeiros 90 dias, acelerando adaptação e reforçando comportamentos de liderança. A empresa ainda executou o piloto Rota do Equilíbrio, com sessões de *mindfulness* e práticas de bem-estar, promovendo saúde emocional e ambientes de trabalho mais saudáveis. Todos os programas foram conduzidos de forma integrada na plataforma aeroportos, que opera sob estrutura matricial com compatibilamento de recursos entre unidades. **Segurança Operacional e Bem-Estar:** A segurança permanece como principal estratégica, com iniciativas preventivas alinhadas à meta corporativa de zero acidentes e ao fortalecimento dos padrões operacionais. Em dezembro de 2025, o Bloco Central registrou 323 colaboradores efetivos, mantendo avanços relevantes em diversidade: • 45,5% de mulheres em posições de liderança, • 52,4% de representatividade multirracial, • 133% de compromisso da cota legal de PcD. **2.3 Fase Pós-Relicitação:** Em dezembro, por conta da concessão, ocorreu mudança de parte relacionada referente à Companhia, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor. Da forma a garantir a governança dos ativos digitais, Além dos controles internos específicos, a realidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão estabelece a necessidade de manutenção de Relações Contratuais Relacionadas pela Concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que devem ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão e respeitando o princípio da isonomia. Os contratos de aluguel de área locável relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da Companhia para a contratação com a parte relacionada em vistas das alternativas de mercado. **2.4 Responsabilidade Social:** Em 2025, a Motiva atuou em parceria com o Instituto Motiva, consolidou sua atuação social nos municípios onde opera. Ao longo do ano, foram promovidas ações estruturantes nas áreas de Cidadania e Direitos Humanos, Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Mobilidade e Cidades Sustentáveis. O conjunto dos projetos reforça o compromisso da empresa com o desenvolvimento local e a geração de impacto social positivo. **Saúde, Bem-Estar e Esporte:** O programa Caminhos pela Saúde foi um dos destaques do ano, ampliando o acesso a atividades atendimentos como testes de glicemia, aferição de pressão arterial, cálculo de IMC, corte de cabelo, massagem e atividades recreativas para crianças. As equipes dos aeroportos também atuaram com orientações sobre meio ambiente e segurança aeroviária, mobilizando o público e fortalecendo a iniciativa. Outra frente de grande mobilização foi o Circuito de Corridas realizado nas pistas dos aeroportos de Goiânia, Palmas, São Luís e Teresina, aproximando as comunidades dos espaços aeroportuários e incentivando hábitos saudáveis. Para os mais pequenos, foram criados círculos de skate para crianças, promovendo inclusão por meio do esporte. O projeto Cultivar Esperança, ampliou seu alcance para mais círculos de vida e judô em centros esportivos de São Luís, Palmas e Teresina. **Voluntariado e Meio Ambiente:** Em 2025, foram promovidas ações de voluntariado com a participação de profissionais dos aeroportos. Entre os destaques, estão mutirões de limpeza de praias e nascentes de rios em São Luís e Teresina, ações de conscientização ambientais também incluíram plantio de árvores, revitalização e criação de jardins, além da implantação de hortas em escolas, fortalecendo práticas sustentáveis nas comunidades. **Educação e Cultura:** Com foco na formação e no desenvolvimento de crianças e jovens, a Companhia manteve relações diversas ações educativas. As visitas guiadas aos aeroportos ao longo do ano permitiram aproximar concretos de segurança operacional e preservação ambiental de forma prática e acessível. Além disso, foram implantadas bibliotecas multimídia em diversas escolas e ampliou o acesso à leitura e ao conhecimento. **Desenvolvimento Ambiental:** A Motiva Aeroportos segue promovendo transformação social nas cidades em que atua, por meio de iniciativas em Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Mobilidade e Cidades Sustentáveis. Em 2025, os aeroportos do Bloco Central ampliaram o relacionamento com as comunidades vizinhas, com projetos que aproximam o aeroporto do cotidiano das pessoas e fortalecem o desenvolvimento local. O voluntariado segue como pilar importante. Em todos os aeroportos, colaboradores e parceiros se envolveram em revitalizações de espaços escolares e comunitários, atividades com idosos e crianças e ações de educação ambiental. Foram realizados mutirões de limpeza em rios e lagoas , com destaque para as mobilizações no Rio Tocantins (Palmas) e no Rio São Francisco (Petrolina), reforçando o cuidado com os recursos naturais e estimulando o descarte correto de resíduos. Com relação aos aspectos ambientais, a Motiva Aeroportos manteve, em 2025, seu modelo de parceria com cooperativas para a destinação de recicláveis, integrando organizações comunitárias à cadeia da reciclagem. Imperatriz e Palmas se destacaram pelo trabalho direto com cooperativas regionais, enquanto Goiânia, Petrolina, Teresina e São Luís operaram com gerenciamento estruturado e ritmo nas de triagem, coleta e destinação ambientalmente adequada, sempre que possível priorizando o vínculo com iniciativas locais. O gerenciamento do ruído aeroportuário é realizado nos seis aeroportos do bloco. Os planos específicos de zoneamento do ruído são atualizados e disponibilizados para a sociedade e constituem ferramenta de gestão. Além disso, a Companhia mantém diálogo com órgãos e entidades competentes para esclarecer dúvidas e acolher sugestões, mantendo o diálogo aberto sobre o convívio entre a operação aérea e o entorno urbano. São mantidos canais permanentes de ouvidoria e atendimento à comunidade, permitindo que moradores registrem reclamações que obras ou ajustes operacionais possam impactar a rotina das pessoas. Em cada território, a comunicação é realizada em linguagem clara, com materiais explicativos, atualização de páginas *Great Place to Work (GPW)* reconhecesse a Companhia como uma das melhores empresas para se trabalhar, reforçando a consistência da cultura organizacional e o alinhamento entre liderança e equipes. Os aeroportos de Goiânia (GO) e São Luís (MA), conquistaram a **certificação Nível 1 do *Airport Carbon Accreditation* (ACA)**, programa internacional que reconhece ações voltadas à gestão e à redução das emissões de carbono. Promovida pelo Conselho Internacional de Aeroportos (ACI), a iniciativa é considerada a referência mundial global em sustentabilidade na aviação. O projeto "Biodiversidade" da Motiva Aeroportos foi reconhecido com o **ACI-LAC *Green Airport Recognition Project – Special Recognition*** na categoria de biodiversidade pela *Airports Council International – Latin America & Caribbean* (ACI-LAC), uma premiação que reconhece iniciativas inovadoras em sustentabilidade no setor aeroportuário da América Latina e Caribe. Essa distinção evidencia o compromisso da Motiva com práticas de conservação da biodiversidade e soluções baseadas na natureza, colocando sua ação entre as mais impactantes e inovadoras da região em gestão ambiental aeroportuária. **Operações Reais Sustentáveis:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos serviços de Auditores Independentes que possam gerar conflitos correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, aqui contidas foram obtidas de sistemas gerenciais e de apontamentos de auditoria por parte dos Auditores Independentes. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes (**"KPMG"**) sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **6. Agradecimentos:** A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, à Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento. Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os novos desafios e oportunidades de aprendizagem e crescimento.

São Paulo, 12 de março de 2026.
A Administração

- Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.14. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituiu o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e a partir de 2027 passa a demandar anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classific

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e/ou assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nesse período, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2025				2024			
Saldos	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	19	193	354	566	-	-	981	1.002
Bancos conta movimento	-	-	319	319	-	-	930	930
Contas a receber	19	193	35	247	-	-	51	72
Passivo	-	1.395	64	1.419	-	23.622	79	23.701
Fornecedores e contas a pagar	-	1.395	64	1.419	-	23.622	79	23.701

	2025				2024			
Transações	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(260)	(260)	-	-	(323)	(323)
Custos/Despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	(5.059)	(5.059)	-	-	(4.856)	(4.856)
Custos/Despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	-	-	-	-	(798)	(798)
Custos/Despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	-	-	-	-	(132)	(132)
Custos /despesas - infraestrutura utilizada	-	-	(799)	(799)	-	-	(887)	(887)
Custos/Despesas - seguros	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Ressarcimento - outros gastos gerais	(40)	-	-	(40)	-	-	2	2
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(10.004)	(517)	(10.521)	-	(9.045)	(1.365)	(10.410)
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	-	(65)	(65)	-	-	(71)	(71)
Receitas de aplicações financeiras	-	-	18	18	-	-	457	457
Receita de venda de ativo imobilizado	-	-	193	193	-	-	-	-
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	170	170	-	-	330	330
Repasse de custos e despesas - CSC	-	(15.898)	-	(15.898)	-	(14.816)	-	(14.816)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(825)	13	(64)	(876)	(763)	(132)	201	(694)
Imobilizado/Intangível	-	-	(253)	(253)	-	-	89	89

9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:	2025	2024
Remuneração (a)	-	243
Outros benefícios:	-	243
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (b)	-	243

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios. (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria não estatutária); e (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R$ 243. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora Indireta o montante de R$ 1.767, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, não há outras remunerações da Administração.

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas:	2025	2024
Taxa remuneração - garantia em emissão de dívidas	-	-
1,00% a.a.	(10.004)	(9.045)

10. Ativo Imobilizado e imobilização em andamento

	Imobilizado					
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	61	1.851	2.708	-	4.620	6.292	10.882
Adições	-	-	-	-	-	1.256	1.256
Baixas	-	(49)	-	-	(49)	-	(49)
Transferências	81	2.402	435	-	2.918	(2.918)	-
Reclassificação entre imobilizado e intagível	-	-	-	-	-	(190)	(190)
Depreciação	(8)	(657)	(912)	-	(1.577)	-	(1.577)
Outros	-	(77)	(30)	-	(107)	-	(107)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134	3.470	2.201	-	5.805	4.410	10.215
Custo	146	4.182	3.796	-	8.124	4.410	12.534
Depreciação acumulada	(12)	(712)	(1.595)	-	(2.319)	-	(2.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134	3.470	2.201	-	5.805	4.410	10.215
Adições	-	-	-	-	-	624	624
Baixas	(1)	-	-	-	(1)	-	(1)
Transferências	-	1.586	-	1.849	3.435	(3.435)	-
Reclassificação entre imobilizado e intagível	-	-	-	-	-	-	(1)
Depreciação	(15)	(900)	(929)	(102)	(1.946)	-	(1.946)
Outros	-	(94)	-	-	(94)	-	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	118	4.062	1.272	1.747	7.199	1.588	8.797
Custo	145	5.674	3.796	1.849	11.464	1.598	13.062
Depreciação acumulada	(27)	(1.612)	(2.524)	(102)	(4.265)	-	(4.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	118	4.062	1.272	1.747	7.199	1.588	8.797
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2025	10	20	24	9			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 247 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 307 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 9,80% a.a. e 4,87% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Exploração da infraestrutura	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	805.152	1.278	2.235	808.665	153.786	962.452
Adições	-	-	653	653	545.656	546.309
Transferências	547.036	1.840	(1.840)	547.036	(547.036)	-
Reclassificação entre imobilizado e intagível	-	190	-	190	-	190
Amortização	(14.706)	(430)	-	(15.136)	-	(15.136)
Outros	-	(1)	(1)	(2)	(236)	(448)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.337.271	2.878	1.048	1.341.197	152.170	1.493.367
Custo	1.374.374	3.345	1.048	1.378.767	152.170	1.530.937
Amortização Acumulada	(37.103)	(467)	-	(37.570)	-	(37.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.337.271	2.878	1.048	1.341.197	152.170	1.493.367
Adições	-	-	632	632	160.683	161.315
Baixas	(20)	-	-	(20)	-	(20)
Transferências	243.447	488	(489)	243.446	(243.446)	-
Reclassificação entre imobilizado e intagível	-	1	-	1	-	-
Amortização	(26.246)	(696)	-	(26.942)	-	(26.942)
Outros	(3.265)	-	-	(3.265)	-	(3.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.551.187	2.671	1.191	1.555.049	69.407	1.624.456
Custo	1.614.540	3.834	1.191	1.619.565	69.407	1.688.972
Amortização Acumulada	(63.353)	(1.163)	-	(64.516)	-	(64.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.551.187	2.671	1.191	1.555.049	69.407	1.624.456
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(*)	0				

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	**64.113**
Correção de patologias no pavimento - 1ª Intervenção	25.349
Obras contratuais fase 1B	12.020
Revitalização do sistema de sonorização	6.437
Obras de ampliação e modernização dos aeroportos	6.371
Aquisição de ônibus e equipamentos para transporte de passageiros, melhorias em caminhões de combate a incêndio e aquisição de equipamentos para transporte de combustível	2.909
Regularização normativa das câmeras do aeroporto	2.838
Revitalização do sistema de controle de acesso no aeroporto	2.798
Implantação do Teca Goiania	2.309
Desenvolvimento e implantação de sistemas	2.142
Revitalização do sistema APOC (centro de operações aeroportuárias)	941

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 16.336 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 81.337 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 9,80% a.a. e 4,87% a.a., respectivamente.

12. Fornecedores:	2025	2024
Circulante	29.438	35.517
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	14.172	23.351
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	-	45
Cauções e retenções contratuais (b)	6.266	12.141
Não circulante	386	140
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	140
Cauções e retenções contratuais (b)	386	-
Total	20.824	35.657

(a) Refere-se, principalmente, aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia.

13. Obrigações sociais e trabalhistas	2025	2024
Circulante	13.890	15.080
Salários e remunerações a pagar	1.546	1.693
Benefícios, gratificações e participações a pagar	7.228	7.995
Encargos sociais e previdenciários	1.686	1.921
Provisão para férias	3.430	3.471
Não circulante	11	75
Gratificações e participações a pagar	11	75
Total	13.901	15.155

14. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024	
BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,0323% a.a.	6,4131% (a)	Julho de 2045	298	206	8.189	8.143	(b)
BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,5594% a.a.	6,9531% (a)	Julho de 2045	3.593	3.261	128.003	127.194	(b)
BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 8,0523787% a.a.	8,4241% (a)	Outubro de 2047	1.698	1.551	68.312	68.690	(c) (d) (e)
BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 8,0523787% a.a.	8,4850% (a)	Outubro de 2047	1.150	1.080	40.837	-	(c) (d) (e)
			Total	**6.739**	**6.098**	**245.345**	**204.027**	

	2025	2024
Circulante	10.878	2.164
Financiamentos	11.347	2.544
Custos de transação	(471)	(380)
Não circulante	234.469	201.863
Financiamentos	240.098	206.884
Custos de transação	(5.629)	(5.021)
Total	245.345	204.027

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; **Garantias:** (b) Fiança bancária; (c) Aval/ fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/ indireta; (d) Garantia real; e (e) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	12.303
2028	12.303
2029	12.303
2030	12.303
2031 em diante	190.886
(-) Custo de transação	(5.629)
Total	234.469

A Companhia possui contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, com cláusulas de *cross default e/ou cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por dívida financeira, ou caso ocorra o vencimento antecipado por referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos. **15. Debêntures:**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024	
3ª Emissão - Série única	IPCA + 6,96% a.a.	7,0561% (a)	Outubro de 2047	6.876	6.267	888.004	850.498	(a)
			Total geral	**6.267**	**888.004**	**850.498**		

	2025	2024
Circulante	13.575	11.947
Debêntures	13.890	12.241
Custos de transação	(315)	(294)
Não circulante	874.429	838.551
Debêntures	880.381	844.817
Custos de transação	(5.952)	(6.266)
Total	888.004	850.498

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias: (b) Garantia real; (c) Alienação fiduciária; (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (e) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	4.410
2028	7.938
2029	11.026
2030	19.405
2031 em diante	837.602
(-) Custo de transação	(5.952)
Total	874.429

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default e/ou cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por dívida financeira, ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures. **16. Riscos civeis, administrativos, trabalhistas e previdenciários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. **16.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4	51	-	55
Constituição	106	29	16	151
Reversão	(95)	(12)	-	(107)
Pagamentos	(15)	(66)	(16)	(97)
Atualização de bases processuais e monetária	1	4	-	5
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1	6	7	14

16.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis	418	419
Trabalhistas e previdenciários	461	13
Tributários	6.171	5.468
Total	7.050	5.900

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 935.705 para 901.807.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal. Em 25 de junho de 2025, houve integralização de capital social no montante de R$ 61.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021. Em 05 de dezembro de 2025, houve integralização de capital social no montante de R$ 44.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021. **17.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações:** Em 16 de abril de 2025, houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: **Programa:** Plano Incentivo de Longo Prazo **Quantidade de ações outorgadas** - parcela de performance: 27.261 ações; **Data da outorga:** 16 de abril de 2025; **Preço de exercício** (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R$ 11,46, R$ 10,57 e R$ 9,58, já para o plano extraordinário R$ 10,06; **Volatilidade** calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%; (a) Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e (b) Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*. Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, 27.261 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora indireta, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e à prestação do serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.935 ações, restando 61.087 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contraparitda a reserva de capital, o montante de R$ 288. **18. Receitas operacionais líquidas:**

	2025	2024
Receita bruta	983.525	795.167
Receitas tarifárias	739.980	714.576
Receitas não tarifárias	121.297	107.033
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	142.078	473.278
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	170	330
Deduções das receitas brutas	(45.763)	(41.933)
Impostos sobre receitas	(45.274)	(40.196)
Abatimentos	(489)	(1.737)
Receita operacionais líquidas	457.762	753.234

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(118.135)	(37.141)
Juros sobre debêntures e financiamentos	(85.027)	(63.465)
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(36.903)	(39.540)
Comissão de fianças partes relacionadas	(10.521)	(10.288)
Comissão de fianças	(1.170)	(3.826)
Capitalização de custo dos empréstimos	16.583	81.644
Arrendamento	(6)	(7)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(45)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.279)	(2.814)
Receitas financeiras	12.501	13.083
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.862	12.111
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	144	3
Juros e outras receitas financeiras	1.495	969
Resultado financeiro líquido	(105.634)	(24.914)

20. Instrumentos financeiros: 20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluí informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos	**Nível**	**2025**	**2024**
Valor justo através do resultado		30.896	58.525
Caixa e bancos	Nível 2	4.551	1.011
Aplicações financeiras	Nível 2	15.058	54.373
Aplicações financeiras - conta reserva	Nível 2	11.087	3.139
Custo amortizado		35.121	33.279
Contas a receber		34.934	33.207
Contas a receber de partes relacionadas		187	72
Passivos	**Nível**	(1.158.437)	(1.116.027)
Custo amortizado		(1.158.437)	(1.116.027)
Debêntures (a)		(888.004)	(850.498)
Financiamentos (a)		(245.345)	(204.027)
Fornecedores e outras obrigações		(23.669)	(37.801)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(1.419)	(23.701)
Total		(1.092.820)	(1.024.225)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	894.271	809.766	857.058	748.043

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), aplicando *spreads* contratuais e trazendo a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple A* na data base. **20.2. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, que é o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$** (Nota 20)	**Cenário A provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
IPC-A	(1.145.716)	(125.582)	(138.382)	(151.142)
Efeito sobre debêntures, empréstimos e financiamentos		**(125.582)**	**(138.382)**	**(151.142)**
CDI	53.436	7.820	9.772	11.724
Efeito sobre aplicações financeiras		**7.820**	**9.772**	**11.724**
Total do efeito de ganho / (perda)		**(117.762)**	**(128.590)**	**(139.418)**
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas) (1)	CDI (1)	14,9000%	18,6250%	22,3500%
	IPC-A (1)	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima seniram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPC-A).

21. Demonstrações dos fluxos de caixa: 21.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(3.359)	(29.563)
Tributos a recuperar	(3.359)	(319)
Fornecedores	-	(29.244)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	3.359	29.563
Adições ao intangível	-	29.244
Outras de ativo imobilizado e intangível	3.359	319

21.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pago como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessões. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Capital social	Debêntures, empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Dividendos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(587.310)	(1.054.525)	(94)	(7.641)	(1.641.929)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(105.000)	43.106	32	(61.862)	
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(40.850)	-	(40.850)	
Pagamentos de principal e juros	-	83.956	32	83.988	
Integralização de capital	(105.000)	-	-	(105.000)	
Outras variações que não afetam o caixa	-	(121.930)	(6)	(121.936)	
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	(121.930)	-	(121.930)	
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(6)	(6)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(692.310)	(1.133.349)	(68)	(1.825.727)	

22. Eventos subsequentes: Em 14 de janeiro de 2026, houve integralização de capital social no montante de R$ 15.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021. Em 19 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), foi aprovada a redução de capital social subscrito da Companhia, no montante de R$ 134.000. O capital social subscrito da Companhia passa de R$ 935.705 para R$ 801.705. Em 02 de março de 2026, houve integralização de capital social no montante de R$ 39.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

Composição do Conselho de Administração

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Presidente
Ana Maria de Castro Rovai	Membro efetivo
Marcus Vinicius Vieira Macedo	Membro efetivo
Monique Henriques Barbato de Souza	Membro efetivo
Rodrigo Siqueira Abdala	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor Presidente
Macius Faria Moreno	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

São Paulo, 12 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda. — **Marcelo Gavioli**
CRC 2SP-014428/O-6 — Contador CRC 1SP201409/O-1

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Central S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Central S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Central S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria adequados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa emissão do relatório de auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-n

Edição impressa gerada em 26/03/2025 às 21:00 SP. Consulta diária, em bancos e para assinaturas. As datas das impressões encontram-se disponíveis no site: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Concessionária do Bloco Sul S.A.

CNPJ/MF nº 42.130.537/0001-14

Relatório de Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Subtemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Bloco Sul, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **1.2. Destaques do ano de 2025:** O ano de 2025 é marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão em relação aos investimentos obrigatórios destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de Concessão nos 9 (nove) aeroportos que compõem o Bloco Sul. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no atendimento contínuo aos padrões de desempenho estabelecidos. Em janeiro de 2025, houve mudança na presidência da companhia, com a posição de vice presidente da Plataforma foi assumida pelo Waldo Edwin Perez Lesikovar antes ocupada por Fábio Russo. O ritmo de passageiros cresceu 6,0% frente a 2024, alcançando 12,0 milhões de passageiros, enquanto a movimentação de cargas e importação registrou crescimento 1,3% no mesmo período, totalizando 23,6 mil toneladas. Como destaque comercial foram firmados 42 novos contratos de varejo, alimentação e serviços, correspondente a 1.432m² de área bruta locável (ABL) e 41 novas operações foram inauguradas ao longo do ano. Entre os principais eventos ocorridos ao longo do ano, destacam-se: • Inauguração de mais uma sala VIP em Curitiba, que soma agora 6 salas VIP em operação, e da segunda em Navegantes; • Inauguração do estacionamento de Pelotas, operado pela Estapar; • Inauguração do primeiro restaurante gourmet em Navegantes, ligando a Miami, operada pela Latam; • Nova frequência da rota cargueira internacional TPA-CWB, operada pela Atlas Air; • Assinatura do contrato de arrendamento do Hotel Aeroporto de Navegantes, sendo o primeiro desta modalidade no Brasil. **2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa: 2.1. Administração:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Essa estrutura corporativa da companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de oportunidades e transparência nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a presidência do Conselho de Administração é exercida por pessoas com designações específicas. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de dois anos, permitida reeleição. Para dar mais ênfase à tua diretiva estratégica, a Companhia adota um modelo de gestão por plataformas de negócios. A Plataforma de Aeroportos é responsável pelos ativos concessionados nos blocos Sul, Central e Pampulha, sendo dedicada pela execução do contrato de concessão, bem como pela gestão do desempenho financeiro e aderência regulatória. **2.2. Gestão de Pessoas:** Em 2025, a Motiva avançou na consolidação de sua cultura organizacional na plataforma Aeroportos, com uma agenda integrada de desenvolvimento, inclusão e cuidado com as equipes. A área de Pessoas reforçou o papel de líderes multiplicadores que fortaleceram competências essenciais, ampliaram diversidade e promoveram bem-estar. **Desenvolvimento e Formação:** O Programa Decola Aeroportos seguiu em expansão, com foco em soft skills e adesão de 50% de quadro, alcançando mais de 80% de participação. Reforçou-se ainda o cultura de aprendizagem contínua. Novas iniciativas também foram implementadas: • "Decola Jovem, modelo estruturado de desenvolvimento para jovens aprendizes, com ênfase em cuidado integral e saúde mental. • Capacita PcD: formação profissional dedicada a pessoas com deficiência, ampliando inclusão e empregabilidade. • MentorAr: mentoria cruzada entre gerentes e supervisores, fortalecendo a transferência de conhecimento e preparando os supervisores para futuro novos desafios. • Altitude 90: acompanhamento intensivo para novos líderes nos primeiros 90 dias, acelerando adaptação e reforçando comportamentos de liderança. A empresa ainda executou o piloto Rota do Equilíbrio, com sessões de *mindfulness* e práticas de bem-estar, promovendo saúde emocional e ambiente de trabalho mais saudável. Todos os programas foram conduzidos de forma integrada na plataforma aeroportos, que opera sob estrutura matricial com compartilhamento de recursos entre unidades. **Segurança Operacional e Bem-Estar:** A segurança permanece como prioridade estratégica, com iniciativas internas alinhadas à meta corporativa de zero acidentes e ao fortalecimento dos padrões operacionais. A segurança permanece e colaborador como protagonista de sua estratégia. Em dezembro de 2025, a unidade contava com 409 colaboradores efetivos, com importantes indicadores de segurança: • 36,2% de mulheres em posições de liderança, • 33,3% de representatividade multirracial, • 150% de cumprimento da cota legal de PcD. **2.3. Partes Relacionadas:** De acordo com o Contrato de Concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer pessoa constituída, obrigada e respectivos contribuídas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor. De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a isonomia e a transparência nas operações realizadas, a Companhia adotou o mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o Contrato de Concessão estabelecesse a necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual contém diretrizes, princípios e critérios que devem ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no Contrato de Concessão e respeito dos direitos de minoritários. Os contratos de maior relevância com partes relacionadas deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da administração para a contratação com a Parte Relacionada em vistas das alternativas de mercado. **2.4. Responsabilidade Social:** Em 2025, a Motiva Aeroportos reforçou o seu papel de instituto Motiva, consolidou sua atuação social nos municípios onde opera. Ao longo do ano, foram promovidas ações estruturadas nos eixos estratégicos de Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Mobilidade e Cidadania e Meio Ambiente. O conjunto das iniciativas demonstra o compromisso com o desenvolvimento local e a geração de impacto social positivo. **Saúde, Bem-Estar e Esporte:** O programa Caminhos para a Saúde foi um dos destaques do ano, oferecendo às comunidades atendidas Nas Partes Terrestres, o Instituto Motiva, em parceria com a ONG Ser Mais, ofereceu ações de saúde, massagem e atividades recreativas para crianças. As equipes dos aeroportos também abriram suas portas para receber membros da comunidade e promoveram ações educativas de iniciativa. Outra frente de grande mobilização foi o Circuito de Corridas realizado nas pistas dos aeroportos de Joinville, Curitiba e Londrina, aproximando as comunidades dos espaços aeroportuários e incentivando hábitos saudáveis ao ar livre. **Cultura e Pessoas:** Ações de impacto com núcleos de vídeo e judô em escolas e centros esportivos de São José dos Pinhais, Navegantes, Pelotas e Londrina. **Voluntariado e Meio Ambiente:** Em 2025, foram promovidas ações de voluntariado com a participação dos profissionais dos aeroportos, beneficiando comunidades, escolas e instituições. Entre os destaques, estão mutirões de limpeza de praias e margens de rios em Navegantes, Uruguaiana e Pelotas. As iniciativas ambientais também incluíram plantio de árvores, revitalização e criação de jardins, além da implantação de hortas em escolas, fortalecendo práticas sustentáveis nas comunidades. **Educação e Cultura:** Com foco na formação e no desenvolvimento de crianças e jovens, a Motiva Aeroportos realizou diversas ações educativas. As visitas guiadas aos aeroportos ao longo do ano permitiram aproximar os estudantes de segurança operacional e preservação ambiental de forma prática e acessível. Diversas atividades culturais foram promovidas nas áreas de desenhar, valorizando tradições regionais e a cultura brasileira, como o Carnaval de Uruguaiana, a Fenadoce em Pelotas e a Oktoberfest em Navegantes. **Meio Ambiente:** Em relação aos aspectos ambientais, a Companhia mantve seu modelo de parceria com cooperativas de reciclagem, interagindo à gestão estruturada de resíduos. Essa abordagem busca valorizar o trabalho das organizações comunitárias e garantir a triagem e destinação ambientalmente adequada dos materiais, além de estimular práticas de sustentabilidade no dia a dia dos aeroportos. O gerenciamento do ruído aeronáutico segue ativo em todos os aeroportos do bloco, com atualização dos planos específicos e disponibilização das informações em canais digitais. Periodicamente, são promovidos encontros virtuais com comunidades e órgãos competentes, criando oportunidades de diálogo sobre o convívio entre a operação aérea e o entorno urbano. Além disso, os aeroportos mantêm canais permanentes de ouvidoria, reforçando o compromisso com a transparência e a capacidade de esclarecer dúvidas, receber manifestações e informar sobre ajustes operacionais ou ações relevantes. Em cada localidade, o compromisso é manter uma comunicação acessível, atualizada e clara em linguagem clara, reforçando o relacionamento com os vizinhos e fortalecendo a reputação nacional e da fauna, a Companhia adota rotinas internas de monitoramento e resposta alinhadas às normas da aviação, reduzindo atrativos para aves e outros animais e preservando condições adequadas para a operação. Os aeroportos do bloco mantêm ações de educação ambiental e de gestão adequada dos riscos associados à fauna no entorno aeroportuário. Quando necessários, ajustes de infraestrutura observam procedimentos voltados a evitar, mitigar ou compensar impactos ambientais, sempre em conformidade com o licenciamento aplicável. Nestas ocasiões, a Companhia mantém como planito de espécies nativas e monitoramento da fauna, buscando manter a integridade ambiental e a segurança das atividades aeroportuárias. Em 2025, foram realizadas ações para a área de serviço, circulação e convivência, conectados ao território de forma responsável. Ao fortalecer ações em educação, cultura, esporte, saúde e meio ambiente, a Motiva Aeroportos consolida uma abordagem que reforçam cuidado, transparência e respeito ao contexto local, para que cada aeroporto seja mais do que um ponto de partida ou chegada, mas também um espaço de apoio e referência para as cidades onde está presente. **3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. Receita**

Receitas Operacionais [1]	**2025**	**2024**	**Variação%**
Receitas Tarifárias	350.792	312.944	12,1%
Receitas Não Tarifárias	331.735	295.160	12,4%
Receitas Serviços Partes Relacionadas	333	499	-33,2%
Receita Bruta	**682.860**	**608.603**	**12,2%**
Deduções da Receita Bruta	(81.497)	(71.957)	13,3%
Receita Líquida	**601.363**	**536.646**	**12,1%**

[1] Composição da Receita de Construção.

Em 2025 houve um crescimento de 12,1% na receita tarifária, devido ao aumento no número de passageiros e na movimentação de cargas, conforme quadro abaixo:

Indicadores Operacionais	**2025**	**2024**	**Variação%**
Número de Passageiros Totais	11.986.800	11.309.795	6,0%
Movimentação Total de Aeronaves (MTA)	169.152	167.370	1,1%
Volume de Cargas (Toneladas)	23.582	22.286	1,3%

A receita não tarifária teve um aumento de 12,4%, impactada principalmente pela inauguração das 7 novas salas VIP (Curitiba 4 Navegantes), pela inauguração de 19 operações de *varejo* e *retail*, pela renovação, com renegociação, de contratos de hangares e demais contratos com vencimento em 2025. **3.2. Custos e Despesas:** Em 2025 a Companhia atuou com foco estratégico em eficiência operacional, com redução de custo *per Par* ano a ano. No custo realizado comparado com o ano anterior, houve um crescimento de 1,7% inferior ao fechamento da inflação dos últimos 12 meses- 4,26% (fonte IBGE - base dez/25). As principais ações estão vinculadas ao foco estratégico, com reduções concentradas principalmente em melhoria na eficiência em despesas de pessoal e processes operacionais. Para os próximos anos, a Companhia manterá o foco estratégico em eficiência operacional, na métrica de menor custo por *Par*. **3.3. Dívida:** Foi realizado desembolso do BNDES-FINEM no valor de R$ 20 milhões, com remuneração de IPCA + 3,25% AA, destinados à realização de investimentos subsequentes e conclusão da fase IB. **4. Reconhecimentos e Prêmios:** Em 2025, a pesquisa **Great Place to Work (GPTW)** reconheceu a Companhia – com destaque para a Plataforma de Aeroportos - entre as melhores empresas para trabalhar no Brasil, reforçando o consistência da cultura organizacional e o alinhamento entre liderança e equipes. Os aeroportos de Curitiba (PR), Navegantes (SC) e Foz do Iguaçu (PR), conquistaram a **certificação Nível 1 do Airport Carbon Accreditation (ACA),** programa internacional líder em gestão de carbono em aeroportos. O reconhecimento foi concedido pelo Conselho Internacional de Aeroportos (ACI), a iniciativa é considerada a principal referência global em sustentabilidade na aviação. O Aeroporto Internacional Afonso Pena (CWB) foi reconhecido pelo **Prêmio Aviação + Brasil 2025** como o melhor aeroporto da categoria de 5 a 10 milhões de passageiros por ano. A premiação, baseada na Pesquisa de Satisfação dos Passageiros e em indicadores de desempenho operacional, destaca a qualidade dos serviços, a modernidade operacional e a experiência oferecida aos usuários, reforçando o posicionamento do aeroporto como referência nacional em sua faixa de movimentação. O projeto "Biodiversifica" da Motiva Aeroportos foi premiado com o **ACI-LAC Green Airport Recognition 2025 - Special Recognition** na categoria de biodiversidade pela Airports Council International - Latin America & Caribbean (ACI-LAC), uma premiação que destaca iniciativas ambientais excepcionais no setor aeroportuário na América Latina e Caribe. O reconhecimento destaca a capacidade da Motiva com práticas de conservação da biodiversidade e soluções baseadas na natureza, colocando sua ação entre as mais impactantes e inovadoras da região em gestão ambiental. **5. Considerações Finais: Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover interesses mútuos entre os Auditores Independentes e a Companhia. Os Auditores Independentes, atuam dentro dos parâmetros e diretrizes estabelecidas em suas normas internacionais e nacionais, e que não ferem a independência do auditor. Os Auditores Independentes, atuam de acordo com os critérios da legislação societária e das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **6. Agradecimentos:** A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e parceiros pelo apoio, confiança, experiência e contribuição para o desenvolvimento. Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizados e crescimento.

São Paulo, 12 de março de 2026.
A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**Nota**	**2025**	**2024**
Circulante		**279.377**	**335.542**
Caixa e equivalentes de caixa	6	108.708	147.964
Aplicações financeiras	6	89.377	101.296
Contas a receber das operações	7.1	62.227	68.731
Contas a receber de partes relacionadas	9	108	151
Tributos a recuperar		8.754	8.195
Estoques		7.726	7.139
Adiantamentos a fornecedores		13	369
Despesas antecipadas e outros créditos		2.464	2.195
Não circulante		**4.492.882**	**4.301.878**
Aplicações financeiras	6	71.309	34.678
Contas a receber das operações	7.1	201	503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	186.599	144.281
Tributos a recuperar		6.801	1.111
Estoques		2.021	1.330
Depósitos judiciais e outros		132	144
Imobilizado	10	17.075	18.757
Intangível	11	4.099.952	3.889.076
Infraestrutura em construção	11	108.704	211.858
Direito de uso em arrendamento		98	141
Total do ativo		**4.772.259**	**4.637.421**

Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2025**	**2024**
Circulante		**210.287**	**215.307**
Financiamentos	12	298	155
Debêntures	13	48.547	45.641
Fornecedores	14	33.365	73.908
Contas a pagar a partes relacionadas	9	92.715	55.774
Passivo de arrendamento		51	51
Impostos e contribuições a recolher		12.882	14.141
Obrigações sociais e trabalhistas	15	18.723	22.724
Receitas antecipadas		1.954	1.959
Outras obrigações		1.127	954
Não circulante		**3.638.781**	**3.460.224**
Financiamentos	12	174.170	146.520
Debêntures	13	3.457.124	3.309.698
Fornecedores	14	473	687
Passivo de arrendamento		62	106
Obrigações sociais e trabalhistas	15	7	248
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	16	112	40
Receitas antecipadas		6.833	2.961
Patrimônio líquido	17	**923.281**	**961.844**
Capital social		1.289.760	1.245.010
Reserva de capital		408	611
Prejuízos acumulados		(366.887)	(283.777)
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.772.259**	**4.637.421**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	**2024**
Receitas operacionais líquidas	**774.082**	**1.543.799**
Custos dos serviços prestados	**(463.134)**	**(1.264.346)**
Custo de construção	(172.719)	(1.007.153)
Serviços	(123.920)	(116.650)
Custo de depreciação e amortização	(178.496)	(150.065)
Custo com pessoal	(52.529)	(51.017)
Seguros	(3.210)	(2.660)
Eventos, feiras e congressos	(687)	(390)
Energia elétrica	(12.611)	(12.881)
Licenças de uso de programa	(4.408)	(3.565)
Materiais, equipamentos e veículos	(12.748)	(16.476)
Outros	(1.574)	(3.489)
Lucro bruto	**310.948**	**279.453**
Despesas operacionais	**(50.729)**	**(59.949)**
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(27.925)	(34.017)
Serviços	(9.242)	(12.304)
Depreciação e amortização	(810)	(781)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	(1.435)	(3.009)
Aluguéis de imóveis e condomínios	(905)	(827)
Impostos, taxas e despesas com cartório	(684)	(377)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	(9)	(9)
Gastos com viagens e estadias	(727)	(1.230)
Materiais equipamentos e veículos	(537)	(261)
Perdas com clientes	(5.624)	(1.940)
Provisão para perda esperada - contas a receber	7 1.752	(842)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	16.1 (72)	(40)
Outras despesas (receitas) operacionais	(4.510)	(4.321)
Resultado antes do resultado financeiro	**260.219**	**219.504**
Resultado financeiro	19 (385.647)	(272.093)
Resultado antes do imposto renda e da contribuição social	(125.428)	(52.589)
Imposto de renda e contribuição social	8.1 42.318	17.906
Prejuízo do exercício	**(83.110)**	**(35.023)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	**2024**
Prejuízo do exercício	**(83.110)**	**(35.023)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(83.110)**	**(35.023)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	**2025**	**2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(83.110)**	**(35.023)**
Ajustes por:			
Imposto renda e contribuição social diferidos	8.2	(42.318)	(17.566)
Depreciação e amortização	10 e 11	79.263	50.803
Baixa de ativo imobilizado	10	303	3
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		43	43
Juros e variação monetária sobre debêntures e financiamentos	19	407.661	337.891
Capitalização de custos dos empréstimos	10 e 11	(25.589)	(87.793)
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(1.752)	842
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	16.1	219	143
Comissão de fianças partes relacionadas	19	36.736	32.812
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	19	(98)	13
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	19	9	12
Rendimento de aplicação financeira	19	(15.023)	(3.731)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	17.2	(203)	425
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	8.005	(12.641)
Contas a receber de partes relacionadas	9	43	(5)
Tributos a recuperar		(418)	3.384
Estoques		(223)	(3.083)
Adiantamentos a fornecedores		356	756
Despesas antecipadas e outros créditos		(257)	5.710
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	14	(40.659)	75.015
Contas a pagar a partes relacionadas	9	205	15.159
Obrigações sociais e trabalhistas	15	(4.523)	1.503
Impostos e contribuições a recolher		(1.259)	1.917
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16.1	(147)	(103)
Receitas antecipadas		4.412	-
Outras obrigações		173	(1.312)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**321.130**	**365.174**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(541)	(2.321)
Aquisição de ativo intangível	11	(166.087)	(1.069.199)
Outros de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	780	32
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	23.090	(56.451)
Resgates / aplicações (conta reserva)	6	(32.779)	(71.714)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(175.537)**	**(1.199.653)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures e financiamentos:			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	19.958	828.690
Pagamento de juros	22.2	(249.504)	(195.827)
Integralização de capital		44.750	-
Arrendamento:			
Pagamento de principal	22.2	(53)	(53)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(184.849)**	**632.810**
Redução do caixa e equivalentes de caixa		**(39.256)**	**(201.669)**
Demonstração da redução caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		147.964	349.633
No final do exercício		108.708	147.964
		(39.256)	**(201.669)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	**Capital social**	**Capital integralizado**	**Reserva de Capital para Plano de Incentivo de Longo Prazo**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2024		2.968.340	(1.723.330)	186	(248.754)	996.442
Prejuízo do exercício		-	-	-	(35.023)	(35.023)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações		-	-	425	-	425
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**2.968.340**	**(1.723.330)**	**611**	**(283.777)**	**961.844**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(83.110)	(83.110)
Integralização de capital em 10 de março de 2025	17.1	44.750	-	-	-	44.750
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	17.2	-	-	(203)	-	(203)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**2.968.340**	**(1.678.580)**	**408**	**(366.887)**	**923.281**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Concessionária do Bloco Sul S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rua Pears Leme, nº 524, 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o Contrato de Concessão assinado em 20 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 29 de novembro de 2051. A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Catarates em Foz do Iguaçu/PR, Governador José Richa em Londrina/PR, Bacacheri em Curitiba/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Roberto Ben em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS, em 31 de março de 2022, dea-se início ao operação comercial dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC e Cataratas em Foz do Iguaçu/PR. Em 2023 iniciaram os investimentos necessários previstos na Fase I-B, de acordo com o Plano de Exploração Aeroportuária - PEA, para adequação das infraestrutura e de seus aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Sul S.A. Em 2024, os investimentos foram concluídos, tendo como escopo, a depender do aeroporto, reforma, expansão e melhoria dos terminais de passageiro, ampliação de posições de pátios, adequação das pistas e implantação de novas salas VIP. Ainda ano de 2025 foi marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão, após o cumprimento integral, em 2024, dos ativos de investimentos obrigatórios associados à Fase I-B, destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de Concessão nos 9 (nove) aeroportos que compõem o Bloco Sul. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no atendimento contínuo aos padrões de desempenho estabelecidos. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito da outorga de concessão, sem direito a indenizações. Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes. Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, medidas de caráter judicial especialmente dotada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos e arbitrais - regulatórios e arbitragem relacionados ao contrato de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens; relacionados a questão do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais o Poder Concedente exerce o seu poder de polícia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Os processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios e jurídicos específicos de natureza diversa sobre a dinâmica da concessão. Ocorrendo durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser prefaciadas e fundamentadas, de forma clara e objetiva, sobre o cumprimento do contrato de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou escopo do contrato, pedidos de reparação de danos e controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de menuração. Existem incertezas relacionadas à menuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema; (ii) respostas ou ações evolutivas subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de menuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, por exemplo, pedidos de reparação dos pleitos recorrentes de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem ocorrer de diversas formas, são exemplos, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, requeiliários recebidos são a forma de pagamento pelo Poder Concedente de um direito a receber, a medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrio sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão recebidos no momento da realização do investimento. Os assuntos de natureza cível, acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto, e que a Companhia e seus advogados que atuam nas demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Em 12 de março de 2026, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Transações em Reais nestas demonstrações foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre premissas e incertezas sobre premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito; Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra
8.2. qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização.
16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valores
16.1. provisão para sinistros a pagar: principais premissas para determinação do valor justo;
20. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data de lançamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações que ocorrem a data de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais futuras. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** E aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes. Receitas são reconhecidas por um valor que reflete a contraprestação a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e;

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP, com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

	2025	2024
Conciliação do imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(125.428)	(52.589)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	42.646	17.880
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(539)	(573)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(31)	(55)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	242	218
Outros ajustes tributários	-	1.562
Despesa de imposto de renda e contribuição social	42.318	17.568
Impostos diferidos	42.318	17.565
Alíquota efetiva de impostos	33,74%	33,40%

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2025	2024
Imposto de renda e a contribuição social diferidos		
Ativo	245.211	195.404
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	236.613	185.502
Provisão para participações nos resultados (PLR)	3.874	4.357
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.206	1.799
Provisão para fornecedores	17	48
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	38	14
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.443	819
Pré operacionalizável	1.170	2.172
Arrendamento	5	2
Programa de Gratificação Longo Prazo	845	691
Compensação de imposto ativo	(58.612)	(51.123)

	2025	2024
Impostos ativos após compensação	186.599	144.281
Passivo	(58.612)	(51.123)
Capitalização de juros	(45.155)	(37.253)
Custo de transação de debêntures	(13.456)	(13.870)
Variação cambial	(1)	-
Compensação de imposto passivo	58.612	51.123
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	186.599	144.281
Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	144.281	126.715
Reconhecimento no resultado	42.318	17.566
Saldos em 31 de dezembro	186.599	144.281

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	2025
2031	3.833
2032 em diante	232.780
Total	236.613

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladora indireta e outras partes relacionadas.

	2025				2024			
Saldos	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	25	39	128	192	20	77	324	421
Bancos conta movimento	-	-	73	73	-	-	270	270
Contas a receber	25	39	108	172	20	77	54	151
Outros créditos	-	-	11	11	-	-	-	-
Passivo	-	92.637	78	92.715	-	55.647	127	55.774
Fornecedores e contas a pagar	-	92.637	78	92.715	-	55.647	127	55.774

	2025				2024			
Transações	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(510)	(510)	-	-	(625)	(625)
Custos/despesas - seguros	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	-	-	-	-	(138)	(138)
Custos/despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	-	-	-	-	(872)	(872)
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Custos/despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Custos/despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	(6.281)	(6.281)	-	-	(6.310)	(6.310)
Custos/despesas de lanches e refeições	-	-	-	-	6	-	-	6
Custos/despesas - Despesas indedutíveis	-	-	-	-	7	-	-	7
Custos/despesas - outros gastos gerais	-	-	-	-	-	-	1	1
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(36.736)	-	(36.736)	-	(28.846)	(3.966)	(32.812)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(73)	(73)	-	-	(86)	(86)
Ressarcimento de infraestrutura utilizada	-	-	11	11	-	-	2	2
Outras receitas operacionais	-	-	14	14	-	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	-	1	1	-	-	69	69
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	333	333	-	-	499	499
Repasse de custos e despesas - CSC (*)	-	(23.765)	-	(23.765)	-	(23.727)	-	(23.727)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(1.814)	(25)	(129)	(1.968)	(558)	215	(234)	(577)
Imobilizado/Intangível	-	-	(320)	(320)	-	-	172	172

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R$ 23.490 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora indireta Motiva. **9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave**

	2025	2024
Remuneração (a) (b)	-	436
Outros benefícios:	-	436

Complemento de provisão de PPR do ano anterior (a)
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios. (a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria não estatutária); e (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R$ 436. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora Indireta o montante de R$ 2.878, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, não há outras remunerações da Administração.

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e edificações	Veículos	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	29	129	-	3.274	3.432	13.802
Adições	-	-	-	-	3.097	3.097
Baixas	-	(3)	-	(3)	-	(3)
Transferências	265	4.515	-	214	4.994	(4.994)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	152	-	-	152	-
Depreciação	(10)	(513)	-	(1.009)	(1.532)	-
Outros	(1)	(177)	-	(13)	(191)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	-	2.466	6.852	11.905
Custo	296	4.632	-	4.262	9.190	11.905
Depreciação acumulada	(13)	(529)	-	(1.796)	(2.338)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	-	2.466	6.852	11.905
Adições	-	-	-	-	1.011	1.011
Baixas	(2)	(10)	-	-	(12)	(12)
Transferências	-	4.987	2.129	-	7.116	(7.116)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(2)	-	-	(2)	-
Depreciação	(30)	(1.341)	(33)	(1.028)	(2.432)	-
Outros	-	(247)	-	-	(247)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	251	7.490	2.096	1.438	11.275	5.800
Custo	293	9.359	2.129	4.262	16.043	5.800
Depreciação acumulada	(42)	(1.869)	(33)	(2.824)	(4.768)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	251	7.490	2.096	1.438	11.275	5.800
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2025	10	19	23	23		

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 470 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 776 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 10,11% a.a e 5,37% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	2.653.446	-	3.246	2.656.692	412.172	3.068.813
Adições	-	-	1.500	1.500	1.080.364	1.081.864
Transferências	1.284.106	1.086	(1.087)	1.284.105	(1.284.105)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(152)	(152)	-	(152)
Amortização	(49.204)	(67)	-	(49.271)	-	(49.271)
Outros	(290)	-	-	(290)	(320)	(320)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.019	3.507	3.892.586	208.348	4.100.934
Custo	4.011.873	1.083	3.510	4.016.466	208.348	4.224.814
Amortização acumulada	(123.813)	(67)	-	(123.880)	-	(123.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.019	3.510	3.892.586	208.348	4.100.934
Adições	-	-	1.277	1.277	189.929	191.206
Baixas	(291)	-	-	(291)	-	(291)
Transferências	291.843	2.519	(2.519)	291.843	(291.843)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	2	2	-	2
Amortização	(76.418)	(413)	-	(76.831)	-	(76.831)
Outros	(6.364)	-	-	(6.364)	-	(6.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.096.830	3.122	2.270	4.102.222	106.434	4.208.656
Custo	4.297.056	3.602	2.270	4.302.928	106.434	4.409.362
Amortização acumulada	(200.226)	(480)	-	(200.706)	-	(200.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.096.830	3.122	2.270	4.102.222	106.434	4.208.656
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(a)		20			

(a) Amortização pela curva de benefício econômico. **Infraestrutura em construção:** O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	98.982
Obras contratuais fase 1B	49.409
Obras de ampliação e modernização dos aeroportos	13.294
Implantação da nova pista de pouso	11.768
Desenvolvimento e implantação de sistemas	8.226
Revitalização do sistema de sonorização	6.485
Reforma dos caminhões de combate a incêndio	3.810
Revitalização do sistema de controle de acesso no aeroporto	2.605
Regularização normativa das câmeras do aeroporto	1.297
Aquisição de toteres	1.100
Revitalização monitores informativos	988

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 25.119 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 87.017 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 10,11% a.a. e 5,37% a.a., respectivamente.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (%, a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 1º desembolso)	IPCA + 8,2521144% a.a.	8,7324% (a)	Outubro de 2047	4.899	4.604	153.993	146.685 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 2º desembolso)	IPCA + 8,2521144% a.a.	8,5313% (a)	Outubro de 2047	382	367	20.475	- (b) (c) (d)
			Total	**5.281**	**4.971**	**174.468**	**146.685**

	2025	2024
Circulante	298	155
Financiamentos	278	129
Custos de transação	(321)	(274)
Não circulante	174.170	146.530
Financiamentos	178.820	151.134
Custos de transação	(4.650)	(4.604)
Total	174.468	146.685

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão das dívidas e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data da carência não são conhecidas as futuras taxas pós-fixadas. Estas são somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; e **Garantias:** (b) Avaliação corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária; (c) Fiança corporativa; e (d) Garantia real; e (d) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso do término

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (%, a.a.)
3ª Emissão - Série 1	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)
3ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,99% a.a.	7,2953% (a)

	2025	2024
Circulante	48.547	45.641
Debêntures	49.952	46.953
Custos de transação	(1.405)	(1.312)
Não circulante	3.457.124	3.309.688
Debêntures	3.490.324	3.344.304
Custos de transação	(33.200)	(34.616)
Total	3.505.671	3.355.339

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; **Garantias:** (b) Garantia real; (c) Alienação fiduciária; (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (e) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	3.630
2028	17.411
2029	41.851
2030	52.738
a partir de 2031	3.375.334
(-) Custo de transação	(33.200)
Total	3.457.124

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

14. Fornecedores

	2025	2024
Circulante	33.365	73.808
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	26.100	46.110
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	22	70
Cauções e retenções contratuais (b)	7.243	27.728
Não circulante	473	687
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	687
Cauções e retenções contratuais (b)	473	-
Total	33.838	74.495

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Circulante	18.723	22.724
Salários e remunerações a pagar	1.953	2.306
Benefícios, gratificações e participações a pagar	9.638	12.186
Encargos sociais e previdenciários	2.215	2.701
Provisão para férias	4.917	5.531
Não circulante	7	248
Gratificações e participações a pagar	7	248
Total	18.730	22.972

16. Risco cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

16.1 Processos com prognóstico de perda provável: A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, de maíme quanto abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e, (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e previdenciários	Trabalhistas e Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	40	40
Constituição	40	148	188
Reversão	-	-	(21)
Pagamentos	(40)	(90)	(17)
Atualização de bases processuais e monetária	-	14	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	112	112

16.2 Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Tributários	19.613	14.640
Cíveis e administrativos	210	295
Trabalhistas e previdenciários	919	1.131
Total	20.742	16.066

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: O capital social subscrito da Companhia é de R$ 2.968.340, dos quais R$ 1.678.580 ainda não foram integralizados, representado por 2.968.340.591 de ações ordinárias. Em 10 de março de 2025, as acionistas realizaram a integralização de R$ 44.750, referente ao saldo apresentado na AGE de 25 de março de 2021. **17.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações:** Em 16 de abril de 2025, houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas – parcela de performance: 28.906 ações; • Data da outorga: 16 de abril de 2025; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 11,59; • Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R$ 11,46, R$ 10,57 e R$ 9,58; • Volatilidade calculada para cada tranche: 24,95%, 24,45% e 25,79%; Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*; Parcela de Retenção: 100% justo da parcela atrelada à retenção, composta por 28.906 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação de serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.508 ações, restando 70.728 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 203.

18. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	855.579	1.615.726
Receitas tarifárias	350.792	312.944
Receitas não tarifárias	331.735	295.160
Receitas de construção	172.719	1.007.153
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	333	499

	2025	2024
antecipado do contrato de concessão.		
Cronograma de desembolsos (não circulante)		2025
2027		1.802
2028		3.815
2029		3.888
2030		3.888
2031 em diante		165.427
(-) Custo de transação		(4.650)
Total		174.170

A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
Vencimento final				
Outubro de 2047	20.532	18.910	2.777.885	2.659.379 (b) (c) (d) (e)
Outubro de 2047	16.410	15.695	727.786	695.960 (b) (c) (d) (e)
Total	**36.942**	**34.605**	**3.505.671**	**3.355.339**

	2025	2024
Deduções das receitas brutas	(81.497)	(71.957)
Impostos sobre receitas	(78.662)	(70.132)
Abatimentos	(2.835)	(1.825)
Receita operacional líquida	774.082	1.543.769
19. Resultado financeiro		
	2025	2024
Despesas financeiras	(423.366)	(297.035)
Juros sobre debêntures e financiamentos	(254.294)	(210.839)
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(153.367)	(127.062)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(24)
Comissão de fianças partes relacionadas	(36.736)	(32.812)
Comissões sobre fianças	-	(8.226)
Capitalização de custo dos empréstimos	25.589	87.793
Ajuste a valor presente - arrendamento	(9)	(12)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(4.537)	(5.863)
Receitas financeiras	37.719	24.842
Rendimento sobre aplicações financeiras	35.505	22.778
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	110	11
Juros sobre receitas financeiras	2.104	2.153
Resultado financeiro líquido	(385.647)	(272.093)

20. Instrumentos financeiros: 20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações de valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2025	2024
Ativo		331.930	352.770
Valor justo através do resultado		269.394	283.938
Caixa e bancos	Nível 2	705	369
Aplicações financeiras	Nível 2	164.196	211.855
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	104.493	71.714
Custo amortizado		62.536	68.832
Contas a receber das operações		62.428	68.681
Contas a receber de partes relacionadas		108	151
Passivo	Nível	(3.817.151)	(3.638.267)
Custo amortizado		(3.817.151)	(3.638.267)
Debêntures (a)	Nível 2	(3.505.671)	(3.355.339)
Financiamentos (a)	Nível 2	(174.468)	(146.685)
Fornecedores e outras contas a pagar		(44.247)	(80.469)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(92.715)	(55.774)
Total		(3.485.221)	(3.285.497)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação. **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	3.540.276	3.200.183	3.391.257	2.950.196

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. **20.2. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$ [1x3x5]**	**Cenário provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
IPC-A	(2.719.715)	(426.732)	(468.617)	(510.501)
Efeito sobre empréstimos e debêntures	-	**(426.732)**	**(468.617)**	**(510.501)**
CDI	269.346	37.900	47.336	56.758
Efeito sobre as aplicações financeiras	-	**37.900**	**47.336**	**56.758**
Total do efeito de ganho/(perda)	-	**(388.832)**	**(421.281)**	**(453.743)**
A taxa de juros considerada foi [1x3]:				
CDI [2]	14,9000%	18,6250%	22,3500%	
IPC-A [3]	4,2600%	5,3250%	6,3900%	

(1) A taxa apresentada acima serviu para base do cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo; Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	5.831	479
Tributos a recuperar	5.831	479
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(5.831)	(479)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(5.831)	(479)

21.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures e financiamentos	Capital social	Arrendamentos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.502.024)	(1.245.010)	(157)	(4.747.191)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações (líquidas dos custos de transação)	(19.958)	-	-	(19.958)
Pagamentos de juros	249.504	-	53	249.557
Integralização de capital	-	(44.750)	-	(44.750)
Outras variações que não afetam caixa	(407.661)	-	(9)	(407.670)
Despesas com juros e variação monetária	(407.661)	-	(9)	(407.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.680.139)	(1.289.760)	(113)	(4.970.012)

Composição do Conselho de Administração

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Presidente
Ana Maria de Castro Rosal	Membro efetivo
Marcus Vinicius Vieira Macedo	Membro efetivo
Marcius Faria Moreno	Membro efetivo
Rodrigo Siqueira Abdala	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor Presidente
Monique Henriques Barbata de Souza	Diretora

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Sul S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas adicionalmente em nossa seção "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se o relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o advindo de erro, pois

Companhia de Participações em Concessões

CNPJ 09.367.702/0001-82

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. São Paulo, 12 de março de 2026.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**195.536**	**113.479**
Caixa e equivalentes de caixa	6	37.906	60.021
Aplicações financeiras	6	119.417	22.217
Contas a receber de partes relacionadas	8	433	1.454
Tributos a recuperar		26.668	21.338
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	10.785	8.202
Despesas antecipadas e outros créditos		327	247
Não circulante		**2.987.877**	**3.203.610**
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		-	365
Outros créditos		189	10
Investimentos	9	2.986.186	3.201.949
Imobilizado	10	1.108	849
Intangível	11	394	421
Direito de uso em arrendamento		-	16
Total do ativo		**3.183.413**	**3.317.089**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**54.327**	**23.991**
Debêntures	12	4.442	-
Fornecedores		1.948	1.056
Contas a pagar a partes relacionadas	8	244	265
Impostos e contribuições a recolher		1.126	906
Obrigações sociais e trabalhistas		9.413	10.597
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	37.214	11.050
Passivo de arrendamento		-	18
Outras obrigações		140	99
Não circulante		**175.014**	**79.274**
Debêntures	12	73.858	-
Obrigações sociais e trabalhistas		46	1.459
Imposto de renda e contribuição social diferidos		64	-
Impostos e contribuições a recolher		282	424
Provisão para tributos diferidos e previdenciários	13.1	811	709
Provisão para passivo a descoberto	9.1	99.953	76.682
Patrimônio líquido		**2.953.072**	**3.213.824**
Capital social		1.887.977	2.124.977
Reserva de capital		3.202	4.119
Reserva legal		7.834	-
Dividendos adicionais propostos		110.510	-
Ajuste de avaliação patrimonial		944.349	1.136.639
Prejuízos acumulados		-	(51.911)
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.183.413**	**3.317.089**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	15	**26.180**	**19.305**
Lucro bruto		**26.180**	**19.305**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(39.732)**	**(34.387)**
Despesas com pessoal		(20.873)	(18.347)
Depreciação e amortização	10 e 11	(117)	(599)
Serviços		(10.507)	(5.075)
Materiais, equipamentos e veículos		(69)	(238)
Gastos com viagens e estadias		(930)	(1.679)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.909)	(2.168)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(2.149)	(2.205)
Indenizações		35	(1.270)
Outros		(2.213)	(2.805)
Resultado de equivalência patrimonial		**9.1 (21.981)**	145.463
Resultado antes do resultado financeiro		**218.229**	**130.381**
Resultado financeiro	16	(9.562)	(2.719)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**208.667**	**127.662**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7	(64)	566
Lucro líquido do exercício		**208.603**	**128.228**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**208.603**	**128.228**
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão		(1.136)	41
(1.136)		41	
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		**(191.154)**	**388.994**
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior		(187.626)	397.774
Resultado de *hedge* de fluxo de caixa	17.2	(3.528)	(8.780)
Total do resultado abrangente do exercício		**16.313**	**517.263**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**208.603**	**128.228**
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial		(231.781)	(145.463)
Depreciação e amortização	10 e 11	101	409
Depreciação - direito de uso em arrendamento		16	(90)
Juros e variação monetária sobre debêntures	16	386	(313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	64	-
Baixa do ativo imobilizado	10	216	-
Juros e variação monetária sobre debêntures	16	9.413	-
Reversões e atualizações para provisões de riscos trabalhistas e previdenciários	13.1	102	1.187
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	16	-	12
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	16	(2.258)	123
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações		(1.002)	2.053
Rendimento sobre aplicação financeira		(4.309)	(889)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de partes relacionadas	8	1.021	1.730
Tributos a recuperar		(4.965)	(1.642)
Dividendos e juros sobre capital próprio	9	429.305	250.145
Despesas antecipadas e outros créditos		(259)	26
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		3.150	136
Contas a pagar a partes relacionadas	8	(407)	168
Obrigações sociais e trabalhistas		(2.597)	(3.812)
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		78	774
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	13.1	-	(1.275)
Outras obrigações		41	41
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**404.918**	**235.112**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(549)	(642)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos		(149.750)	(107.300)
Mútuos com partes relacionadas (recebimentos)	9.2	-	926
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(92.891)	(21.103)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(243.190)**	**(128.119)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Liquidação de operações com derivativos		(3.528)	(8.780)
Integralização de capital	19.1	-	160.000
Redução de capital	19.1	(237.000)	(188.900)
Debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	18.1	73.777	-
Pagamentos de juros	18.1	(4.890)	-
Juros sobre capital próprio pagos		(12.184)	(58.050)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal e juros	18.1	(18)	(210)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(183.843)**	**(95.940)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(22.115)**	**11.053**
Demonstração da (redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		60.021	48.968
No final do exercício		37.906	60.021
		(22.115)	**11.053**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações do valor adicionado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital Plano de incentivo de Longo Prazo	Reserva de lucro Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**2.153.877**	**1.403**	-	-	**747.604**	**(187.139)**	**2.715.745**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	128.228	128.228
Aumento de capital em 1º de fevereiro de 2024		160.000	-	-	-	-	-	160.000
Redução de capital em 23 de outubro de 2024		(188.900)	-	-	-	-	-	(188.900)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	2.716	-	-	-	-	2.716
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(11.050)	(11.050)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(1.950)	(1.950)
Destinações:								
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	389.035	-	389.035
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**2.124.977**	**4.119**	-	-	**1.136.639**	**(51.911)**	**3.213.824**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	208.603	**208.603**
Redução de capital em 17 de dezembro de 2025	14.1	(237.000)	-	-	-	-	-	**(237.000)**
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	(917)	-	-	-	-	**(917)**
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2025 (líquido)	14.4	-	-	-	-	-	(6.417)	**(6.417)**
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2025 (IRRF)	14.4	-	-	-	-	-	(1.134)	**(1.134)**
Destinações:								
Ajuste de avaliação patrimonial	14.5	-	-	-	-	(192.290)	-	**(192.290)**
Reserva legal	14.2	-	-	7.834	-	-	(7.834)	-
Dividendos adicionais propostos	14.3	-	-	-	110.510	-	(110.510)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3	-	-	-	-	-	(30.797)	**(30.797)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.887.977**	**3.202**	**7.834**	**110.510**	**944.349**	-	**2.953.872**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios afins, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. A sede está localizada na - Rua Pais Leme, 524, 4º andar, Sala 1, Pinheiros, CEP 05.424-904, São Paulo - SP. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2022, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da Motiva S.A., no valor de R$ 2.600.000. O pagamento foi realizado parte em moeda corrente (R$ 647.880) e parte com entrega à Motiva de participações societárias detida pela CPC, nas controladas Metrô Bahia, BC Concessões, Pantanal Concessões, ATP, MO e SPCP (R$ 1.952.120). A seguir estão demonstradas as empresas que a Companhia possui participação e os percentuais de participação pertinentes à CPC de forma direta ou indireta:

Holdings **e Serviços**

Empresas	País	Investidoras	% de participação
CCR Espanha Concessões	Espanha	Motiva	100
CCR Espanha Empreendimentos	Espanha	Motiva	100
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	Motiva	100
IAF	Espanha	Motiva	46,5
SPAC	Brasil (BR)	Motiva	75

Aeroportos

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fim da concessão
		Aeroportos Desarrollos	42,50 52,40		
Aeris	Costa Rica	Terminal Green Airports	2,60	1	Maio de 2036
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maio de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	7	Novembro de 2051
CAP	Curaçao	CAI	100	1	Abril de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Equador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
		CCR Costa Rica Empreendimentos	66,77
Aeroportuertos	Costa Rica	CCR Costa Rica Concesiones	51,23
		CCR Costa Rica Concesiones	39
CAI	Curaçao	CPA	51
CARE	Curaçao	CAI	100
CCR Espanha Concesiones	Espanha	CPC	100
CCR Espanha Empreendimentos	Espanha	CPC	100
CCR Costa Rica Concesiones	Costa Rica	SJO	100
CCR Costa Rica Empreendimentos	Costa Rica	CCR Espanha Concesiones	100
CPA	Brasil	CCR Espanha Concesiones	80
		CCR Costa Rica Empreendimentos	83
Desarrollos	Costa Rica	CCR Costa Rica Concesiones	49
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
		Green Airports	50
IBSA BVI	USA	SJO	50
Icaros	Equador	Quiport Holdings	100
IAF	Espanha	CPC	46,50
Quiport Holdings	Uruguai	CCR Espanha Empreendimentos	100
Quiama Ecuador	Equador	Quiama	100
Quiama	USA	CCR Espanha Empreendimentos	50
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR Espanha Concesiones	100
SPAC	Brasil	CPC	75
		CCR Costa Rica Empreendimentos	50
Terminal	Costa Rica	CCR Costa Rica Concesiones	50

Outras informações: As concessões da Companhia consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das taxas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura. Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de pedágio, de acordo com cláusulas específicas, sendo em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos. **Celebração do contrato de compra e venda de ações:** Em 18 de novembro de 2025, a Motiva celebrou contrato de compra e venda de ações com a ASUR, pelo qual a Motiva obrigou-se a vender, e a ASUR obrigou-se a adquirir, a totalidade das ações da Companhia, *holding* que concentra as participações da Motiva em ativos aeroportuários no Brasil e no exterior. O valor da operação foi de R$ 1.000.000 (mil reais) em R$ 5.000.000, sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A efetivação da operação depende do cumprimento de condições suspensivas, incluindo aprovações regulatórias no Brasil (ANAC) e no exterior, além de autorizações corporativas. **Aditivo de prorrogação antecipada dos contratos de concessão e direitos de rescisão/ir contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, com direito a indenização. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao resarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/ amortizados e cujo montante não deverá ser pago pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas quando, e somente quando, são aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, sua controladora direta Motiva S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 12 de março de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos Financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia. Revisões de estimativas são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.**Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data do encerramento do relatório que possam ocasionar ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas: 13. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com ações em curso; e

17. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas, controladas em conjunto e em equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **Controladas em conjunto:** Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras refletem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir. **3.2 Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio as datas das transações ou nas datas de avaliação a valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reportados em base líquida nos resultados. **3.3 Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação do contrato com cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço de transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também aufere receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, sendo cial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não reconhecido no valor justo (VJR), ou custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é inicialmente mensurado pelo preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • o mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais especificam, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócios, pois melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido dentro daquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. O "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, custo de liquidez) e margem de lucro. Os juros também incluem uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o período ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modificariam o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento basicamente, se isso for a maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente e que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor mesmo ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também podem incluir compensação razoável pela rescisão do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais financeiros em uma transação em que quase que - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle do ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os montantes reconhecidos e valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em caixa e aplicações financeiras com vencimento imediato e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo, Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, os saldos de recursos aplicados para os próximos 3 meses a partir da data da aplicação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.6 Custo de financiamento e custo de captação de fundos:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante o período da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela contratação da transação até os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.7 Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens do ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, está são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros principais ganhos e perdas decorrentes de alienações nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos da venda e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos nos resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, tais taxas consideradas compatíveis com a vida útil economica esto o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.8 Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo histórico de aquisição, deduzido de amortização e acumulado o custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, está são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros principais ganhos e perdas decorrentes de alienações nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos da venda e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos nos resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, as taxas consideradas compatíveis com a vida útil economica esto o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.8 Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo histórico de aquisição, deduzido de amortização e acumulado o custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, está são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros principais ganhos e perdas decorrentes de alienações nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos da venda e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos nos resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, as taxas consideradas compatíveis com

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

11. Intangível

	Intangível Uso de sistemas informatizados	Intangível Total em operação	Intangível Sistemas informatizados em andamento	Intangível Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2024	15	15	406	421
Custo	17	17	406	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15	15	406	421
Transferências	406	406	(406)	-
Amortização	(27)	(27)	-	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	394	394	-	394
Custo	423	423	-	423
Amortização acumulada	(29)	(29)	-	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	394	394	-	394
Taxa média anual de amortização %		22		

Em 31 de dezembro de 2025

12. Debêntures — **12.218**

Séries	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar
6ª Emissão - Série única	CDI + 0,95% a.a.	1,0122% (a)	Fevereiro de 2030	222	187 78.300 (b)
				Total	**187 78.300**

	2025
Circulante	**4.442**
Debêntures	4.487
Custos de transação	(45)
Não Circulante	**73.858**
Debêntures	74.000
Custos de transação	(142)
Total	**78.300**

	2025 Participação acionária	2025 Quantidade de ações ordinárias	2025 Quantidade de ações preferenciais	2025 Ações integralizadas	2024 Participação acionária	2024 Quantidade de ações ordinárias	2024 Quantidade de ações preferenciais	2024 Ações integralizadas
Motiva S.A.	99,99999999%	939.744.236	939.744.236	1.879.488.472	99,99999999%	1.091.199.743	1.091.199.744	2.182.399.487
SIP - Sociedade de Investimentos e Participações LTDA.	0,00000001%	1	-	-	0,00000001%	1	-	1
	100%	939.744.237	939.744.237	1.879.488.473	100%	1.091.199.744	1.091.199.744	2.182.399.488

14.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **14.3. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	208.603
Absorção de prejuízos acumulados	(51.911)
(-) Constituição de reserva legal	(7.848)
Lucro líquido ajustado	**148.858**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	37.214
Dividendos mínimos obrigatórios	30.797
Total de juros sobre capital próprio a pagar (líquidos de IRRF)	6.417
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**37.214**

14.4. Juros sobre capital próprio: Em 15 de dezembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2024, no montante bruto de R$ 7.550, correspondente a R$ 4,0170504435 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R$ 6.418, serão pagos conforme vieram a ser liberados oportunamente. **14.5. Ajuste de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefícios definido. **14.6. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações:** Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 31.217 ações; • Data da outorga: 16 de abril de 2025; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 11,59; • Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R$ 11,46, R$ 10,57 e R$ 9,58; • Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de vesting. Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 31.217 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2022 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 32.371 ações, o cancelamento de 287.302 ações em razão de desligamentos restando 58.876 ações a serem exercitadas a medida que transcorrem o período de *vesting*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi revertido da despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R$ 917 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

15. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	**26.587**	**19.814**
Receita de partes relacionadas	26.587	19.814
Deduções das receitas brutas	**(407)**	**(509)**
Impostos sobre receitas	(407)	(509)
Receita operacional líquida	**26.180**	**19.305**

16. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	**(29.503)**	**(11.063)**
Juros e variação monetária sobre debêntures	(9.413)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(254)	(363)
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(386)	-
Ajuste a valor presente - arrendamentos	-	(12)
Comissões sobre fianças	(2.022)	(1.972)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(8.428)	(8.766)
Receitas financeiras	**10.941**	**8.344**
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.079	6.552
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2.512	240
Juros e variações monetárias sobre ativos		313

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

	2025	2024
	(8.862)	(7.728)
Resultado financeiro	**(9.562)**	**(2.719)**

17. Instrumentos financeiros: 17.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos	Nível	2025	2024
		168.541	**91.894**
Valor justo através do resultado		**157.323**	**82.238**
Caixa e bancos	Nível 2	24	37
Aplicações financeiras	Nível 2	157.299	82.201
Custo amortizado		**11.218**	**9.656**
Dividendos e juros sobre capital próprio		10.785	8.202
Contas a receber de partes relacionadas		433	1.454
Passivos		**(117.846)**	**(12.470)**
Custo amortizado		**(117.846)**	**(12.470)**
Debêntures (a)		(78.300)	-
Fornecedores e outras obrigações		(2.088)	(1.155)
Juros e outras receitas financeiras		9.562	2.719
Resultado financeiro líquido		**(9.562)**	**(2.719)**

	2025	2024
	74.000	
	(142)	
Total	**73.858**	

	Nível	2025	2024
Debêntures (a)		(78.487)	79.064
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(11.250)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(244)	(265)
Total		**50.695**	**79.424**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.
Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	78.487	79.064

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento dos operações com base em taxas futuras oditas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data-base. **17.2. Instrumentos financeiros derivativos:** As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou e liquidou *hedge* para proteção contra a variação cambial em relação aos saldos abertos com a fornecedora Alstom. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro resumido sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Operação	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional) Moeda local 2025	2024	Valores brutos contratados e liquidados Moeda local Recebidos/(Pagos) 2025	2024	Resultado Perda em resultado abrangente 2025	2024
NDF - risco de câmbio		**400.518**	**220.436**	**(3.528)**	**(8.780)**	**(3.528)**	**(8.780)**
Posição Ativa	2025	400.518	220.436	(3.528)	(8.780)	(3.528)	(8.780)

17.3. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes. A Companhia para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de deterioração da situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **17.3.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias de juros sobre os contratos de debêntures e mútuos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R$ (1)	Cenário provável	Efeito em R$ no resultado financeiro Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(78.487)	(12.391)	(15.301)	(18.211)
Efeito sobre debêntures	-	**(12.391)**	**(15.301)**	**(18.211)**
CDI	157.394	22.347	27.914	33.474
Efeito sobre as aplicações financeiras	-	**22.347**	**27.914**	**33.474**
Total do efeito líquido de ganhos	-	**22.347**	**27.914**	**33.474**
A taxa de juros considerada foi (1):	CDI (1)	14,9000%	18,6250%	22,3500%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes são interferem nos cálculos dos fluxos futuros de juros.
18. Demonstrações dos fluxos de caixa: 18.1. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Capital social	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	**(2.124.777)**	**(11.050)**	-	-	**(2.136.045)**
Alterações dos fluxos de caixa de financiamento	**(68.887)**	**237.000**	**12.184**	**3.528**	**18**	**183.843**
Aumento e redução de capital em investidas	-	237.000	-	-	-	237.000
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	12.184	-	-	12.184
Liquidação de operações com derivativo	-	-	-	3.528	-	3.528
Captações	(73.777)	-	-	-	-	(73.777)
Pagamentos de juros	4.890	-	-	-	-	4.890
Pagamentos de principal	-	-	-	-	18	18
Outras variações que não afetam caixa	**(9.413)**	-	**(38.348)**	**(3.528)**	-	**(51.289)**
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(38.348)	-	-	(38.348)
Despesa com juros e variação monetária	(9.413)	-	-	-	-	(9.413)
Resultado abrangente das operações com derivativos	-	-	-	(3.528)	-	(3.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(78.300)**	**(1.887.977)**	**(37.214)**	-	-	**(2.003.491)**

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar - Diretor Presidente
Roberto Penna Chaves Neto - Diretor

Contadora: Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/0-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da Companhia de Participações em Concessões *São Paulo - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações em Concessões (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Participações em Concessões em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas demais responsabilidades ético-profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, se essas divulgações forem inadequadas, emitir uma opinião modificada. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as informações sobre as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos aos responsáveis pela governança do grupo, entre outros aspectos, o escopo, o alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

BARUERI ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	**142.673**	**373.103**
Caixa e equivalentes de caixa	132.973	274.886
Títulos e valores mobiliários	-	95.561
Outros ativos	2.177	1.157
Tributos a recuperar	7.523	1.499
Total do ativo circulante	**142.673**	**373.103**
Ativo não circulante		
Outros ativos	1.097	1.832
Partes relacionadas	1.233	1.233
Depósitos judiciais	4.744	4.744
Tributos a recuperar	498	6
Imobilizado em andamento	596.132	285.186
Intangível	2	3
Total do ativo não circulante	**603.706**	**293.004**
Total do ativo	**746.379**	**666.107**
Passivo circulante	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fornecedores	44.236	11.833
Obrigações tributárias	483	547
Empréstimos	-	680
Outros passivos	618	552
Total do passivo circulante	**45.337**	**13.612**
Passivo não circulante		
Empréstimos	434.180	383.553
Contas a pagar	387	387
Partes relacionadas	9.682	9.683
Provisões para contingências	4.581	4.122
Total do passivo não circulante	**448.830**	**397.745**
Patrimônio líquido		
Capital social	274.755	274.755
Prejuízos acumulados	(22.543)	(20.005)
Total do patrimônio líquido	**252.212**	**254.750**
Total do passivo e patrimônio líquido	**746.379**	**666.107**

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais	**(2.646)**	**(6.443)**
Despesas com vendas, gerais, administrativas	(2.740)	(1.230)
Outras receitas (despesas) operacionais	94	(5.213)
Prejuízo operacional	**(2.646)**	**(6.443)**
Receitas financeiras	37.702	16.049
Despesas financeiras	(37.594)	(18.753)
Prejuízo do exercício	**(2.538)**	**(9.147)**
Prejuízo por ação - básico	**(0,01)**	**(0,03)**

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	**(2.538)**	**(9.147)**
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(2.538)**	**(9.147)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**155.732**	**(86.474)**	**4.325**	**(10.858)**	**62.725**
Aumento de capital	119.023	86.474	(4.325)	-	**201.172**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.000)	**(6.000)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**274.755**	-	-	**(16.858)**	**257.897**
Prejuízo do exercício	-	-	-	**(2.538)**	**(2.538)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**274.755**	-	-	**(22.543)**	**252.212**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/25	31/12/24
Prejuízo do exercício	(2.538)	(9.147)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa		
Depreciação e amortização	33	20
Rendimento de aplicações financeiras	-	(15.916)
Juros sobre empréstimos	37.543	15.916
Baixa de Imobilizado	-	413
Provisão para contingência	459	-
Outros	-	504
Total	35.497	(8.210)
Variações no capital circulante		
Outros ativos	(268)	(2.378)
Tributos a recuperar	(6.533)	(1.113)
Depósitos Judiciais	-	(387)
Fornecedores	32.403	11.409
Obrigações tributárias	(64)	462
Contas a pagar	-	387
Outros passivos	66	70
Total	61.101	240
Gerado pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**61.101**	**240**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contas a Receber – Partes relacionadas	-	5.217
Títulos e valores mobiliários	95.561	(111.477)
Imobilizado em andamento	(297.894)	(150.499)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(202.333)**	**(256.759)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos emissão de debêntures	-	395.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(680)	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	(1)	9.683
Aumento de capital	-	119.079
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	**(681)**	**523.762**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(141.913)**	**267.243**
No início do exercício	274.886	7.643
No final do exercício	132.973	274.886
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(141.913)**	**267.243**

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/25	31/12/24
Receitas	-	-
Receita de contrato com cliente	-	-
Outras receitas	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(505)**	**(174)**
Custo dos serviços prestados	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(505)	(174)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
Valor adicionado bruto	**(505)**	**(174)**
Depreciação e amortização	(33)	(20)
Valor adicionado líquido produzido	**(538)**	**(194)**
Valor adicionado recebido em transferência	**37.702**	**16.049**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	37.702	16.049
Outras transferências recebidas	-	-
Valor adicionado total a distribuir	**37.164**	**15.855**
Distribuição do valor adicionado	**37.164**	**15.855**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Benefícios	-	-
F.G.T.S.	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**1.840**	**818**
Federais	1.840	818
Estaduais	-	-
Municipais	-	-
Remuneração de capital de terceiros	**37.862**	**24.184**
Despesas financeiras	37.594	18.753
Aluguéis	-	14
Outros	268	5.417
Remuneração de capitais próprios	**(2.538)**	**(9.147)**
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Dividendos	-	-
Prejuízo do período	(2.538)	(9.147)

BARUERI ENERGIA RENOVÁVEL S.A.
Leonardo Roberto P. dos Santos - CPF: 218.498.438-80
Administrador

Domingues e Pinho Contadores Ltda. - CRC-RJ 001137/O-0
Rejane Paulo Xavier Leite - CRC-RJ 070.494/O-6 - Contador(a)
Marluci Azevedo Rodrigues - CRC-RJ 059.203/O-4 - Contador(a)

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Zanettini, Barossi S/A Indústria e Comércio

CNPJ Nº. 61.357.406/0001-10

Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 15 de Abril de 2026

Convocação

Convidam-se os srs. Acionistas da Zanettini,Barossi S.A Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede social, na Av.Carioca nº.446, a realizar-se às 14,30 horas do dia 15 de abril de 2026, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2025; 2) destinação do lucro do exercício social findo em 31.12.2025; 3) aprovação de pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio; 4) eleição do Conselho de Administração para funcionar no triênio 2026/2028, e 5) fixação dos honorários dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2026. São Paulo, 12 de março de 2026. **Wagner Polo**, Diretor-Superintendente; **Antonio Carlos Barossi**, Diretor-Administrativo.

O 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, com fundamento no artigo 216-A, §§ 4º e 13º, da Lei nº 6.015/73, FAZ SABER que foi prenotado, sob o nº 684.144, o procedimento de usucapião extrajudicial, na modalidade extraordinária, requerido por 1) Rita Tenório Garcia, brasileira, do lar, viúva portadora do RG nº 2.235.945-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 406.218.238-64 residente e domiciliada na Rua Francisco de Almeida Leite, nº 151, Jardim Jaraguá, nesta Capital; 2) Jonathan Garcia Lima, brasileiro, cientista de dados, portador do RG nº 47.108.473-5-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 414.084.508-28, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei nº 6.515/77, com Aline Valéria Gasparino de Lima, brasileira, analista de dados, portadora do RG nº 46.461.015-1, inscrita no CPF/MF nº 391.337.658-55, residentes e domiciliados na Rua Luiz Scott, nº 165, torre 2, apartamento 81, Jardim Iracema, em Barueri, neste Estado e 3) Guilherme Garcia Oliveira, brasileiro, auxiliar cartório, solteiro, portador do RG nº 55.527.777-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 478.976.628-45, residente e domiciliado na Rua Francisco de Almeida Leite, nº 151, Jardim Jaraguá, nesta Capital, com o objetivo de obter o reconhecimento do domínio sobre o imóvel com área de 172,30m², situado na Rua Francisco de Almeida Leite, nº 151, Jardim Jaraguá, constituído por parte do Lote 01, Quadra 07, contribuinte nº 124.048.0029-8, localizado no 31º Subdistrito – Pirituba, nesta Capital, atualmente transcrito sob o nº 17.996, deste R.I., de propriedade de Maria Luiza Ramos Paim de Andrade, José Paim de Andrade, Gilberto Ramos e Silva e Virginia Ventorim Ramos e Silva, que requerentes alegam exercer posse mansa, pacífica e ininterrupta, com ânimo de dono, por período superior a 65 anos, atendendo aos requisitos legais para a usucapião. O imóvel confronta-se pelo lado direito com imóvel nº 03 da Rua Francisco de Almeida Leite, matriculado sob nº 206.193 deste R.I.; pelo lado esquerdo com imóvel nº 145 da Rua Francisco de Almeida Leite, matriculado sob nº 16.728 deste R.I.; e pelos fundos com o imóvel nº 39 da Rua Belarmino Prestes, matriculado sob nº 43.405 deste R.I., de propriedade de Nivaldo Aparecido de Vechi e sua mulher Marlene Oliveira de Vechi. O presente edital tem por finalidade DAR CIÊNCIA a MARIA LUIZA RAMOS PAIM DE ANDRADE, JOSÉ PAIM DE ANDRADE, GILBERTO RAMOS E SILVA, VIRGINIA VENDRAMINI RAMOS E SILVA, ALVARO LELLIS, ALVARO LELLIS, MARLENE OLIVEIRA DE VECHI E A TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste edital, apresentem impugnação fundamentada, caso não concordem com o reconhecimento da usucapião. As manifestações deverão ser dirigidas ao 16º Registro de Imóveis, localizado na Rua Pamplona, nº 1.593, Jardim Paulista, São Paulo/SP, durante o horário de expediente, das 9h às 16h. Fica informado que, não havendo manifestação no prazo estipulado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelos requerentes, e o procedimento de usucapião extrajudicial poderá ser concluído com o competente registro, nos termos da Lei.

PLANT CHOICE ALIMENTOS VEGETAIS LTDA

CNPJ nº CE 751 885/0001-04 – NIRE nº 35.236.552.545

REDUÇÃO DE CAPITAL – AVISO A CREDORES (ART. 1.082, I e II, CC)

A **PLANT CHOICE ALIMENTOS VEGETAIS LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na **Rua Heliópolis, nº 170, Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, CEP 05318-010** (endereço vigente na data da reunião), por seu(s) sócio(s), torna público que, em **Reunião de Sócios realizada em 12/03/2026, às 10:00 horas**, foi deliberada, por **unanimidade**, a **redução do capital social**, por ter se tornado **excessivo em relação ao novo objeto social**, nos termos do art. **1.082, incisos I e II, do Código Civil**. **Valor da redução:** R$ 7.020.100,00 (sete milhões, vinte mil e cem reais), mediante **diminuição proporcional do valor nominal** das quotas, preservadas as participações percentuais. Em decorrência da redução, o capital social, antes de R$ **7.030.100,00** (sete milhões, trinta mil e cem reais), passa a ser de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, dividido em **10.000 (dez mil)** quotas no valor nominal R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma: **TORRES PARTICIPAÇÕES LTDA: reduz 5.945.115 quotas (R$ 5.945.115,00), passando a deter 8.469 quotas (R$ 8.469,00), sendo: 845.700 quotas (R$ 845.700,00) em dinheiro, e 5.099.415 quotas (R$ 5.099.415,00) será destinado à absorção dos prejuízos; CAROLINA HELENA TORRES: reduz 865.020 quotas (R$ 865.020,00), passando a deter 1.232 quotas (R$ 1.232,00) em dinheiro; GABRIEL TORRES: reduz 26.215 quotas (R$ 26.215,00), passando a deter 37 quotas (R$ 37,00) em dinheiro; MATEUS HARUO DE FREITAS MENDES: reduz 131.073 quotas (R$ 131.073,00), passando a deter 187 quotas (R$ 187,00) em dinheiro; CAROLINA ITODA: reduz 52.677 quotas (R$ 52.677,00), passando a deter 75 quotas (R$ 75,00), em dinheiro. Restituição/destinação:** A redução ora aprovada no montante de **R$ 7.020.100,00** (sete milhões, vinte mil e cem reais) será devolv

Saneamento de Orlândia SPE S.A.

CNPJ nº 45.405.083/0001-37

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	79	1.368
Contas a Receber e Outros Recebíveis	8	4.417	4.549
Estoques	9	2.437	1.606
Impostos a recuperar		90	76
Adiantamentos a fornecedores		362	215
Total do ativo circulante		**7.384**	**7.814**
Não circulante			
Imobilizado	10	2.171	1.855
Intangível	11	77.878	62.332
Total do ativo não circulante		**80.049**	**64.187**
Total do ativo		**87.433**	**72.001**

Passivo	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	1.577	1.470
Provisões e encargos trabalhistas	13	442	412
Obrigações fiscais	14	218	210
Adiantamento de clientes		100	59
Total do passivo circulante		**2.337**	**2.150**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	84.591	69.257
Provisões para contingências	16	44	44
Total do passivo não circulante		**84.634**	**69.301**
Patrimônio líquido			
Capital Social	17	1.500	1.500
Prejuízos acumulados		(1.038)	(950)
Total do patrimônio líquido		**462**	**550**
Total do passivo e patrimônio líquido		**87.433**	**72.001**

Demonstração do resultado e do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida		**25.871**	**24.366**
Custo dos serviços prestados		(14.141)	(14.465)
Resultado Bruto		**11.730**	**9.901**
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(5.713)	(4.207)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas			
Receitas financeiras	19	365	338
Despesas financeiras	19	(6.470)	(6.099)
Resultado financeiro líquido		**(6.105)**	**(5.761)**
Resultado antes dos impostos		**(88)**	**(67)**
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Resultado do exercício		**(88)**	**(67)**

Demonstração do Resultado Abrangente	2025	2024
Resultado do período	**(88)**	**(67)**
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado do período	**(88)**	**(67)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2023	**1.500**	**(883)**	**617**
Prejuízo do período	-	(67)	(67)
Em 31 de dezembro de 2024	**1.500**	**(950)**	**550**
Prejuízo do período	-	(88)	(88)
Em 31 de dezembro de 2025	**1.500**	**(1.038)**	**462**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(88)	(67)
Depreciação e amortização	2.312	2.052
	2.224	1.985
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais		
Contas a receber e outros recebíveis	132	38
Impostos a recuperar	(14)	(67)
Adiantamentos a fornecedores	(147)	(149)
Estoques	(830)	(527)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais		
Contas a pagar	107	68
Obrigações trabalhistas	30	63
Obrigações tributárias	8	48
Adiantamento de clientes	42	28
Provisão para contingencias	44	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.552**	**1.530**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimo	15.334	7.903
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**15.334**	**7.903**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(316)	(1.258)
Aquisição de intagível	(17.858)	(7.367)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(18.174)**	**(8.625)**
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.289)**	**808**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**1.368**	**560**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**79**	**1.368**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(1.289)**	**808**

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A Saneamento de Orlândia S.A. é uma sociedade anônima, constituída no dia 15 de fevereiro de 2022, com sede localizada na Rua 10, nº 350, Centro, CEP 14.620-000, Orlândia – SP. A Companhia tem por objeto social exclusivamente a execução dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de Orlândia, estado de São Paulo, incluindo prestação de serviços públicos de saneamento, compreendem o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários compreendendo também a realização gastos necessários para a exploração de fontes de receitas autorizadas no termos do "Edital de Licitação da Concorrência Pública nº001/2020" e de "Contrato de concessão". A Companhia foi constituída com propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no município de Orlândia – SP. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, mas será, no mínimo, o prazo necessário para o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato de concessão.

2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 05 de fevereiro de 2026.

3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas do valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nestas informações. **a) Imposto de renda e contribuição social:** (i) *Imposto corrente*: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social de exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (ii) *Imposto diferido*: O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com as alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração*: A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizáveis, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. *Custos subsequentes*: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado a partir do prazo final da concessão. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **c) Intangível:** *Reconhecimento e mensuração*: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Perda de valor esperado de prazo final da subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Amortização*: Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. À amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **d) Ativos de contrato:** Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma Companhia deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a Companhia reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinado contrato são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro. **e) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (ii) *Ativos financeiros não derivativos – mensuração*: **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. (iii) *Passivos financeiros não derivativos – mensuração*: Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **g) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para Companhia listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação a cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. **h) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **i) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que parte ou uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **k) Custos de empréstimos e financiamentos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

7. Caixas e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Bancos conta corrente	79	1.368
	79	1.368

8. Contas a Receber e outros Recebíveis

	2025	2024
Clientes - Residencial	3.438	3.580
Clientes - Comercial	567	487
Clientes - Industrial	302	345
Clientes - Inst. Públicas	110	137
	4.417	4.549

9. Estoques

	2025	2024
Estoque de materiais	2.437	1.606
	2.437	1.606

10. Imobilizado

	Custo	2025 Depreciação acumulada	Líquido	2024 Líquido	% Taxas anuais de depreciação
Equipamento de campo	1.053	436	617	1.223	20
Móveis e utensílios	1.385	106	1.279	358	10
Veículos	110	52	58	115	20
Computadores e periféricos	300	83	217	159	20
	2.848	677	2.171	1.855	

O imobilizado movimentou-se como segue:

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Custo				
Equipamento de campo	1.578	57	(582)	1.053
Móveis e utensílios	365	1.020	-	1.385
Veículos	150	-	(40)	110
Computadores e periféricos	214	91	(5)	300
	2.307	1.168	(627)	2.848
Depreciação acumulada				
Equipamento de campo	(355)	(314)	232	(437)
Móveis e utensílios	(7)	(99)	-	(106)
Veículos	(35)	(27)	10	(52)
Computadores e periféricos	(55)	(45)	18	(82)
	(452)	(485)	260	(677)
Imobilizado líquido	**1.855**	**683**	**(367)**	**2.171**

11. Intangível

	Custo	2025 Amortização acumulada	Líquido	2024 Líquido	% Taxas anuais de amortização (*)
Outorga Fixa (*)	51.550	4.846	46.704	48.198	2,86
	51.550	4.846	46.704	48.198	

Intangivel ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

	Custo	2025 Amortização acumulada	Líquido	2024 Líquido	% Taxas anuais de amortização (*)
Rede de agua	15.746	667	15.079	11.532	2,86
Rede de esgoto	5.125	65	5.060	805	2,86
Estação tratamento agua	8.913	403	8.510	1.210	2,86
Estação tratamento esgoto	2.620	95	2.525	587	2,86
	32.404	1.230	31.174	14.134	
Totais	83.954	6.076	77.878	62.332	

(*) Refere-se à outorga fixa paga em decorrência do contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão. **Amortização:** A amortização do ativo intangível registrado na rubrica intangível IPCP 01 (R1), refere-se exclusivamente ao valor de outorga. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data da aquisição do bem ou data de término das obras. **Teste por redução ao valor recuperável:** A unidade geradora de caixa que são consolidadas nas demonstrações financeiras não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado para a unidade geradora de caixa é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

12. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	1.577	1.470
	1.577	1.470

13. Obrigações Trabalhistas

	2025	2024
INSS a recolher	90	69
FGTS a recolher	19	21
Provisão de férias	244	236
Provisão de FGTS s/ férias	19	18
Provisão de INSS s/ férias	70	68
	442	412

14. Obrigações Fiscais

	2025	2024
Cofins a recolher	111	123
PIS a recolher	24	27
Tributos retidos a recolher	83	60
	218	210

15. Empréstimos a Pagar

Finalidade	Encargos financeiros incidentes	2025	2024
Capital de giro	12% a.a.	84.591	69.257
		84.591	69.257

Empréstimo contraído junto a terceiros conforme contrato datado em abril de 2022, com carência para cobrança de juros de 24 meses e carência de 60 meses para o início da amortização, sendo o vencimento final em abril de 2032.

16. Provisões para Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas. Segundo seus consultores jurídicos as ações cuja probabilidade de perda é provável têm o valor de R$ 44 (R$ 44 em 2024), enquanto as que são consideradas como de possível perda totalizam R$ 303 (R$ 366 em 2024).

17. Capital Social

	Participação %	Ações	Capital Integralizado
Thera Investimentos Ltda	60%	900	900
Insttale Engenharia Ltda	40%	600	600
	100%	1.500	1.500

18. Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2025 a entidade não possui qualquer operação com derivativos. **18.1 Riscos de mercado:** Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA, SELIC, TR e TJPL. **18.2 Gestão de capital:** A gestão de capital tem por objetivo suportar a estratégia de crescimento da Companhia, levando em consideração o interesse dos quotistas e de outras partes interessadas. As fontes de capital utilizadas nas operações são escolhidas com base numa série de fatores, entre eles custo do financiamento, prazos de carência e de pagamento e de nível de alavancagem financeira. A Companhia busca minimizar o custo do seu capital, e para atingir tal objetivo poderá, entre outras medidas, aumentar ou reduzir o montante de empréstimos e outras obrigações, alterar a sua política indicativa de pagamento de dividendos, devolver o capital aos quotistas, emitir novas quotas ou vender ativos. **18.3 Estimativas do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que é disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. **18.4 Risco de preço:** A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

19. Resultado Financeiro

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Juros recebidos/auferidos	329	325
Rendimentos de aplicação financeira	36	13
	365	338
Despesas Financeiras		
Prov. Juros s/ empre stimos	(6.093)	(5.845)
Comissões e despesas bancárias	(377)	(254)
	(6.470)	(6.099)
Resultado Financeiro	(6.105)	(5.761)

20. Seguros: É política da Sociedade manter cobertura de seguros para danos materiais e/ou corporais causados a terceiros. De acordo com o entendimento dos consultores de seguros e da administração da Sociedade, os montantes assegurados são julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e da modalidade contratada.

21. Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Diretora Presidente
Sueli Aparecida de Oliveira

Diretora Administrativo financeiro
Natália Mendonça Galvão

Contador
Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Saneamento de Orlândia S.A. - Orlândia - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Saneamento de Orlândia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saneamento de Orlândia S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. Para o assunto descrito, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Principais assuntos de auditoria - Capitalização de gastos no ativo intangível:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante de R$ 46.704 mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Houve capitalização de gastos no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 17.040 mil. **Nossa abordagem:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: Avaliamos o processo de capitalização, independentemente da categoria contábil, para determinar o início do registro da amortização. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso pela base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunta, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos a avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente da causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, om

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

DREEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ nº 43.822.995/0001-89

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	17	264
Contas a receber e outros recebíveis	8	19.464	13.866
Adiantamento a fornecedores		644	934
Créditos Tributarios		-	12
Total do ativo circulante		**20.125**	**15.076**
Permanente			
Imobilizado	9	47	57
Intangível	10	15.966	15.966
Total do ativo não circulante		**16.013**	**16.023**
Total do ativo		**36.138**	**31.099**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores e subempreiteiros	11	3.545	21
Provisões e encargos trabalhistas		85	-
Obrigações tributárias		400	46
Total do passivo circulante		**4.030**	**67**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		116	31
Total do passivo não circulante		116	31
Patrimônio líquido			
Capital social	12	31.069	31.069
Lucros (prejuízos) acumulados		923	(68)
Total do patrimônio líquido		**31.992**	**31.001**
Total do passivo e patrimônio líquido		**36.138**	**31.099**

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	2025	2024
Receita operacional líquida	**5.878**	**401**
Custo dos serviços prestados	**(4.688)**	**(314)**
Resultado Bruto	**1.191**	**87**
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(196)	(25)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	**995**	**62**
Receitas financeiras	-	7
Despesas financeiras	(1)	(1)
Resultado financeiro líquido	**(1)**	**6**
Resultado antes dos impostos	**994**	**68**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3)	-
Resultado do exercício	**991**	**68**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Resultado do período	**991**	**68**
Outros Resultados Abragentes		
Resultado abrangente do período	**991**	**68**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Em 1 de janeiro de 2024	**31.069**	**(136)**	**30.933**
Resultado do exercício	-	68	68
Em 31 de dezembro de 2024	**31.069**	**(68)**	**31.001**
Resultado do exercício	-	991	991
Em 31 de dezembro de 2025	**31.069**	**923**	**31.992**

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	991	68
Depreciação	10	10
	1.001	**78**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais		
Contas a receber e outros recebíveis	(5.598)	1.134
Adiantamentos	290	(934)
Créditos Tributarios	12	(2)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais		
Fornecedores e outras contas a pagar	3.524	1
Provisões e encargos trabalhistas	85	-
Obrigações tributárias	354	46
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.333)**	**245**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos	**85**	**(60)**
Caixa líquido das atividades de financiamento	**85**	**(60)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(247)**	**263**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**264**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**17**	**264**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(247)**	**263**

Notas explicativas da administração à demonstração contábil em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Dreen Engenharia S/A é uma sociedade anônima, constituída no dia 18 de novembro de 2021, com sede localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 06º andar, conjuntos 61 e 61, sala 05, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo. A Companhia tem por objeto social; (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obras de Barragens, portuárias, aeroportuárias, estradas e rodovias, ferrovias e edificações; (c) abastecimento de água; saneamento, drenagem e irrigação (d) aluguel de equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (e) sinalização de vias em geral; (f) comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (g) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (h) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (i) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada; (j) projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) construção e montagem de gasodutos e oleodutos, montagem industrial de plantas diversas, inclusive petroquímicas e refinarias de petróleo, construção e montagem de plataformas marítimas para exploração de petróleo; (m) serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionistas ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (p) acima, (r) serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

2 Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 04 de fevereiro de 2026.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação avaliaria e lisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social:** (i) *Imposto diferido:* O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social -** *Ações ordinárias:* Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa	2025	2024
Caixa	1	1
Bancos Conta Corrente	16	263
	17	**264**

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis	2025	2024
Direitos a faturar	5.598	-
SP Infra S.A (1)	13.866	13.866
	19.464	**13.866**

(1) Refere-se a transferência de contas a receber oriundas de partes relacionadas entre Galvão Engenharia S.A em recuperação judicial e Galvão Participações S.A em recuperação judicial e SP Infra S.A.

9 Imobilizado		2025	2024		%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Eqto Aux de Campo	52	28	24	29	20
Eqto de Oficina	30	16	14	17	10
Móveis e utensílios	11	6	5	6	20
Equipamentos de Instalação	9	5	4	5	10
	102	**55**	**47**	**57**	

O imobilizado modificou-se no exercício como segue:

Descrição	2024	Adições	2025
Custo			
Equipamentos aux. de campo	52	-	52
Equipamentos de oficina	30	-	30
Móveis e utensílios	11	-	11
Equipamentos de instalação	9	-	9
	102	**-**	**102**
Depreciação acumulada			
Equipamentos aux. de campo	(23)	(4)	(27)
Equipamentos de oficina	(13)	(3)	(16)
Móveis e utensílios	(5)	(2)	(7)
Equipamentos de instalação	(4)	(1)	(5)
	(45)	(10)	(55)
Imobilizado líquido	**57**	**(10)**	**47**

10 Intangível: Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico, para fins de transferência de "Know How" conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 01 de setembro de 2021.

11 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	227	-
Direitos subempreiteiros	3.144	-
Fornecedores consórcios	152	-
Outros	22	21
	3.545	**21**

12 Capital Social

	Participação %	Ações	Capital Integralizado
BRZ Infra S.A	100,00%	31.069	31.069
	100,00%	**31.069**	**31.069**

13 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2025 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

14 Contingências: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia não há ações em curso cuja probabilidade de perda seja possível ou provável e desta forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não há contingências a serem registradas na contabilidade ou divulgadas em nota explicativa.

15 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

16 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Diretor Presidente
Marcelo Martins de Melo

Diretor Corporativo
Felippe Soares Verdi

Diretor Operações
Carlos Alberto Marini

Contador: Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Dreen Engenharia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Dreen Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dreen Engenharia S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos a avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 04 de fevereiro de 2026.

Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio - Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3

Guerra no Irã eleva pressão sobre dependência externa do Brasil para remédios e insumos

A guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã aumenta a pressão sobre a cadeia de remédios e insumos hospitalares , algo que já vinha acontecendo desde o tarifaço anunciado por Donald Trump no ano passado.

A preocupação se dá por fatores logísticos, segundo associações ouvidas pela reportagem, uma vez que o Brasil é altamente dependente de insumos farmacêuticos oriundos da Ásia. Algo entre 85% e 95% dos IFAs (insumos farmacêuticos ativos, as substâncias que dão efeito aos remédios) são importados, dependendo de rotas no Oriente Médio. O Brasil produz ínfimos 5% dos IFAs de que precisa.

Há um temor, por parte do Ministério da Saúde, de que isso incorra em elevação de preços dos produtos de saúde, conforme exposto pelo ministro Alexandre Padilha em visita a uma fábrica de medicamentos em Valinhos, no interior de São Paulo, no último dia 3.

"Hoje, a indústria usa a Arábia Saudita como ponte aérea para o envio de IFAs, e a inviabilização desse hub obriga desvios pela Rússia, que também tem limitações pelo conflito com a Ucrânia, ou pelo Pacífico", afirma Nelson Mussolini, presidente da Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos).

Ele diz que estudos internos estimam alta de 20% a 25% nos custos de logística, mas que eventuais prejuízos serão assumidos pela indústria. Isso porque os preços dos remédios são controlados pela Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos).

Nelson Mussolini cita como outra preocupação o fato de que as seguradoras têm travado a emissão de seguros para rotas atingidas pelo conflito, fazendo com que eventuais perdas sejam assumidas pelo setor. O Irã ameaça navios pela região em retaliação aos rivais, por exemplo.

A preocupação logística também atinge os exportadores indianos, que com a China respondem por 70% dos IFAs usados no Brasil.

As empresas afirmam que Dubai, importante centro logístico global para o setor farmacêutico, especialmente para cargas de produtos refrigerados, foi duramente afetada. Exportações indianas passam pelo Aeroporto Internacional de Dubai com destino ao Golfo, à África, à Europa e às Américas. O Irã realizou ataques com drones aos Emirados Árabes após a morte do líder supremo Ali Khamenei.

"O que a gente já sabe é que o custo de logística aumentou, o tempo [também aumentou], o seguro ficou muito caro para todo mundo, então vai refletir para a gente também", diz Norberto Prestes, presidente da Abiquifi (Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos).

Para ele, é cedo para afirmar que faltarão insumos. A entidade diz que aguarda manifestação das empresas do setor para estimar eventuais perdas.

Fontes ligadas ao varejo afirmam ainda não sentir impacto pelo conflito. A Abafarma (Associação dos Distribuidores Farmacêuticos) diz que as operações estão normais. Redes de medicina diagnóstica, como Fleury e DMS, também relataram funcionamento normal de suas operações.

Embora o Ministério da Saúde não veja risco de desabastecimento de remédios e insumos, a dependência brasileira do mercado externo para o setor, considerado estratégico, é um incômodo, uma vez que torna o país refém de movimentos geopolíticos que possam afetar a cadeia global.

Em evento na USP (Universidade de São Paulo) também no dia 3 de março, o ministro Alexandre Padilha disse que o Brasil precisa produzir cada vez mais o que precisa e depender cada vez menos da cadeia produtiva global. (Folhapress)

Risco de greve de caminhoneiros em ano eleitoral levou governo a lançar pacote contra alta do diesel

A decisão do governo de anunciar medidas para conter a alta do preço do diesel no Brasil, em meio à guerra que se alastra pelo Oriente Médio, ocorreu após o Palácio do Planalto ser informado sobre o risco real de os preços abusivos detonarem paralisações de caminhoneiros por todo país.

Na quinta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou que o governo vai zerar tributos federais sobre o diesel.

Conforme informações obtidas pela reportagem, o receio eclodiu na semana passada, na sequência do início da guerra e da volatilidade dos preços do Brent, mas aumentou nas últimas 48 horas, marcadas pela intensificação dessas reuniões do alto escalão do governo em Brasília.

Há preocupação de que o cenário atual possa ser usado para a prática de preços abusivos e que isso leve a paralisações de motoristas em pleno ano eleitoral, mexendo com a inflação e, consequentemente, gerando exploração política do assunto.

Algumas reuniões tiveram a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em uma conversa com Lula, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recomendou que não se adotasse qualquer medida drástica no momento, à espera de um recuo do presidente americano, Donald Trump.

O ministro, que acompanhava o noticiário internacional sobre o aumento da gasolina ao consumidor americano, lembrou que o próprio governo dos EUA reconsiderou a sobretaxa aos produtos brasileiros após aumento dos preços lá.

A eclosão da guerra e a alta volatilidade do preço do petróleo fizeram com que o governo traçasse um plano para deter uma crise. Existe a avaliação de que o tema é especialmente sensível por se tratar de ano eleitoral.

A pedido do presidente, Haddad apresentou a Lula, diferentes cenários. A partir daí, foi elaborado um pacote de ações, cujo desenho foi concluído nesta quinta (12), na Casa Civil.

Além do corte do PIS/Cofins pelo governo, há previsão do pagamento de subvenção a produtores e importadores de diesel. O objetivo é gerar um alívio de R$ 0,64 por litro nas bombas.

Na quarta-feira (11), o Palácio do Planalto recebeu um alerta da CNTTL (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística), que representa caminhoneiros e trabalhadores do transporte de cargas.

Os relatos enviados à Presidência davam conta de que reajustes estariam ocorrendo sem qualquer anúncio oficial de aumento por parte da Petrobras e que as manifestações de insatisfação entre caminhoneiros já faziam menções à possibilidade de paralisações, caso o cenário não mude.

A preocupação de debelar as movimentações levou a Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Presidência a acionar a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), órgão do Ministério da Justiça que responde por ações de defesa do consumidor.

A suspeita é de que o oportunismo do setor tem levado a aumentos sem justificativa comercial efetiva, o que é vedado pelo Código de Defesa do Consumidor.

Em maio de 2018, durante o governo de Michel Temer, a greve de caminhoneiros, motivada pelo aumento no preço do diesel, durou cerca de dez dias, paralisando rodovias em praticamente todo o país. A paralisação teve impacto direto no abastecimento de combustíveis, preço do frete rodoviário, de alimentos e produtos.

Em alguns Estados, dirigentes de sindicatos de postos relataram aumentos imediatos repassados por distribuidoras. Há registros de aumento de R$ 0,20 por litro de diesel em Brasília, enquanto no Rio Grande do Sul houve alta de até R$ 0,62 por litro. No Rio Grande do Norte, há caso de alta de até R$ 0,75 por litro.

Parte desses reajustes estaria relacionada a aumentos aplicados por refinarias privadas no país, que costumam seguir mais de perto as variações do preço internacional do petróleo.

O que despertou preocupação dentro do governo é o fato de que, apesar desses aumentos em postos e distribuidoras, a Petrobras, responsável por grande parte do abastecimento nacional, não anunciou reajustes em seus preços nas refinarias até o momento.

A Senacon abriu um procedimento de monitoramento do mercado de combustíveis para investigar a formação de preços, principalmente nas etapas de distribuição e revenda. O objetivo é identificar se os aumentos têm correspondência com variações reais de custos ou se são apenas especulação.

Além da investigação administrativa, o governo também encaminhou pedido ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para avaliar a possibilidade de abertura de investigação antitruste. A preocupação é verificar indícios de condutas coordenadas.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes afirma que os postos são apenas o último elo dessa cadeia e que os preços ao consumidor são influenciados por custos repassados por refinarias, importadores e distribuidoras.

Segundo a federação, o mercado brasileiro também é afetado por importações de combustíveis, o que amplia a influência das oscilações internacionais. Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo) indicam que aproximadamente 9% da gasolina e cerca de 30% do diesel consumidos no país são importados. Isso significa que variações no preço do petróleo no mercado global poderiam ter influência sobre os custos da cadeia de abastecimento no Brasil.

Procons estaduais e municipais foram orientados a observar aumentos simultâneos em determinadas regiões, para ver se os reajustes correspondem a variações de custos ao longo da cadeia de comercialização. (Folhapress)

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Companhia" ou "Controladora") submete à apreciação dos seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **VISÃO GERAL DA USS E DO MERCADO DE ATUAÇÃO:** A USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, denominadas como "Grupo") estão presentes no mercado brasileiro desde 1993 como intermediadoras de uma ampla gama de prestação de serviços de assistência especializada em Mobilidade, Dia a Dia e Família & Bem-Estar, sendo estes serviços ofertados não só em canais tradicionais como o B2B (*business to business*), mas também no B2B2C (*business to business to consumer*). Mais recentemente, a Companhia passou a oferecer também serviços de Conveniências. A USS possui uma rede abrangente de parceiros especializados, distribuídos em todo o território nacional, sendo capaz de atender os serviços em mais de 5,3 mil dos 5,6 mil municípios brasileiros em qualquer horário e dia da semana. A seguir um breve descritivo de cada categoria de assistências. Na modalidade de Mobilidade, a Tempo oferece soluções para veículos, abrangendo, desde bicicletas até caminhões. Entre os serviços intermediados podem ser citados o auto socorro, reboque, carro reserva, chaveiro, pane seca, troca de pneus, envio de taxi, meio de transporte alternativo e motorista amigo. No segmento **Dia a Dia**, disponibiliza serviços relacionados à moradia, como encanador, chaveiro, eletricista, dedetização, vidraceiro, reparo para eletrodomésticos e eletroeletrônicos, inspeção domiciliar e descarte ecológico, entre outros. Já em Família & Bem-Estar, o principal serviço intermediado é a assistência funeral, que é bastante sensível e requer todo o cuidado no seu atendimento, além do serviço de Pet, assistência psicologia, consultoria financeira, orientação profissional, cesta e cartão alimentação etc. Conforme citado acima, a USS também oferece serviços de Conveniências, incluindo montagem de móveis, instalação de diversos produtos, conservação destes e também reparo. Nesta vertical, a Companhia é a líder no mercado de montagem de móveis na América Latina. Por fim, desde 2021, a USS detém participação na Caixa Assistência, *joint venture* criada em parceria com a Caixa Seguridade, que visa democratizar a oferta de produtos de assistências, com distribuição nos diversos canais de venda da Caixa Econômica Federal. **NOSSO COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO:** A Companhia totalizou uma receita líquida de R$ 594.570 mil (2025) e de R$ 776.299 mil (2024), receitas líquidas de operações descontinuadas. Esta queda é justificada por um cenário macroeconômico ainda desafiador, somado a movimentações de alguns clientes durante o último exercício. Em 2025, a Companhia registrou lucro de R$ 13.284, enquanto em 2024 apresentou um lucro de R$ 2.035 (aumento de R$ 11.249). Esse desempenho reflete os ganhos de eficiência operacional alcançados pela Companhia. Em observância às disposições regulamentares, a Diretoria declara que discutiu, revisa e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando a sua divulgação. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Companhia informa que sua política junto aos auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não pode auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelos órgãos reguladores, mantendo dessa forma a independência.

Barueri, 27 de fevereiro de 2026. **A Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.501	92.903	56.361	106.983
Títulos e valores mobiliários	7	3.339	24.877	3.977	26.476
Contas a receber	8	49.702	55.838	65.334	72.756
Créditos tributários e previdenciários	9	31.633	40.209	32.106	40.958
Outros ativos		6.090	3.996	7.514	4.988
Total do ativo circulante		**120.265**	217.823	**165.292**	252.161
Não circulante					
Contas a receber	8	145	-	638	493
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 b	83.255	80.336	92.469	91.170
Créditos tributários e previdenciários	9	33.149	31.383	34.103	32.696
Partes relacionadas	24	1.256	3.307	-	-
Outros ativos	-	6.049	8.595	7.788	10.041
Investimentos	10	82.160	67.251	47.603	46.226
Intangível	11	24.737	26.576	26.551	29.038
Imobilizado	12	1.701	2.242	2.190	3.080
Ativo de direito de uso	21	11.193	12.864	21.220	25.215
Total do ativo não circulante		**243.643**	232.554	**232.562**	237.959
Total do ativo		**363.910**	450.377	**397.854**	490.120

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	13	29.364	39.076	38.255	47.097
Outras contas a pagar	19	4.479	5.696	4.906	6.760
Empréstimos	20	49.444	85.838	49.444	85.838
Passivo de arrendamento mercantil	21	2.441	2.269	6.631	8.778
Imposto de renda e contribuição social a pagar		201	-	2.654	1.571
Impostos e contribuições a pagar	15	2.408	3.166	4.413	5.673
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	9.113	3.432	15.689	8.318
Partes relacionadas	24	10.910	8.852	-	-
Receitas diferidas	22	-	-	10.416	13.791
Total do passivo circulante		108.360	148.329	**132.408**	175.826
Não circulante					
Empréstimos	20	106.211	163.276	106.211	163.276
Passivo de arrendamento mercantil	21	9.904	11.891	17.236	21.308
Impostos e contribuições a pagar	15	5.201	6.014	6.494	7.731
Impostos diferidos passivos	15	5.425	111	5.425	111
Provisão para perdas com causas judiciais	23	5.935	7.250	7.206	8.362
Total do passivo não circulante		132.676	188.542	**142.572**	200.788
Patrimônio líquido	26 a				
Capital social	-	136.872	136.872	136.872	136.872
Reservas de capital	-	141.274	145.043	141.274	145.043
Reserva especial de ágio	-	191.778	191.778	191.778	191.778
Ações em tesouraria	-	(147)	-	(147)	-
Prejuízo acumulado	-	(346.903)	(360.187)	(346.903)	(360.187)
Total do patrimônio líquido		122.874	113.506	**122.874**	113.506
Total do passivo e do patrimônio líquido		363.910	450.377	**397.854**	490.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	Capital social	Reserva de capital - Reserva de pagamento baseado em ações	Reserva de capital	Reserva especial de ágio	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024		136.872	11.587	132.253	191.778	-	(362.222)	110.268
Plano de pagamento baseado em opções de ações	26 c	-	1.203	-	-	-	-	1.203
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.035	2.035
Em 31 de dezembro de 2024		136.872	12.790	132.253	191.778	-	(360.187)	113.506
Aumento de ações em tesouraria	**26 a**	-	-	-	-	**(147)**	-	**(147)**
Plano de pagamento baseado em opções de ações	**26 c**	-	**(3.769)**	-	-	-	-	**(3.769)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	**13.284**	**13.284**
Em 31 de dezembro de 2025		**136.872**	**9.021**	**132.253**	**191.778**	**(147)**	**(346.903)**	**122.874**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto Lucro (Prejuízo) por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Operações em continuidade					
Receita líquida	28	466.522	657.146	594.570	776.299
Custo dos serviços prestados / revenda de mercadorias	29 a / b	(303.468)	(455.779)	(388.363)	(533.455)
Lucro bruto		163.054	201.367	206.207	242.844
Despesas operacionais:					
Despesas de vendas	29 b	(3.293)	(9.159)	(13.327)	(21.504)
Despesas gerais e administrativas	29 b	(142.861)	(167.517)	(156.379)	(187.918)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	1.570	461	3.376	(2.161)
Resultado patrimonial	32	22.362	6.701	10.199	5.563
Lucro operacional antes do resultado financeiro		40.832	31.853	50.076	36.824
Receitas financeiras	31	11.849	10.863	13.718	12.723
Despesas financeiras	31	(36.160)	(37.309)	(39.014)	(39.311)
Resultado financeiro líquido		(24.311)	(26.446)	(25.276)	(26.588)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		16.521	5.407	24.800	10.236
Imposto de renda e contribuição social	25 a				
Corrente	-	(842)	(2.439)	(7.148)	(6.783)
Diferido	-	(2.395)	(933)	(4.015)	(839)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		13.284	2.035	13.637	2.614
Prejuízo líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		-	-	(353)	(579)
Lucro líquido do exercício		13.284	2.035	13.284	2.035
Lucro por ação atribuível aos acionistas					
Lucro básico por ação	26		0,03499	0,00536	
Lucro diluído por ação	26		0,03407	0,00521	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	13.284	2.035	13.284	2.035
(+/-) Outros resultados abrangentes				
Total de outros resultados abrangentes do exercício	13.284	2.035	13.284	2.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações continuadas	-	16.521	5.407	24.800	10.236
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social proveniente de operações descontinuadas	-	-	-	(347)	(537)
		16.521	5.407	24.453	9.699
Ajustes de					
Resultado patrimonial	32	(22.362)	(6.701)	(10.199)	(5.563)
Provisão da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	29 a	(2.560)	1.815	(2.036)	1.815
Juros sobre créditos tributários	9 b	(6.084)	(5.075)	(6.084)	(5.120)
Depreciações e amortizações do imobilizado e intangível	29 b	11.951	10.214	13.143	12.443
Depreciações e amortizações de ativos de direito de uso	29 b	2.628	3.504	8.585	8.274
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11 e 12 a / b	5	3	10	111
Valor residual de arrendamento mercantil baixado	21	(462)	(213)	(3.184)	(256)
Encargos financeiros de empréstimos	31	30.264	32.104	30.264	32.104
Encargos financeiros de arrendamentos mercantis	33 e 21	2.003	1.045	4.350	2.684
Provisão (reversão) para perdas com causas judiciais	23	1.960	2.391	2.654	3.051
Apropriação de despesa de *Stock Options*	Q,29,b.1	(3.769)	1.203	(3.769)	1.203
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber	-	8.551	52.704	9.313	47.978
Créditos tributários e previdenciários	-	6.738	4.134	4.824	2.971
Estoques	-	-	-	-	35
Partes relacionadas	-	4.109	(1.885)	-	-
Outros ativos	-	452	(2.635)	(273)	(3.182)
Fornecedores	-	(9.712)	(6.632)	(8.842)	(2.631)
Outras contas a pagar	-	(1.217)	3.234	(1.854)	3.580
Obrigações com pessoal e contribuição social	-	5.515	(2.563)	6.397	(2.480)
Impostos e contribuições	-	(1.571)	4.546	(2.497)	4.840
Obrigações com pessoal e encargos sociais	-	5.681	(1.051)	7.371	(2.352)
Receitas diferidas	-	-	-	(3.375)	3.878
Dividendos a receber de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	-	4.266	1.790	4.266	1.790
Caixa gerado nas atividades operacionais		52.907	97.339	73.517	114.872
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(19)	(3.763)	(3.920)
Pagamento de perdas com causas judiciais	23	(3.275)	(2.811)	(3.810)	(3.405)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		49.632	94.509	65.944	107.547
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	-	21.538	(10.152)	22.499	(9.445)
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(9.576)	(12.452)	(9.776)	(13.108)
Aquisição de arrendamento mercantil	-	-	1.199	-	1.199
Aumento de capital em controlada e outros	-	(1.369)	(10)	-	-
Dividendos recebidos de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	-	4.556	5.900	4.556	5.900
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		15.149	(15.515)	17.279	(15.454)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos	33	60.000	78.899	60.000	78.899
Pagamento de empréstimos	33	(180.039)	(93.223)	(180.039)	(93.223)
Pagamento custos de captação de empréstimos	33	(3.144)	(478)	(3.144)	(478)
Pagamento de juros de empréstimos	33	(540)	(25.540)	(540)	(25.540)
Pagamento de arrendamentos mercantis	33 e 21	(2.310)	(3.839)	(5.625)	(8.373)
Pagamento de juros de arrendamentos mercantis	33 e 21	(2.003)	(1.063)	(4.350)	(2.702)
Pagamento de contas a pagar por aquisição de empresa	-	-	(1.042)	-	(1.042)
Juros sobre capital próprio recebido	-	-	1.467	-	-
Ações em tesouraria adquiridas	-	(147)	-	(147)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(128.183)	(44.819)	(133.845)	(52.459)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(63.402)	34.175	(50.622)	39.634
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	92.903	58.728	106.983	67.349
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		29.501	92.903	56.361	106.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais: A USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Tempo" "Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Rua Bonnard, nº 980, Edifício 19, sala 2, Condomínio Green Valley, Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como investidor Hill Fundo de Investimento Multimercado em Participações e o Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II como bloco controlador. A USS possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de assistência especializada, dentre eles: (i) serviços para veículos, inclusive reboque, auxílio em eventos de pane e substituição temporária de veículos; (ii) serviços de emergência doméstica, oferecendo os serviços de encanadores, eletricistas e chaveiros; e (iii) serviços pessoais, como assistência funerária e em acidentes. As principais atividades desenvolvidas pelas demais empresas do grupo estão descritas na Nota 2.2. A Companhia na data de emissão destas demonstrações financeiras possui uma posição de caixa suficiente para arcar com suas obrigações de curto e se necessário de longo prazo, de acordo com suas projeções de negócios, além de linhas de crédito com instituições financeiras de primeira linha, tais aspectos garantem uma posição financeira sólida.

2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas. Práticas contábeis de transações consideradas imaterais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério. Declaração de conformidade e base de preparação - As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e apresentam variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e despesa) em que estiverem incluídas que deverão ser mantidas diferenças de câmbio. • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente a IFRS 18), atualmente em fase de audiência pública e as entidades congregadas estão em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação das demais normas contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com as normas contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as Alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças nos CPC 48 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao IFRS 9), CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento antes da data de liquidação; • Uma opção adicional de política contábil para dar baixa de certas contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos patrimoniais contingentes e instrumentos financeiros com características de ganhos ou perdas vinculados a pagamentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará a acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, melhorias e correções destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e suas Implementações Práticas, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais - Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de *hedge* de um item objeto de *hedge* em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à aplicação de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de *hedge* devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de *hedge* designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas e as respectivas premissas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Essas estimativas e as circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período em que a revisão é feita e períodos futuros, se a revisão afetar tanto o período em questão como períodos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da respectiva obrigação. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma específica, demonstrando o valor líquido que pela geração de caixa na utilização de cada um dos ativos, ou nas atividades do Grupo. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização. A Administração revisa tempestivamente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido de certo ativo ultrapassado o valor recuperável, é constituída perda por redução ao valor recuperável líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis, ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Provisão para perdas em ações judiciais - O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a respectiva obrigação e possam ser feitas estimativas razoáveis do seu valor. Parte da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, relativas a processos judiciais e administrativos, bem como a possibilidade de ocorrência de eventos adicionais que ensejem ou decisões de tribunais. Transações com pagamentos baseados em ações - A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 26 c. Impostos - Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. O passivo fiscal diferido é reconhecido com base nas diferenças temporárias tributáveis entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A realização do passivo fiscal diferido ocorre à medida que as diferenças temporárias que lhe deram origem se reverterem, principalmente por conta da realização ou liquidação dos ativos e passivos correspondentes, ou da ocorrência de eventos futuros. A Administração exerce julgamento significativo ao estimar o período e a forma de realização do passivo fiscal diferido, considerando as projeções de resultados tributáveis futuros, o planejamento tributário vigente, bem como as premissas macroeconômicas e operacionais utilizadas na elaboração das projeções. Tais estimativas são revisadas periodicamente e podem ser ajustadas caso ocorram mudanças na conjuntura econômica, nas expectativas de geração de resultados tributáveis ou na legislação tributária aplicável, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e constitui imposto de renda e contribuição sociais diferidos uma vez que sua realização é provável em futuro previsível. A Nota 25 fornece detalhes sobre prejuízo fiscal e base de cálculo diferido. Valor justo de instrumentos financeiros - Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, é necessário um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisão para perda estimada de crédito de liquidação Duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobertura das perdas prováveis. **4. Gestão de riscos financeiros** - Em decorrência de suas atividades, a Companhia e suas controladas assumem riscos inerentes às suas operações relacionados com mercado, sistema operacional e de gestão, crédito, liquidez, utilização de operações de aval, fianças, garantias, entre outros, além dos riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e riscos sobrevindo do país. Os monitoramentos dos mencionados riscos encontram-se s

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

(Continua...)

		Consolidado			
		2025			
	Notas	Menos de 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Fornecedores	13	38.255	-	38.255
Outras contas a pagar	19	4.906	-	4.906
Empréstimos	20	49.444	106.211	155.655
Passivo de arrendamento mercantil	21	6.631	17.236	23.867
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	15.689	-	15.689

d) Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros (consolidado) - Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava exposta à Taxa de Juros de Longo Prazo (TILP), indexador de empréstimo em moeda nacional, bem como à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação para baixo de 5% em relação ao percentual do CDI observado no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B), assumindo oscilações, aumentando ou diminuindo, conforme o caso, em 25% (cenário A) e 50% (cenário B) as projeções.
A análise de sensibilidade para cada tipo de risco, considerado relevante pela Administração, está apresentada na tabela a seguir:

Consolidado			Receita ou (despesas)		
Transação	Risco	Saldos de 2025	Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos indexados ao CDI	Aumento do CDI	**155.655**	(21.175)	(27.862)	(33.435)
	Queda do CDI	**155.655**	(21.175)	(16.717)	(11.145)
Títulos e valores mobiliários indexados ao CDI	Aumento do CDI	**3.977**	541	712	854
	Queda do CDI	**3.977**	541	427	285
CDI (aumento) (*)		14,32%	13,60%	17,90%	21,48%
CDI (queda) (*)		14,32%	13,60%	10,74%	7,16%

(*) CDI divulgado pela CETIP, em 31 de dezembro de 2025.

4.2. Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Adicionalmente, o Grupo busca concentrar seu caixa em investimentos de curto prazo, pouco suscetíveis a oscilações.
A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos (*)	**156.635**	250.016	**156.635**	250.016
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(29.501)**	(92.903)	**(56.361)**	(106.983)
(-) Títulos e valores mobiliários	**(3.339)**	(24.877)	**(3.977)**	(26.476)
Dívida líquida	**123.795**	132.236	**96.297**	116.557
Patrimônio líquido	**122.874**	113.506	**122.874**	113.506
Patrimônio líquido e dívida líquida	**246.669**	245.742	**219.171**	230.063

(*) Não considera o saldo de custos de transação.

4.3. Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo adica o IFRS 7/CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação), quando for o caso, é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esse instrumento é classificado no Nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é classificado como Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento é classificado no Nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; • O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2025, são representadas por Fundos de Investimento. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Fundos de Investimento eram remunerados a uma taxa entre 98% a 105% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	**29.501**	92.903	**56.361**	106.983
	29.501	92.903	**56.361**	106.983

6. Instrumentos financeiros por categoria: Abaixo seguem os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por categoria:

	Hierarquia do valor justo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Instrumentos financeiros ativos:					
Custo amortizado					
Contas a receber	-	**49.847**	55.838	**65.972**	73.249
Outros ativos	-	**12.139**	12.591	**15.302**	15.029
Partes relacionadas	-	**1.256**	3.307	**-**	**-**
Mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	**Nível 2**	**3.339**	24.877	**3.977**	26.476
Instrumentos financeiros passivos:					
Custo amortizado					
Fornecedores	-	**29.364**	39.076	**38.255**	47.097
Outras contas a pagar	-	**4.479**	5.696	**4.906**	6.760
Empréstimos	-	**155.655**	249.114	**155.655**	249.114
Passivo de arrendamento mercantil	-	**12.345**	14.160	**23.867**	28.086
Obrigações com pessoal e encargos sociais	-	**9.113**	3.432	**15.689**	8.318
Partes relacionadas	-	**10.910**	8.852	**-**	**-**

b) Principais saldos das controladas e controladas em conjunto: Os saldos das principais contas dos balanços das controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são:

	2025					2024				
	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo Tem (*)	XS6	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo Tem (*)	XS6
Total do Ativo	**30.906**	**15**	**932**	**892**	**263.459**	38.738	29.257	18	955	663
Total do Passivo	**21.963**	**-**	**66**	**160**	**204.041**	14.737	22.797	2	98	40
Patrimônio líquido	**8.943**	**15**	**866**	**732**	**59.418**	24.001	6.460	16	857	623
Lucro líquido (prejuízo)	**2.483**	**(21)**	**9**	**(341)**	**49.527**	10.033	1.428	(107)	(311)	(162)
Participação	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**25,00%**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	25,00%

	MMS	MMS
	2025	2024
Total do Ativo	38.833	28.831
Total do Passivo	14.737	15.762
Patrimônio líquido	24.096	13.069
Lucro líquido (prejuízo)	10.033	30.982
Participação	100,00%	100,00%

(*) Operações descontinuadas em 2022.

11. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Gastos que não são passíveis de capitalização, são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Os ganhos ou as perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. *Softwares* - As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. Marcas e patentes - A marca registrada é demonstrada, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada.

a) Composição e movimentação dos saldos da controladora

	Controladora		Taxas anuais de depreciação - %
	2025	2024	
Valores contábeis de:			
Softwares	**76.829**	67.210	20
Marcas e patentes	**201**	201	10
Projetos	**164**	668	-
	77.194	68.079	
Amortizações acumuladas	**(52.457)**	(41.503)	
Intangível líquido	**24.737**	26.576	

	Controladora			
	Softwares	Marcas e patentes	Projetos	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2024	52.836	201	3.680	56.717
Adições	3.375	-	7.987	11.362
Transferências (*)	10.999	-	(10.999)	-
Em 31 de dezembro de 2024	**67.210**	**201**	**668**	**68.079**
Adições	**3.655**	**-**	**5.460**	**9.115**
Transferências (*)	**5.964**	**-**	**(5.964)**	**-**
Em 31 de dezembro de 2025	**76.829**	**201**	**164**	**77.194**
Amortização				
Em 1º de janeiro de 2024	(32.674)	-	-	(32.674)
Amortização	(8.829)	-	-	(8.829)
Em 31 de dezembro de 2024	**(41.503)**	**-**	**-**	**(41.503)**
Amortização	**(10.954)**	**-**	**-**	**(10.954)**
Em 31 de dezembro de 2025	**(52.457)**	**-**	**-**	**(52.457)**
Valor residual líquido:				
Em 31 de dezembro de 2024	25.707	201	668	26.576
Em 31 de dezembro de 2025	**24.372**	**201**	**164**	**24.737**

(*) Transferências de saldos entre softwares e projetos.

b) Composição e movimentação dos saldos do consolidado

	Consolidado		Taxas anuais de depreciação - %
	2025	2024	
Valores contábeis de:			
Softwares	**83.615**	73.742	20
Marcas e patentes	**202**	202	10
Projetos	**164**	723	-
	83.981	74.667	
Amortizações acumuladas	**(57.430)**	(45.629)	
Intangível líquido	**26.551**	29.038	

	Consolidado			
	Softwares	Marcas e patentes	Projetos	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2024	58.502	202	4.109	62.813
Adições	3.376	-	8.487	11.863
Transferências (*)	11.864	-	(11.864)	-
Baixas (**)	-	-	(9)	(9)
Em 31 de dezembro de 2024	**73.742**	**202**	**723**	**74.667**
Adições	**3.668**	**-**	**5.646**	**9.314**
Transferências (*)	**6.205**	**-**	**(6.205)**	**-**
Em 31 de dezembro de 2025	**83.615**	**202**	**164**	**83.981**
Amortização				
Em 1º de janeiro de 2024	(16.572)	(2.888)	(933)	(1.667)	(8.709)	(466)	(31.235)
Adições	(1.808)	(229)	-	(14)	(639)	(61)	(2.751)
Baixas	16	-	-	-	9.348	4	9.368
Em 31 de dezembro de 2024	**(18.364)**	**(3.117)**	**(933)**	**(1.681)**	**-**	**(523)**	**(24.618)**
Depreciação	**(1.097)**	**(179)**	**-**	**(12)**	**-**	**(54)**	**(1.342)**
Baixas	**759**	**136**	**-**	**-**	**-**	**-**	**895**
Em 31 de dezembro de 2025	**(18.702)**	**(3.160)**	**(933)**	**(1.693)**	**-**	**(577)**	**(25.065)**
Valor residual líquido:							
Em 31 de dezembro de 2024	2.363	543	-	30	-	144	3.080
Em 31 de dezembro de 2025	**1.696**	**386**	**-**	**18**	**-**	**90**	**2.190**

O Grupo avaliou os indicadores e não identificou indícios de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos classificados como mantidos para venda.

13. Fornecedores: Correspondem a contas a pagar e provisões relativas aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário são classificados no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores, conforme demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de assistência especializada (*)	**25.480**	35.245	**33.874**	42.356
Fornecedores de serviços	**2.609**	2.522	**2.709**	3.092
Fornecedores - Risco sacado (**)	**1.275**	1.309	**1.672**	1.649
	29.364	39.076	**38.255**	47.097

(*) A Companhia para essa rubrica utiliza determinadas premissas e julgamentos para definição dos saldos junto a fornecedores.
(**) A Companhia possui Termos de Compromissos Relacionados a Pagamentos e Outras Avenças ("Convênio"), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a serviços prestados à Companhia, diretamente com a instituição financeira. No referido Convênio, cabe ao fornecedor optar ou não pela cessão e cabe à instituição financeira decidir por adquirir ou não os referidos créditos, sem interferência da Companhia. A utilização do convênio não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelo fornecedor, sendo mantidas as mesmas condições de valor original e prazo médio de pagamento, o qual, na média, gira em torno de 30 a 60 dias, prazo que se enquadra dentro do ciclo operacional recorrente da Companhia.

14. Obrigações com pessoal e encargos sociais: São reconhecidos em conformidade com a prestação de serviços de seus funcionários, os encargos são calculados em conformidade com a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias e encargos	**2.565**	2.457	**6.116**	6.462
Provisão de bônus	**5.247**	-	**7.249**	-
INSS / FGTS	**908**	568	**1.631**	1.296
IRRF	**393**	407	**521**	554
Outras obrigações	**-**	-	**172**	6
	9.113	3.432	**15.689**	8.318

15. Impostos e contribuições a pagar: A Companhia e determinadas sociedades controladas possuem os seguintes saldos a serem compensados, deduzidos ou adicionados nas bases de cálculo dos lucros tributáveis futuros a serem apurados com base no lucro real. Adicionalmente, possuem diferenças a deduzir em exercícios futuros, conforme indicado a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	-	**307**	1.283	**503**	1.503
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS)	-	**-**	-	**896**	1.331
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) terceiros	-	**42**	42	**53**	123
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terceiros	-	**13**	14	**14**	16
PERT MP 783/2017	**18**	**1.646**	1.888	**3.045**	3.528
Parcelamento REFIS - Lei nº 11.941/09	**16**	**-**	-	**-**	61
Parcelamento Previdenciário e Simplificado	**17**	**5.513**	5.798	**5.988**	6.407
Impostos retidos de terceiros	-	**88**	94	**121**	151
Impostos diferidos passivos	**25 b**	**5.425**	111	**5.425**	111
Outros	-	**-**	-	**287**	284
Circulante		**2.408**	3.166	**4.413**	5.673
Não Circulante		**10.626**	6.125	**11.919**	7.842

16. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS: Em 28 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: a) Parcelamento efetuado em 180 meses. b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Impostos federais	**-**	61
	-	61
Circulante	**-**	61
Não Circulante	**-**	**-**

17. Parcelamento previdenciário e federal: Em 11 de janeiro de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento previdenciário (RAT/FAP) para quitação dos débitos oriundos dos processos 15.587.827-1. Em 18 de setembro de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento federal (IRPJ) para quitação dos débitos oriundos dos processos 13896-723.119/14-72, 13896-723.120/14-05, 13896-723.288/14-11. Em 10 de dezembro de 2024, a Companhia aderiu ao parcelamento federal (PIS) de setembro/2015, para quitação do débito oriundo do processo 13896.902.326/2018-15.
a) Parcelamento efetuado em 60 meses.
b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos federais	**5.513**	5.798	**5.988**	6.407
	5.513	5.798	**5.988**	6.407
Circulante	**1.555**	1.302	**1.757**	1.483
Não Circulante	**3.958**	4.496	**4.231**	4.924

18. Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017 e pela Medida Provisória nº 783/2017, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:
a) Parcelamento efetuado em 145 meses.
b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
FAP / RAT (Previdenciários)	**-**	**1.399**	**-**	1.640
Impostos federais	**1.646**	1.888	**1.646**	1.888
	1.646	1.888	**3.045**	3.528
Circulante	**398**	370	**782**	721
Não Circulante	**1.244**	1.518	**2.263**	2.807

19. Outras contas a pagar: Correspondem aos valores devidos no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário são classificados no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Comissão	**521**	1.254	**803**	2.204
Gastos com telefonia e TI	**3.159**	3.647	**3.159**	3.647
Auditoria	**384**	134	**400**	147
Infra	**266**	319	**289**	319
Outros	**149**	342	**255**	443
	4.479	5.696	**4.906**	6.760

20. Empréstimos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

	Taxa de juros ao ano	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Moeda nacional					
Empréstimos - Nota comercial	**CDI + 3,10%**	**24.330**	30.317	**24.330**	30.317
Empréstimos - Capital de giro	**CDI + 2,90% a 3,04%**	**131.325**	218.797	**131.325**	218.797
		155.655	249.114	**155.655**	249.114
Circulante		**49.444**	85.838	**49.444**	85.838
Não Circulante		**106.211**	163.276	**106.211**	163.276

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2027	**45.985**
2028	**42.897**
2029	**17.329**
	106.211

Cláusulas restritivas: Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia incluem cláusulas restritivas ("*covenants*") de natureza financeira e não financeira, que estabelecem determinadas obrigações e limitações a serem observadas pela Companhia. Além dos *covenants* não financeiros, o contrato mantido com o Banco Safra contempla *covenants* financeiros e operacionais, cujo principal indicador está relacionado à manutenção da relação Dívida Líquida / EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), mensurado anualmente, conforme previsto contratualmente. O índice anual requerido deverá ser menor ou igual ao informado na tabela abaixo:

Safra	Índice (menor ou igual)
2025	2,20
2026	2,00
2027 até 2028	1,80
2029	1,80

O índice financeiro mencionado acima é verificado com base na data-base estipulada em contrato. A Administração acompanha o cálculo deste índice periodicamente, a fim de identificar eventuais indícios de não cumprimento das condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos *covenants* financeiros.

21. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil: O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.
Ativos de direito de uso - O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:
• *Subscrição de Software*: 1 a 5 anos; - Imóveis: 1 a 10 anos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.
Abaixo seguem as movimentações dos ativos de direito de uso:

	Controladora			Consolidado		
	Software	Imóveis	Total	*Software*	Imóveis	Total
31 de dezembro de 2023	**3.878**	**1.210**	**5.088**	**12.028**	**1.210**	**13.238**
Adições	172	24.092	24.264	6.961	28.150	35.111
Baixas	(87)	(12.897)	(12.984)	(87)	(14.773)	(14.860)
Despesas de depreciação / amortização	(1.733)	(1.771)	(3.504)	(6.416)	(1.858)	(8.274)
31 de dezembro de 2024	**2.230**	**10.634**	**12.864**	**12.486**	**12.729**	**25.215**
Adições	**2.031**	**185**	**2.216**	**12.596**	**231**	**12.827**
Baixas	**(1.259)**	**-**	**(1.259)**	**(8.237)**	**-**	**(8.237)**
Despesas de depreciação / amortização	**(1.522)**	**(1.106)**	**(2.628)**	**(7.226)**	**(1.359)**	**(8.585)**
31 de dezembro de 2025	**1.480**	**9.713**	**11.193**	**9.619**	**11.601**	**21.220**
Taxas anuais de amortização - %	100 a 25	25 à 10		100 a 25	100 à 10	

Em 2024, a Companhia renovou o seu contrato de locação de imóvel por mais 10 anos com a redução da metragem locada, tal movimento representa uma redução de aproximadamente R$ 2.703 no ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em comparação à metragem anterior locada. **Passivos de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Abaixo seguem as movimentações dos passivos de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2023	**5.751**	**15.283**
Adições	25.291	35.982
Remensurações	172	326
Baixas	(13.197)	(15.116)
Pagamento de principal	(3.839)	(8.373)
Pagamento de juros	(1.063)	(2.702)
Juros incorridos	1.045	2.684
31 de dezembro de 2024	**14.160**	**28.086**
Circulante	**2.269**	**6.778**
Não Circulante	**11.891**	**21.308**
Adições	**483**	**10.875**
Remensurações	**1.733**	**1.952**
Baixas	**(1.721)**	**(11.421)**
Pagamento de principal	**(2.310)**	**(5.625)**
Pagamento de juros	**(2.003)**	**(4.350)**
Juros incorridos	**2.003**	**4.350**
31 de dezembro de 2025	**12.345**	**23.867**
Circulante	**2.441**	**6.631**
Não Circulante	**9.904**	**17.236**

7. Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações classificadas como outros ativos financeiros estavam assim compostas:

	Remuneração (base referencial CDI) - %	Nível	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Valor justo por meio do resultado						
Fundo de Investimento	98 a 105	**2**	**3.339**	24.877	**3.977**	26.476
Total Circulante			**3.339**	24.877	**3.977**	26.476

Corresponde, principalmente, a aplicações em fundos de investimento não considerados exclusivos, pois não detém mais de 50% das quotas nos fundos investidos.

8. Contas a receber: Contas a receber de clientes - Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais dos serviços e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.
a) A análise de vencimentos de contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
A vencer	**49.341**	52.368	**59.454**	69.274
Vencidas	**506**	3.470	**6.518**	3.975
Até 30 dias	**719**	2.172	**2.175**	2.442
De 31 até 60 dias	**36**	1.278	**4.617**	1.313
De 61 até 90 dias	**593**	383	**593**	418
De 91 até 180 dias	**427**	134	**427**	235
A partir de 181 dias	**840**	4.172	**1.339**	4.236
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	**(2.109)**	(4.669)	**(2.633)**	(4.669)
	49.847	55.838	**65.972**	73.249
Circulante	**49.702**	55.838	**65.334**	72.756
Não Circulante	**145**	-	**638**	493

A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
1º de janeiro de 2024	**(2.854)**	**(2.854)**
(-) Constituições	(2.677)	(2.677)
(+) Reversões	862	862
31 de dezembro de 2024	**(4.669)**	**(4.669)**
(-) Constituições	**(1.780)**	**(2.728)**
(+) Reversões	**4.340**	**4.764**
31 de dezembro de 2025	**(2.109)**	**(2.633)**

9. Créditos tributários e previdenciários: Os saldos dos créditos decorrentes de antecipações tributárias, são registrados pelo seu valor histórico e realizáveis em sua totalidade. Os créditos serão objetos de comp

(Continua...)

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	974	4.393
2028	852	3.188
2029	914	1.092
2030	1.036	1.238
2031	1.181	1.412
2032	1.346	1.609
2033	1.535	1.835
2034	1.750	2.092
2035	316	377
Total	**9.904**	**17.236**

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Controladora e Consolidado	
Prazos contratos	**Taxa % a.a.**
10 anos	14,00%
5 anos	14,00 a 18,00%
4 anos	14,00%
3 anos	18,00%
2 anos	18,00%
1 ano	14,00 a 18,00%

22. Receitas diferidas: Receitas reconhecidas ao longo do tempo, conforme CPC 47NBC TG 47/IFRS15 - Receita de Contrato com Cliente. As movimentações das receitas diferidas sumarizadas a seguir:

	Consolidado
1º de janeiro de 2024	**(9.913)**
(+) Constituições	(116.383)
(-) Diferimentos	112.505
31 de dezembro de 2024	**(13.791)**
(+) Constituições	**(125.062)**
(-) Diferimentos	**128.437**
31 de dezembro de 2025	**(10.416)**

23. Provisão para perdas com causas judiciais: O Grupo com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A provisão para contingências passivas é estabelecida por valores atualizados das questões trabalhistas e cíveis que possam representar desembolsos futuros por parte da Companhia e suas controladas, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas e previdenciárias	4.903	6.082	5.924	7.115
Cíveis	1.032	1.168	1.282	1.247
	5.935	7.250	7.206	8.362

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: · Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, dos litígios envolvendo funcionários e ex-funcionários sobre temas ligados à aplicação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a indenizações por danos morais e materiais. As movimentações na provisão para perdas com causas judiciais estão sumarizadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
1º de janeiro de 2024	**7.670**	**8.716**
(+) Constituições	3.462	4.451
(-) Reversões	(1.071)	(1.400)
(-) Pagamentos	(2.811)	(3.405)
31 de dezembro de 2024	**7.250**	**8.362**
(+) Constituições	**2.478**	**3.442**
(-) Reversões	**(518)**	**(789)**
(-) Pagamentos	**(3.275)**	**(3.810)**
31 de dezembro de 2025	**5.935**	**7.206**

Em 31 de dezembro de 2025, as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis não estão registradas no balanço e somam R$ 21.796, sendo R$ 9.116 de natureza trabutária, R$ 26 de natureza cível e R$ 12.654 de natureza trabalhista (R$ 14.950 em 31 de dezembro de 2024 sendo R$ 9.116 de natureza trabutária, R$ 16 de natureza cível e R$ 5.818 de natureza trabalhista).

24. Transações com partes relacionadas: O Grupo compartilha uma estrutura comum de determinados custos corporativos entre si. Os gastos relacionados com tal estrutura são rateados por meio de critérios objetivos estabelecidos pela Administração. Em resumo, as despesas são rateadas da seguinte forma: • Despesas associadas à infraestrutura compartilhada pelas empresas são rateadas usando o critério de número de funcionários; e • Despesas de Tecnologia da Informação (TI) e Telecomunicações (Telecom), quando não apropriadas diretamente às empresas operacionais, são rateadas pelo critério de número de funcionários; Despesas de áreas de suporte corporativo, a exemplo dos departamentos jurídico, financeiro e de recursos humanos, são rateadas de acordo com o lucro bruto das empresas operacionais. Ainda, despesas inerentes às atividades da empresa controladora, a exemplo do departamento de relações com investidores, não são rateadas para as empresas controladas. Adicionalmente, as empresas do Grupo compartilham prestação de serviços de assistência. Todas essas operações são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

	2025	2024
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	1.163	3.002
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	93	305
Ativo não circulante	1.256	3.307
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	10.882	8.849
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	28	3
Passivo circulante	10.910	8.852

Além das informações descritas acima, a Companhia possui transações comerciais registradas em seu contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 junto a XS6 no montante de R$ 9.279. A Companhia não possui transações comerciais com outras empresas controladas pelo mesmo bloco controlador. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Vendas de serviços

	2025	2024
Serviços de assistência	3.613	3.616
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	3.613	3.616
Serviços *call center*	83.546	93.168
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("BSS")	83.546	93.168
	87.159	96.784

Os serviços são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

b) Compras de serviços

	2025	2024
Serviços de assistência	3.613	3.616
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	13	16
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	3.600	3.600
Serviços *call center*	83.546	93.168
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	76.472	89.105
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	7.074	4.063
	87.159	96.784

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração - O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2025	2024
Salários e outros benefícios	4.658	5.579

25. Imposto de renda e contribuição social: Impostos sobre o lucro compreendem o IRPJ e a CSLL (corrente e diferido), os quais são reconhecidos no resultado. O IRPJ e a CSLL são geralmente aplicados sobre a mesma base de cálculo, a qual corresponde ao lucro líquido antes dos impostos, ajustado de acordo com as normas expedidas pela autoridade fiscal brasileira. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social - A reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	16.521	5.407	24.800	10.236
Resultado do exercício proveniente de operações descontinuadas	-	-	(347)	(537)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	16.521	5.407	24.453	9.699
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(5.617)	(1.838)	(8.314)	(3.298)
Resultado da equivalência patrimonial	8.345	2.523	4.210	2.523
Plano de pagamento baseado em ações	1.282	(409)	1.282	(409)
PAT	15	44	129	122
Outras adições / exclusões permanentes	(1.966)	(3.710)	(3.180)	(6.620)
Diferença de alíquotas	18	18	18	18
Baixa de *earnout*	(5.314)	-	(5.314)	-
	(3.237)	(3.372)	(11.169)	(7.664)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	(842)	(2.439)	(7.148)	(6.783)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	(2.395)	(933)	(4.015)	(839)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - total	(3.237)	(3.372)	(11.163)	(7.622)
Tributos atribuíveis a operações descontinuadas	-	-	(6)	(42)
	(3.237)	(3.372)	(11.169)	(7.664)
Alíquota efetiva	-20%	-62%	-45%	-74%

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos - Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e nas correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	75.251	69.934	82.751	80.206
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	8.004	10.402	9.718	10.964
Ativo de imposto diferido	83.255	80.336	92.469	91.170
Impostos diferidos passivos sobre do ganho / perda de Investimento inicial	(111)	(111)	(111)	(111)
Impostos diferidos passivos sobre *earnout*	(5.314)	-	(5.314)	-
Total do imposto de renda diferido ativo (passivo)	77.830	80.225	87.044	91.059

c) Imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias - O saldo de imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias está composto:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	618	1.208	782	1.208
Contingências cíveis	351	397	436	424
Contingências trabalhistas	1.667	2.068	1.994	2.403
Provisões	5.368	3.198	6.506	3.397
Mais-valia de ativo	-	3.531	-	3.532
	8.004	10.402	9.718	10.964

d) Movimentação do imposto de renda diferido

Controladora	Saldo	Resultado		Saldo	Resultado		Saldo
Natureza	2023	Adições	Baixas	2024	Adições	Baixas	2025
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	70.233	-	(299)	69.934	5.317	-	75.251
Diferenças temporárias	10.925	3.460	(4.094)	10.291	-	(7.712)	2.579
Total	81.158	3.460	(4.393)	80.225	5.317	(7.712)	77.830

Consolidado	Saldo	Resultado		Saldo	Resultado		Saldo
Natureza	2023	Adições	Baixas	2024	Adições	Baixas	2025
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	80.619	995	(1.408)	80.206	2.545	-	82.751
Diferenças temporárias	11.279	3.665	(4.091)	10.853	-	(6.560)	4.293
Total	91.898	4.660	(5.499)	91.059	2.545	(6.560)	87.044

e) Prejuízo fiscal e base negativa - O Grupo possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$ 243.386 em 31 de dezembro de 2025. A sua controlada integral USS possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$ 221.327 em 31 de dezembro de 2025. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2025 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando a existência e lucro tributável nos últimos exercícios sociais e com base na projeção de resultados tributável futuros desenvolvida pela Administração. A Companhia prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:

Controladora		Consolidado	
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e diferenças temporárias	
2026	-	2026	3.512
2027	6.640	2027	11.362
2028	8.810	2028	9.790
2029	10.986	2029	10.986
2030	13.433	2030	13.433
2031 a 2034	37.961	2031 a 2034	37.961
Total	77.830	Total	87.044

As projeções consideram as seguintes principais premissas: (i) Projeção de resultado e fluxo de caixa para 10 anos. (ii) Crescimento de receita: a taxa de crescimento projetada reflete uma combinação equilibrada de vetores estratégicos, incluindo a expansão da base de clientes existente por meio do crescimento orgânico, desenvolvimento de novos produtos e reajustes contratuais, a conquista de novos clientes, a ampliação dos serviços de conveniência e a consolidação dos clientes incorporados no período anterior, reforçando a recorrência e a previsibilidade das receitas. (iii) Evolução do resultado operacional: reflete a trajetória consistente de crescimento da Companhia, sustentada pelo histórico de desempenho, pelas premissas macroeconômicas (inflação e crescimento do PIB brasileiro) e, principalmente, pela captura de ganhos de eficiência operacional. Esses ganhos decorrem da contínua otimização dos processos, da implementação de novos projetos estratégicos e da incorporação dos contratos e negócios recentemente adquiridos, reforçando a expansão e a rentabilidade da Companhia ao longo dos próximos anos. A Administração está implementando as seguintes ações visando a geração de lucro tributário: (i) **Gestão de contratos:** preservação e fortalecimento dos contratos vigentes, assegurando elevados padrões de qualidade na prestação dos serviços e a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia. **(ii) Investimentos estratégicos:** fortalecimento da tecnologia e da infraestrutura operacional como alavancas para sustentar o crescimento orgânico dos contratos vigentes, ampliando eficiência, escalabilidade e qualidade dos serviços. **(iii) Expansão comercial:** fortalecimento e consolidação do canal B2B, aliado ao desenvolvimento de novos canais, com ênfase no modelo de vendas por meio da ampliação do parceiros estratégicos do lançamento de novos produtos. Impulsionado pelo crescimento da base de clientes e das receitas. **(iv) Ampliação do portfólio:** desenvolvimento de novos serviços de conveniência, com expansão da oferta para atividades de instalação, reparo e conservação, ampliando o valor agregado aos clientes e às oportunidades de monetização. **(v) Implementação de novos contratos e negócios:** execução dos contratos recentemente adquiridos e dos novos projetos em estação, garantindo rentabilidade de valor aos clientes e fortalecimento da performance operacional da Companhia. **(vi) Realização de eficiências operacionais:** captura das oportunidades de melhoria identificadas no planejamento estratégico, promovendo ganhos de produtividade, redução de custos e fortalecimento da rentabilidade da Companhia. O estudo técnico referente às projeções de lucros tributáveis futuros foi aprovado pelo Conselho de Diretoria e apresentado ao Conselho de Administração. A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa que foram gerados nos últimos anos, sendo:

Controladora	Prejuízo fiscal/base negativa acumulado	Prejuízo fiscal/base negativa durante o ano
2025	221.327	15.639
Consolidado	**Prejuízo fiscal/base negativa acumulado**	**Prejuízo fiscal/base negativa durante o ano**
2025	243.386	7.485

Conforme legislação vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e o prejuízo fiscal e base negativa não prescrevem sendo a utilização limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em que será utilizado.

26. Patrimônio líquido: a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia de R$ 136.872 (31 de dezembro de 2024 - R$ 136.872) está representado por 379.632.849 (31 de dezembro de 2024 - 379.632.849) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Segue a mutação do número de ações para os respectivos períodos:

	Ordinárias
1º janeiro de 2024	379.632.849
Aumento de capital	-
31 de dezembro de 2024	**379.632.849**
Aumento de capital	-
31 de dezembro de 2025	**379.632.849**

(i) Ações em tesouraria - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada USS adquiriu 152.056 ações de emissão da Companhia pelo montante de R$ 147. Segue quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Acionistas

	2025		2024	
	Ações ordinárias	Participação no capital	Ações ordinárias	Participação no capital
Hill Fundo de Investimento em Participações	187.362.053	49,35%	187.362.053	49,36%
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas				
Fundo de Investimento em Participações II	60.609.458	15,97%	60.609.458	15,97%
Old Bridge Fundo de Investimento em Participações	13.051.132	3,44%	13.051.132	3,44%
Swiss Re Direct Investments Company Ltda.	112.653.962	29,67%	112.653.962	29,67%
Demais acionistas	5.804.188	1,53%	5.956.244	1,56%
Ações em Tesouraria	152.056	0,04%	-	0,00%
	379.632.849	100,00%	379.632.849	100,00%

b) Destinação do lucro líquido do exercício - O Conselho de Administração poderá fixar o montante dos juros a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, observadas as disposições legais pertinentes. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios. Com base no lucro líquido apurado na demonstração de resultados do período serão elaboradas as propostas da destinação a lhes serem dadas, possuindo saldo de prejuízos acumulados o lucro líquido do período será absorvido e o excedente seguirá a seguinte regra de destinação: (i) 5% na constituição da reserva legal, até o montante estabelecido na legislação em vigor; (ii) dividendo mínimo obrigatório: 25% do saldo do lucro líquido do período, obtido após a dedução de que trata o item; (iii) o saldo do lucro líquido do período, obtido após as deduções de que tratam os itens anteriores, será destinado à reserva de lucros a realizar, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos negócios. c) Plano de pagamento baseado em ações - A Companhia concede a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito de adquirir ações se torna irrevogável (o período de carência específico de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2017 foi aprovado o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano 1"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2023 foi aprovado um novo plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano 2"). A Companhia pode, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra de ações em favor de: (i) seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades direta ou indiretamente controladas ou (ii) pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e suas controladas. A opção poderá ser exercida em dois, quatro ou cinco lotes anuais, contados a partir da data de outorga, mediante simples aviso à Companhia, nas datas para exercício definidas nos Planos. Na hipótese de exercício parcial ou não exercício da opção relacionada a determinado lote anual na data para exercício, o beneficiário poderá exercer tal direito pelo prazo de dois anos, contados do cumprimento do último período de *vesting*. Após o decurso deste prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício da opção, sem direito à indenização. O preço do exercício deverá ser reduzido no montante de quaisquer dividendos, juros sobre o capital próprio e outras distribuições de capital por ação realizadas pela Companhia, desde a data de início do período de *vesting* até a data em que ocorrer o exercício da opção. O período de *vesting* é dividido em dois, quatro ou cinco anos, contados a partir da data em que a opção é concedida ao empregado. O beneficiário deverá, obrigatoriamente, destinar 50% do bônus anual recebido da Companhia, líquidos de imposto de renda e outros encargos incidentes, para adquirir as ações decorrentes dos lotes anuais cujos prazos de carência já tenham decorrido. O beneficiário somente poderá vender suas ações depois de decorrido cinco anos a contar do exercício das opções "Período de *Lock-Up*". Na hipótese de ocorrência de um IPO, o Período de *Lock-Up* passará a ser de 1 (um) ano após cada data de exercício das Opções, sendo que todas as Opções que já tenham sido exercidas até a data do IPO estarão sujeitas ao Período de *Lock-Up* de 1 (um) ano a contar do IPO. O ("Plano 1") prevê que a Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 3,5% do total de ações do capital social da Companhia em 31 de janeiro de 2017, já o ("Plano 2") prevê que a Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 1,5% do total de ações do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 *"Fully Diluted"*. O preço de exercício das opções é atualizado pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços médios ponderados do período estão apresentados a seguir:

	Plano 1		Plano 2		Total
	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de período por ação - reais	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de período por ação - reais	Quantidade de opções
1º de janeiro de 2024	6.956.960	1,43	4.425.544	2,17	11.382.504
Outorgadas durante o exercício	-	-	250.000	2,20	250.000
Perdidas durante o exercício	(460.000)	1,46	-	-	(460.000)
31 de dezembro de 2024	**6.496.960**	**1,50**	**4.675.544**	**2,28**	**11.172.504**
Outorgadas durante o exercício	-	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício	**(228.084)**	**1,55**	**(4.175.544)**	**2,36**	**(4.403.628)**
31 de dezembro de 2025	**6.268.876**	**1,56**	**500.000**	**2,38**	**6.768.876**

A receita no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 3.769 (despesa em 31 de dezembro de 2024 - R$ 1.203) e foi registrada como despesa/receita de plano de pagamento baseado em opções (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseados em ações (patrimônio líquido). O valor acumulado registrado como reserva de pagamentos baseados em ações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025, referente aos planos de opções de, é de R$ 9.021 (R$ 12.790 em 31 de dezembro de 2024).

27. Lucro por ação: a) Básico - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	13.284	2.035
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	379.632.849	379.632.849
Lucro básico por ação	0,03499	0,00536

b) Diluído - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem duas categorias de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	13.284	2.035
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	379.632.849	379.632.849
Ajustes		
Opções de compra de ações (milhares)	10.237.240	11.331.302
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	389.870.089	390.964.151
Lucro diluído por ação	0,03407	0,00521

28. Receita dos serviços: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. Imposto sobre vendas - As receitas de vendas e serviços estão isentas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado. • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 18%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 3%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. A reconciliação da receita bruta para a receita líquida em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços prestados de assistência especializada	478.783	678.324	494.527	680.412
Serviços prestados de teleatendimento	-	-	37	15.160
Gestão em serviços de montagem de móveis	-	-	125.660	116.383
Impostos sobre os serviços prestados	(12.261)	(21.178)	(24.977)	(35.668)
Receita líquida	466.522	657.146	595.247	776.287
Receita líquida das operações continuadas	466.522	657.146	594.570	776.299
Receita líquida das operações descontinuadas	-	-	677	(12)
Época do reconhecimento da receita				
Serviços transferidos em momento específico do tempo	478.783	678.324	620.224	811.955
Impostos sobre os serviços prestados	(12.261)	(21.178)	(24.977)	(35.668)
Receita líquida	466.522	657.146	595.247	776.287
Receita líquida das operações continuadas	466.522	657.146	594.570	776.299
Receita líquida das operações descontinuadas	-	-	677	(12)

29. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. A reconciliação dos custos e despesas por função e natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:

a) Custos operacionais e despesas por função são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços prestados	(303.468)	(455.779)	(388.820)	(533.460)
Custo de revenda de mercadorias	-	-	-	(35)
Call Center	(77.129)	(89.106)	-	-
Auditoria e consultoria	(3.304)	(5.475)	(4.901)	(8.223)
Marketing	(690)	(765)	(874)	(1.274)
Institucionais e legais	(1.683)	(4.389)	(2.589)	(5.189)
Pessoal	(37.197)	(43.818)	(96.752)	(119.218)
Tecnologia e *telecom*	(3.422)	(4.715)	(18.044)	(20.689)
Provisão para contingências líquidas	(1.975)	(2.391)	(2.865)	(3.191)
Comissão e agenciamento	(5.853)	(7.344)	(15.363)	(19.689)
Depreciações e amortizações do imobilizado e intangível	(11.951)	(10.214)	(13.143)	(12.443)
Depreciações e amortizações de ativos de direito de uso	(2.628)	(3.504)	(8.585)	(8.274)
Impairment do imobilizado e intangível	-	-	-	(10)
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	2.560	(1.815)	2.036	(1.815)
Outras despesas (receitas) operacionais	(2.882)	(3.140)	(9.182)	(9.671)
	(449.622)	(632.455)	(559.082)	(743.181)
Custos operacionais e despesas por função provenientes das operações continuadas	(449.622)	(632.455)	(558.069)	(742.877)
Custos operacionais e despesas por função provenientes das operações descontinuadas	-	-	(1.013)	(304)

b) Custos operacionais e despesas por natureza como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços tomados	(387.323)	(555.075)	(411.765)	(562.372)
Mercadorias / Materiais	-	-	-	(35)
Salários, encargos e benefícios (b.1)	(37.197)	(43.818)	(96.752)	(119.218)
Provisão para contingências líquidas	(1.975)	(2.391)	(2.865)	(3.191)
Comissão e agenciamento	(5.853)	(7.344)	(15.363)	(19.689)
Depreciações e amortizações do imobilizado e intangível	(11.951)	(10.214)	(13.143)	(12.443)
Depreciações e amortizações de ativos de direito de uso	(2.628)	(3.504)	(8.585)	(8.274)
Impairment do imobilizado e intangível	-	-	-	(10)
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	2.560	(1.815)	2.036	(1.815)
Outras despesas (receitas) operacionais	(5.255)	(8.294)	(12.645)	(16.134)
	(449.622)	(632.455)	(559.082)	(743.181)
Custos operacionais e despesas por natureza provenientes das operações continuadas	(449.622)	(632.455)	(558.069)	(742.877)
Custos operacionais e despesas por natureza provenientes das operações descontinuadas	-	-	(1.013)	(304)
Custos dos serviços prestados e de revenda de mercadorias	(303.468)	(455.779)	(388.820)	(533.495)
Despesas de vendas	(3.293)	(9.159)	(13.327)	(21.504)
Despesas gerais e administrativas	(142.861)	(167.517)	(156.935)	(188.182)
	(449.622)	(632.455)	(559.082)	(743.181)
Custos operacionais e despesas por natureza provenientes das operações continuadas	(449.622)	(632.455)	(558.069)	(742.877)
Custos operacionais e despesas por natureza provenientes das operações descontinuadas	-	-	(1.013)	(304)

b.1) As despesas com pessoal são reconhecidas quando incorridas, mensuradas em conformidade com os respectivos contratos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários	(23.564)	(23.930)	(54.950)	(62.060)
Encargos	(6.475)	(8.519)	(14.189)	(17.034)
Outras despesas com pessoal	(2.707)	(2.114)	(6.464)	(9.176)
Benefícios	(6.593)	(7.969)	(23.041)	(29.285)
Participação nos lucros e bônus	(1.627)	(83)	(1.877)	(460)
	(40.966)	(42.615)	(100.521)	(118.015)
Plano de pagamento baseado em ações	3.769	(1.203)	3.769	(1.203)
	(37.197)	(43.818)	(96.752)	(119.218)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(5)	(3)	(10)	(111)
Recuperação de impostos	1.206	1.816	1.569	1.955
Indenização contatual	(5)	(573)	(1.305)	(573)
Outras despesas e receitas	374	(779)	3.066	(3.708)
	1.570	461	3.320	(2.437)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas provenientes das operações continuadas	1.570	461	3.376	(2.161)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas provenientes das operações descontinuadas	-	-	(56)	(276)

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	38	306	42	313
Juros sobre outros ativos	316	52	362	74
Juros sobre outros ativos financeiros	5.679	5.749	7.450	7.585
Atualização de créditos tributários	6.084	5.082	6.204	5.178
Impostos sobre receitas financeiras	(578)	(530)	(672)	(623)
Outras receitas financeiras	310	204	404	254
	11.849	10.863	13.790	12.781
Despesas financeiras				
Juros passivos	(820)	(386)	(1.050

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site. https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

(Continua...)

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **USS Soluções Gerenciadas S.A.** - Barueri - SP

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da USS Soluções Gerenciadas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre os valores correspondentes dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas:** i) Segregação entre custos e despesas - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não preparou uma análise formal dos critérios de segregação dos gastos entre custos e despesas que incluem determinados gastos diretamente vinculados à operação de call center, incluindo amortização e/ou depreciação de direito de uso, ativo imobilizado e intangível, registrados como despesas gerais e administrativas. Consequentemente, não foi possível concluir sobre a adequada alocação desses gastos entre custo dos serviços prestados e despesas operacionais. O relatório do auditor antecessor sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. ii) Descumprimento de cláusulas restritivas - Conforme mencionado na nota explicativa 20, a Companhia não cumpriu integralmente com determinadas cláusulas restritivas não financeiras contratuais de seus contratos de empréstimos em 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, os saldos de empréstimos classificados no passivo não circulante pelo montante de R$163.276 mil, deveriam ter sido reclassificados para o passivo circulante. O relatório do auditor antecessor sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Outros Assuntos - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 24 de abril de 2025 contendo opinião com ressalva, relacionada (i) à classificação de determinados gastos diretamente vinculados à operação de call center entre custos dos serviços prestados e despesas operacionais; e (ii) ao descumprimento, em determinados momentos do exercício, de cláusulas não financeiras previstas em contratos de empréstimos, que resultou na necessidade de reclassificação de passivos entre o longo e o curto prazo, conforme descrito nas respectivas notas explicativas. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Murilo Morgante
Contador
CRC SP-280120/O

Justiça aceita pedido de recuperação extrajudicial do Pão de Açúcar

A Justiça de São Paulo aceitou o pedido de recuperação extrajudicial apresentado pelo Grupo Pão de Açúcar (GPA), dono da rede de supermercados Pão de Açúcar.

Com a decisão, a empresa poderá renegociar parte de suas dívidas diretamente com os credores de forma direta, sem intervenção judicial.

Em comunicado ao mercado na quarta-feira (11), o grupo informa que o pedido foi aceito pela 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

"A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), em complemento ao fato relevante divulgado em 10 de março de 2026, vem informar ao mercado e aos seus acionistas que, nesta data, o Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da

Comarca de São Paulo deferiu o processamento da recuperação extrajudicial da Companhia", diz o documento, assinado pelo vice-presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores, Pedro Vieira Lima de Albuquerque.

Com efeitos imediatos, o plano de recuperação atinge apenas as dívidas sem garantias, que, segundo o próprio grupo, chegam a aproximadamente R$ 4,5 bilhões. Ficaram de fora as despesas correntes ou operacionais, de forma a preservar os pagamentos a trabalhadores, fornecedores, parceiros e clientes.

O acordo foi celebrado com os principais credores, titulares do equivalente a R$ 2,1 bilhões do valor total da negociação - percentual superior ao quórum mínimo legal de um terço dos créditos afetados.

Segundo a companhia, em fato relevante divulgado nesta terça-feira (10), o plano "cria um ambiente seguro e estável para a continuidade, por 90 dias, das negociações" que estavam em andamento.

"Assim, o plano representa um passo importante para o objetivo da administração de fortalecer o balanço, melhorar o perfil do endividamento e posicionar a companhia para o futuro, ao mesmo tempo que preserva o relacionamento com fornecedores e protege sua operação", diz o fato relevante. (Agência Brasil)

Petrobras pagou R$ 277,6 bilhões em tributos em 2025

A Petrobras pagou R$ 277,6 bilhões em tributos e participações governamentais no ano passado. As informações fazem parte do Relatório Fiscal da companhia, divulgado nsta quinta-feira (12).

O valor equivale à média de R$ 1,1 bilhão por dia útil. Com essa contribuição, a empresa se mantém como a maior pagadora de impostos e contribuições do país, respondendo por cerca de 7% da arrecadação nacional.

O montante pago em 2025 supera em quase 3% a contribuição do ano anterior, de R$ 270,3 bilhões. Os valores não estão deflacionados, ou seja, não levam em conta a inflação do período, que fechou em 4,26%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O total da contribuição de 2025 ficou abaixo do dispêndio de 2022, que alcançou R$ 279 bilhões, mesmo sem levar em conta a inflação do período.

Os tributos pagos são direcionados à União, aos estados e municípios. Já as participações governamentais incluem, principalmente, royalties pela exploração de petróleo.

Há ainda a participação especial (PE), uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural por campos de grande volume de produção.

O relatório da estatal explica que, dos R$ 277,6 bilhões pagos no território nacional em 2025, a soma de R$ 68,6 bilhões equivale à rubrica participação governamental, sendo R$ 39,7 bilhões de royalties e R$ 21,5 bilhões de PE.

A maior arrecadadora é a União, que ficou com R$ 161,9 bilhões. Esse valor responde por 6% de toda a arrecadação federal.

Os principais tributos pagos à União se referem a impostos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) e sobre o faturamento (PIS e Cofins).

As participações governamentais são repassadas à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), uma autarquia federal, que, por sua vez, distribui para União, unidades da federação e municípios.

De tudo o que a agência reguladora recebeu em participações governamentais em 2025, 65% saíram da Petrobras.

Os estados receberam da Petrobras R$ 113,8 bilhões de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Isso representa 14% da arrecadação das 27 unidades da federação.

Incluindo o repasse de participações governamentais, o valor chega a R$ 132,9 bilhões.

Em 2025, a Petrobras contribuiu

Foto: Petrobras/Divulgação

para a arrecadação de 271 municípios, distribuídos em 22 unidades da federação. Ao todo, foram pagos R$ 1,9 bilhão, praticamente tudo em Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

A Petrobras explica que o total repassado para os governos inclui tributos retidos de terceiros, uma vez que a companhia possui o dever legal de recolhimento por toda a cadeia, na figura de responsável ou substituta tributária.

A técnica da substituição tributária busca promover uma concentração da arrecadação em poucos agentes econômicos para facilitar o recolhimento e a fiscalização.

A companhia informou ainda que US$ 448,65 milhões (equivalente a R$ 2,3 bilhões) foram tributos pagos no exterior.

O relatório da Petrobras detalha que a empresa tem 477 filiais e está presente em 22 estados e 128 municípios.

Na semana passada, a companhia revelou que teve lucro líquido de R$ 110 bilhões em 2025.

No ano passado, a companhia distribuiu R$ 45,2 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio (forma de remuneração de acionistas).

A maior parte desse valor foi para o governo, que é o maior acionista da Petrobras via União e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (Agência Brasil)

Motoboy terá adicional de risco a partir de abril, mas entregador de apps fica de fora

O Ministério do Trabalho incluiu motociclistas no rol de profissões consideradas perigosas e, com isso, determinou que esses profissionais recebam adicional de periculosidade de 30%, com validade a partir de 3 de abril.

A portaria não vale para entregadores de aplicativo, profissão que será regulamentada por projeto de lei em discussão no Congresso Nacional. Também exclui funcionários que usem motocicleta para deslocamento ao trabalho, em vias internas ou de modo eventual.

Caberá ao empregador caracterizar (ou não) a existência da periculosidade nas atividades da empresa, mediante laudo elaborado por médico ou engenheiro do trabalho.

Portaria publicada no dia 4 de dezembro alterou a norma regulamentadora 16, que trata do assunto, para incluir os motoboys na lista de profissionais sob risco. A norma entra 120 dias após a aplicação.

Em janeiro de 2024, a Justiça Federal suspendeu, a pedido dos Correios, uma portaria de 2014 com as mesmas determinações. Na ocasião, o desembargador Alexandre Vasconcelos entendeu que a norma havia sido publicada sem que o Trabalho escutasse empregadores e trabalhadores afetados.

Entregadores e motoboys estão entre as vítimas mais frequentes de acidentes de trânsito. Como mostrou a Folha, os motociclistas são os que mais morrem no trânsito de São Paulo, por exemplo, representando 47% dos óbitos na capital paulista. (Folhapress)

Trabalhadores da Avibras encerram greve após três anos de paralisação

Depois de 1.280 dias de greve, os trabalhadores da Avibras Indústria Aeroespacial aprovaram a proposta de pagamento da dívida trabalhista acumulada pela empresa. As atividades da principal indústria bélica do país, localizada em Jacareí, interior de São Paulo, devem ser retomadas em abril, depois de três anos sem produção contínua.

A greve começou em 9 de setembro de 2022.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, a proposta aprovada de pagamento da dívida trabalhista soma R$ 230 milhões. O plano para quitação desse débito prevê o parcelamento de 12 a 48 vezes, de acordo com a faixa salarial de cada trabalhador. Ao todo, 1,4mil pessoas têm valores a receber.

"Para voltar à atividade, a direção da Avibras vai desligar todos os 850 trabalhadores que permanecem registrados na fábrica, quitar as dívidas conforme o plano de parcelamento e fazer 450 recontratações. O processo de demissões, homologações e contratações vai acontecer entre março e abril", explica o sindicato.

Foto: Roosevel Cassio/Sind. dos Metalúrgicos

Em nota, a Avibras afirmou que a decisão dos trabalhadores é um avanço relevante para o processo de reestruturação da empresa.

Outro fator importante para viabilizar a retomada das operações foi a decisão do Tribunal de Justiça rejeitando os recursos apresentados contra a homologação do Plano de Recuperação Judicial da companhia.

"A empresa prossegue na fase de transição, que inclui os preparativos necessários para o restabelecimento de suas operações. Também segue empenhada na implementação do Plano de Recuperação Judicial e na construção de um novo ciclo para a empresa, com foco na continuidade de suas operações e no fortalecimento de sua atuação nos setores de defesa e aeroespacial", diz a empresa.

A Avibras pediu recuperação judicial em março de 2022, devido a uma crise financeira, alegando estar com dívidas de R$ 600 milhões. No mesmo momento, anunciou 420 demissões, que foram suspensas pela Justiça um mês depois, devido a uma ação movida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

A fábrica será retomada sob nova direção. O ex-proprietário João Brasil Carvalho Leite foi destituído em 25 de julho de 2025, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que homologou a transferência de 99% das ações para o Brasil Crédito Gestão Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, credor da Avibras.

A Avibras é uma empresa brasileira privada de engenharia, com mais de 50 anos de atuação e desenvolve tecnologia para as áreas de defesa e civil. Os destaques da produção são sistemas de lançamento de mísseis de cruzeiro e foguetes guiados, além de diferentes motores foguetes para a Marinha e para a Força Aérea Brasileira e veículos blindados. (Agência Brasil)

Oito em cada 10 brasileiros de até 40 anos defendem fim da escala 6x1

Levantamento da Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados mostra que 82% dos brasileiros de 16 a 40 anos são a favor do fim da escala 6x1, sem redução salarial. Na média geral, considerando todas as faixas etárias, 63% dos brasileiros defendem o fim da escala 6x1, independentemente da questão salarial.

O levantamento, divulgado na quinta-feira (12), entrevistou 2.021 pessoas com 16 anos ou mais, nas 27 unidades da federação, entre os dias 30 de janeiro e 5 de fevereiro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Faixas etárias

De acordo com a pesquisa, 31% dos jovens de 16 a 24 anos (Geração Z) são totalmente favoráveis ao fim da escala 6x1, independentemente de a medida ter ou não impacto o pagamento dos trabalhadores; 47% deles disseram que são favoráveis se a proposta não ocasionar diminuição salarial; e 4% são favoráveis sem ter opinião formada sobre a manutenção ou redução dos salários. No total, 82% dos entrevistado dessa faixa etária defenderam o fim do 6x1, se não houver alteração no salário.

Já 35% dos brasileiros entre 25 e 40 anos (millennials) são totalmente favoráveis ao fim do 6x1, independentemente de isso impactar ou não o pagamento dos trabalhadores. Segundo os dados, 42% são favoráveis se a medida aprovada não implicar redução salarial. Há ainda 5% que se dizem favoráveis, mas ainda sem ter opinião formada sobre a condicionante (manutenção ou redução dos salários). No total, 82% são favoráveis ao fim do 6x1, sem queda na remuneração.

A aprovação do fim da escala 6x1 cai para 62%, no entanto, entre os brasileiros de 41 a 59 e, para 48%, entre a população com mais de 60 anos.

CEO da Nexus, Marcelo Tokarski destaca que há um grupo relevante de pessoas que apoia o fim da escala 6x1, mesmo com a diminuição da remuneração. "Há um grupo menor, mas relevante, que apoia o fim da escala independentemente do impacto salarial, o que sugere uma mudança de valores em relação ao trabalho", destaca. (Agência Brasil)

Whatsapp anuncia controle parental para contas de menores de 13 anos

O aplicativo de troca de mensagens WhatsApp anunciou na quarta-feira (11) que irá disponibilizar, nos próximos meses, uma nova funcionalidade que permitirá que pais e responsáveis gerenciem a conta dos filhos menores de 13 anos.

Segundo a Meta, empresa que controla o aplicativo, pais, mães ou responsáveis poderão usar a nova funcionalidade para decidir quais contatos conseguirão mandar mensagens para a conta e de quais grupos a criança ou o adolescente poderá participar.

Além disso, os pais poderão analisar pedidos de contato de números desconhecidos e gerenciar as configurações de privacidade da conta.

"O controle parental e as configurações são controlados por um PIN dos pais no dispositivo gerenciado. Apenas pais, mães ou responsáveis podem acessar e modificar as configurações de privacidade, o que permite personalizar a experiência de acordo com as preferências da família", disse a Meta, em comunicado.

Segundo a empresa, o conteúdo das conversas continuará privado e protegido com criptografia de ponta a ponta, de modo que nem os pais nem a própria plataforma conseguirão ter acesso.

De acordo com o WhatsApp, as contas gerenciadas por pais, mães ou responsáveis serão lançadas aos poucos e poderão não estar disponíveis em todas as regiões. As novas contas para menores deverão ser configuradas pelos pais ou responsáveis com 18 anos ou mais.

Será necessário ter a versão mais recente do WhatsApp para iPhone ou Android para usar a nova funcionalidade. Para configurar a nova conta, o celular do responsável e o celular do menor deverão estar lado a lado.

As ameaças que acompanham o acesso de crianças e adolescentes a redes sociais, plataformas para a troca de mensagens e jogos online têm sido objeto de preocupação ao redor do mundo.

Na Austrália, uma lei proibiu o uso de redes sociais por menores de 16 anos. Medidas similares já avançaram na França e em Portugal e são discutidas em outros países europeus.

No Brasil, uma consulta pública realizada pelo governo federal recomendou métodos mais rígidos na aferição de idade de usuários em sites e aplicativos na internet.

O país proibiu o uso de celulares nas escolas públicas e privadas, nos ensinos fundamental e médio. Também está em processo de implementação a Lei do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (15.211/2025).

A nova lei entra em vigor em 18 de março e obriga as plataformas digitais a tomarem medidas razoáveis para prevenir riscos de crianças e adolescentes acessarem conteúdos ilegais ou considerados impróprios para essas faixas etárias, como exploração e abuso sexual, violência física, intimidação, assédio, promoção e comercialização de jogos de azar, práticas publicitárias predatórias e enganosas, entre outros crimes.

A lei ainda prevê regras para supervisão dos pais e responsáveis e exige mecanismos mais confiáveis para a verificação da idade dos usuários de redes sociais, o que atualmente é feito basicamente por autodeclaração. (Agência Brasil)